

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e História
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXVI - Nº 156 ISSN-0101-4919 OUTUBRO/DEZEMBRO1994

SUMÁRIO

Instituto Centenário	357
Odilon Nogueira de Matos	
Modernização desigual: a política agrícola brasileira nas décadas de 60 e 70.....	361
Wenceslau Gonçalves Neto	
Centenário de Venâncio Filho	368
Mário Barata	
Um pintor italiano no Brasil	371
Duílio Battistoni Filho	
As técnicas na Roma antiga.....	373
João Ribeiro Júnior	
Langsdorff em Santa Cruz	380
Sinvaldo do Nascimento Souza	

Dez anos de saudade do sociólogo e economista Vicente Unzer de Almeida	383
Oracy Nogueira	
Centenário de um herói: General Gomes Carneiro	387
Waldemar de Almeida Barbosa	
História e Cidade	390
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
De uma pasta de velhos recortes	
O bandeirismo e o elemento espanhol no Planalto	391
Cassiano Ricardo	
Memória Campineira	
A capela de Nossa Senhora do Rosário (Ricardo G. Dauntre) ...	411
Textos (sugestões para seminários)	
Caráter dos riograndenses (Hormeyer)	414
As lutas sociais em Florença no século XII (Villani)	416
Vultos da Historiografia Brasileira	
Fernando de Azevedo	418
Seleta	
São Paulo, centro irradiador da expansão interior (Fernando de Azevedo)	423
Rabiscos de um escrevinhador	
"Número, faz favor..."	426
Coleção que ainda não conhecia	428
Jesuíta irlandês no Brasil colonial	429
O Padre João Manuel no centenário de seu livro	431
Taunay e José Maurício	432
Valioso texto sobre o passado paulista	433
Odilon Nogueira de Matos	
Índices dos nºs 153 a 156	436

INSTITUTO CENTENÁRIO

Odilon Nogueira de MATOS

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na época da Regência (1838) fez iniciar uma nova fase para os estudos históricos no Brasil, não só pelo que realizou a veneranda instituição do Rio de Janeiro, como, também, por ter estimulado a criação de entidades similares em outras regiões do Brasil. Não há capital ou mesmo cidade de certa importância, que não tenha seu Instituto Histórico e Geográfico, quase sempre mais "histórico" que "geográfico" e não raro apenas "histórico".

A questão de nome não deixa de ser curiosa. O próprio Instituto Brasileiro foi fundado com o nome de "Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil". Só depois de muitos anos abandonou o "Etnográfico" e tornou-se apenas "Instituto Histórico e Geográfico", nome que se mantém em quase todas as entidades dessa natureza. Cremos que apenas o do Paraná mantém o "Etnográfico" no nome. O da Bahia preferiu inverter a fórmula e chama-se "Geográfico e Histórico" em vez de "Histórico e Geográfico". Caso mais curioso é o de Pernambuco, o mais antigo do país, fora o "Brasileiro". Foi fundado com o nome de "Instituto Arqueológico e Geográfico". Não tinha "Histórico" no nome, apesar de só se dedicar à História. Muitos anos levaram os pernambucanos para a correção do nome, chamando-se atualmente "Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico". Como se vê, continua a prioridade da Arqueologia. Caso igualmente curioso é o instituto cearense, que se chama simplesmente "Instituto do Ceará", sem especificar qualquer especialidade.

Muitos desses institutos estaduais foram fundados ainda no tempo do Império, como os de Pernambuco, Alagoas e Ceará, os mais antigos, ainda em atividade. Dizemos "em atividade", porque a prioridade, no caso, cabe ao Rio Grande do Sul, mas a entidade ali fundada não teve continuidade. O que atualmente existe no estado sulino é de data bem mais recente. Vários deles foram fundados no primeiro decênio da República, entre eles o de São Paulo, que vê transcorrer neste ano de 1994 o seu centenário.

Um século de trabalhos ininterruptos pela cultura histórica do Brasil e, particularmente, de São Paulo. A sua revista, com quase noventa volumes

publicados, encerra copioso e inestimável material sobre o passado brasileiro e paulista. Compreendendo sua importância como elemento também de educação cívica, tomou a cargo o Instituto a solenização de algumas das nossas grandes efemérides, como o terceiro centenário da morte de Anchieta (1897), o quarto centenário do descobrimento do Brasil (1900), os bicentenários de Pedro Taques e Frei Gaspar, os dois grandes historiadores do passado paulista (1914 e 1915), o centenário da Independência (1922), o quarto centenário da colonização do Brasil (com as comemorações vicentinas de 1932), o terceiro centenário da aclamação de Amador Bueno (1941), o quarto centenário da cidade de São Paulo (1954), o bicentenário de Feijó (1984), os centenários da Abolição (1988) e da República (1989) e agora, neste ano, seu próprio centenário. Cada uma desses ocorrências propiciou a publicação de números especiais de sua revista ou de partes dela.

Um dos últimos números de sua revista (88) foi todo consagrado ao histórico do Instituto, com significativas contribuições de Hernani Donato (atual presidente), que tratou de São Paulo no ano em que se fundou o Instituto; de Roberto Machado Carvalho, sobre a fundação propriamente dita e os primeiros tempos da instituição; de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, que tratou de Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário do Instituto; de Duílio Crispim Farina, que evocou os fundadores e de Odilon Nogueira de Matos, que ressaltou a contribuição de Afonso de Taunay para a instituição; e outros, como Lauro Ribeiro Escobar, Reginaldo de Moreira Miranda, Célio Debes, Ricardo Román Blanco, Antônio Roberto de Paula Leite, Délio Freire dos Santos e José da Veiga Oliveira, que trataram de diversas atividades peculiares ao Instituto, como as condecorações, os arquivos, a revista, a paleografia, a literatura, as artes plásticas e a música.

Com muita propriedade, lembrou Roberto Machado Carvalho, em um de seus artigos, o quanto, na história de São Paulo, o ano de 1894 "assume características muito especiais, pois acompanhando o ritmo da transformação material da cidade, provocado pelo surto industrial, diversas instituições culturais e educativas foram implantadas naquele ano". E lembra nosso confrade a Escola Politécnica, o Museu Paulista, o Ginásio do Estado, a Escola Normal da Praça República e - "the last but not ther least" - o Instituto Histórico e Geográfico.

Os idealizadores da Instituição foram o médico Domingos Jaguaribe Filho, o engenheiro Antônio de Toledo Pisa e o advogado e jornalista Estevão Leão Bourroul. Ao convite para a reunião preliminar de fundação atenderam mais de 60 personalidades de destaque na vida cultural da pequenina São Paulo daquela época. Outros aderiram depois, resultando o total de 139 sócios considerados "fundadores". Constituiu-se a primeira diretoria com Cesário Mota Júnior (presidente), Duarte de Azevedo (vice-presidente), Carlos Reis e Garcia Redonda (secretários) e Domingos Jaguaribe (tesoureiro).

Um dos objetivos da entidade, ressaltado já na própria sessão de fundação, consistia na publicação de uma revista, a sair pelo menos uma vez por ano e na qual fossem divulgados os trabalhos apresentados às sessões e "julgados úteis e interessantes", além do relatório da vida da associação. E já no ano seguinte (1895) saía o primeiro fascículo do volume primeiro, seguido, logo depois (1896) pelo segundo fascículo. A partir de então, volumes sempre anuais assinalaram o curso da publicação, que adquiriu expressivo renome em todo o país, saudado mesmo com muito entusiasmo pelos maiores cultores de nossa história. Nem sempre foi possível manter-se, com rigor, a periodicidade anual. Tanto que, em vez dos cem volumes com que já deveria contar neste ano do centenário, ainda não alcançou o número 90. Mas, não importa. Significativo é constatar a importância dessa publicação e sua boa aceitação em todo o país.

Para a comemoração do centenário, o ano todo de 1994 foi consagrado aos mais variados eventos: conferências, cursos, exposições assinalaram o calendário da instituição, desde o 25 de janeiro (data tradicional de inauguração do ano social) até 1º novembro (a data real do centenário). Não houve uma quarta-feira sequer (dia habitual das sessões) que não fosse marcada por alguma atividade especial.

É pena que não tenha sido possível a programação de algum número especial da revista ou de qualquer outra publicação que, de maneira permanente, marcasse a efeméride centenária, isto, naturalmente, sem prejuízo do que foi realizado e sem demérito para o seu valor. Talvez ainda venha a ser feito, é o que todos esperamos. Porque a verdade é que as atividades que geralmente se programam em ocasiões semelhantes (cursos, conferências, etc.) são passageiras, no dia seguinte ninguém mais se lembrando delas. Enquanto que as publicações ficam.

Tenho em mente a maneira como o Instituto Histórico Brasileiro (nossa "cellula mater") comemorou seu centenário, em 1938. Não só promoveu um grandioso Congresso de História (aliás, o quarto realizado pelo Instituto), cujos "Anais" deram dez alentados volumes, totalizando quase seis mil páginas, que constituem riquíssimo manancial para os estudos históricos brasileiros, como, ainda, ligou o nome do Instituto a uma das maiores realizações editoriais levadas a efeito no Brasil, qual a primeira publicação, em nossa língua, da **Viagem ao Brasil**, a grande obra dos naturalistas bávaros Spix e Martius, em três volumes e mais um álbum de estampas.

Honra-nos sobremaneira a circunstância de sermos uns dos mais antigos membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A ele, fomos admitidos em sessão de 5 de setembro de 1945, portanto, há quase 50 anos. Conosco, na mesma sessão, foram empossados, também, o geógrafo José Ribeiro de Araújo Filho, infelizmente há pouco falecido, e o historiador de Tietê, Benedito Pires de Campos, felizmente ainda na ativa, honrando seus noventa e tantos "janeiros". Por

outro lado, esta publicação sempre gozou de excelente receptividade no sodalicio da rua Benjamin Constant; quase todos os que o freqüentam recebem-na regularmente, alguns desde o número inicial. Mais ainda: em duas ocasiões valemo-nos da revista do Instituto para o enriquecimento de nossa *Notícia*. Ainda há pouco, reproduzimos na íntegra, apenas com uma introdução nossa, precioso relato de uma viagem a São Paulo no ano de 1813, de autoria do sueco Gustavo Beyer, publicado originalmente num dos primeiros números da revista do Instituto. E antes, já havíamos respigado ao longo dessa publicação os relatos de viajantes estrangeiros nela divulgados.

Por tudo isso, vinculados como nos sentimos ao Instituto, inclusive integrando a sua diretoria, não podíamos deixar de homenageá-lo com esta modesta nota de abertura do derradeiro número de 1994, o "ano do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo".

MODERNIZAÇÃO DESIGUAL: A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Wenceslau GONÇALVES NETO*

Durante o correr deste trabalho procuramos alcançar diversos objetivos: recuperar a discussão em torno da questão agrária brasileira nas décadas de 60 e 70; analisar o processo de desenvolvimento econômico por que passava o país, e o espaço reservado à agricultura no seu interior; observar o papel do Estado na gestão dos recursos e na compatibilização de interesses entre as várias áreas demandantes; estudar os diversos mecanismos de política utilizados pelo governo no período; e, finalmente, contribuir para uma compreensão mais aprimorada das profundas transformações que ocorreram no meio rural brasileiro nos anos citados, bem como para a continuidade das pesquisas que envolvem o setor.

Quanto ao primeiro ponto, iniciamos retornando ao intenso debate que se desenrolou na primeira metade dos anos 60, envolvendo principalmente aspectos relativos à estrutura agrária do país. Trazido à tona pelos representantes da esquerda brasileira, que o atrelavam a objetivos políticos, esse debate ganhou relevância também por coincidir com um momento de transição na sociedade brasileira, tanto em termos políticos como econômicos, caracterizado pelo esgotamento da fórmula populista experimentada por vários anos, e do modelo econômico, substituidor de importações, que enfrentava seu primeiro gargalo. Deflagrada principalmente pelo pensamento crítico, a proposta de mudança da estrutura agrária suscitou reações à direita, o que contribuiu para o acirramento da questão e, conseqüentemente, para o enriquecimento dos resultados.

O pensamento conservador reage demonstrando que, se o processo de desenvolvimento da economia brasileira não avançou de acordo com as expectativas,

(*) Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, MG. O presente texto contém as linhas gerais de sua Tese de Doutorado em História Econômica, **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980**. São Paulo, FELCH-USP, 1991.

a causa desse atraso deveria ser buscada também em outros setores e não somente na agricultura. Quando muito, a agricultura poderia ter contribuído para esse descompasso, mas não obstruído o progresso. Enquanto a primeira corrente apresentava o agro travando a economia e retirando recursos importantes do setor urbano-industrial, a segunda enxergava o contrário: a agricultura respondendo à demanda não-agrária e provendo-a de recursos, através de transferências de capital. Uma entendia ser a reforma agrária o mecanismo fundamental que permitiria a arrancada para o desenvolvimento; e a outra, ser o processo de modernização suficiente para esse fim.

Estas posturas divergentes, e as agressões que apareciam no seu interior, projetaram a questão agrária no cenário acadêmico, com o surgimento de um grande número de trabalhos centrados neste foco. Sucedem-se estudos sobre os males do latifúndio, sobre o arcaísmo da estrutura agrária e a necessidade da sua reforma, etc, e também aqueles que, sem negar os problemas da distribuição da terra, sobrelevam a capacidade do setor agrário em responder às tarefas que lhe são reservadas no processo de desenvolvimento, ressaltando que a transformação da base técnica a capacitaria para não colocar obstáculos ao processo e, ainda, participar da sua sustentação.

Conforme pudemos perceber pela continuidade do debate, a teoria da funcionalidade da agricultura se encontrava mais próxima da realidade. O país se transformou, urbanizou e industrializou sem a efetivação da reforma agrária, e os estímulos direcionados à agricultura o foram no sentido de promover a modernização e não alterações na estrutura agrária. Deve ser lembrado, contudo, que permeia este processo um fato político fundamental: em 1964 temos um golpe de estado que teve entre os componentes da aliança que o sustentou, os grandes proprietários de terras, o que interferiu decisivamente no rumo das decisões de política agrícola implementadas pelo governo.

Durante os anos 70 continua a discussão sobre o tema, agora calcada numa realidade totalmente nova: o Brasil do "milagre" e da crise que lhe sucedeu. A corrente que pugnava pela modernização pode avaliar na prática o resultado de suas propostas, uma vez que o Estado iniciara, na segunda metade da década anterior, um intenso esforço para revolucionar a infra-estrutura produtiva do setor rural. Neste momento foi possível aquilatar as possibilidades de sucesso da teoria, bem como definir seus limites e perceber os desvios. Ficou claro que a modernização conseguiu fazer a agricultura acompanhar o evoluir da economia sem lhe colocar obstáculos, mas que este processo sofria grandes pressões de grupos de interesses e também da capacidade absorvedora dos mercados interno e externo, o que gerava sérias distorções que poderiam, inclusive, comprometer a continuidade dos avanços. Surgem daí diversas e importantes contribuições, como a que trata do mecanismo

de autocontrole da modernização, não permitindo que o processo ocorra de forma contínua, e a que dá conta dos privilegiamentos de política, que levaram ao surgimento de dois grupos de culturas no meio rural: as domésticas e as de exportação, oportunizando a determinados grupos açambarcar a maior parte dos benefícios canalizados para a área.

Por seu lado, o pensamento crítico, dada a concretude visual que se lhe apresentava, incorpora a seu discurso o reconhecimento da dominação do capital sobre a economia brasileira, inclusive sobre a agricultura, e elimina contrapesos teóricos que o impediam de avançar. A reforma agrária perde a posição de preponderância e os estudos voltam-se para a análise das transformações ocorridas no agro, buscando seu sentido, seus rumos, sua distribuição e as perspectivas que se apresentavam. Desta corrente surgirão importantíssimas contribuições, que permitirão recuperar toda uma série de privilegiamentos adotados, durante quase duas décadas, pela política agrícola governamental. Mas o grande feito desta ala foi demonstrar o caráter desigual do desenvolvimento do campo e incorporar ao debate uma categoria explicativa que passará a direcionar as discussões durante os anos 80, o complexo agroindustrial. Demonstrou-se que o processo de modernização da agricultura, nos moldes promovidos pelo Estado, estimulou, além da transformação da base técnica no interior das propriedades rurais, o surgimento de ramos industriais que servem ou se utilizam da produção agrícola. Este complexo agroindustrial além de carrear grande parte dos recursos e dos lucros agrícolas para fora do setor, demonstra também o nível de integração dos setores econômicos e o crescente processo de industrialização da agricultura brasileira. Deve-se lembrar, contudo, que esta industrialização é profundamente discriminatória, beneficiando um pequeno número de produtores e prejudicando a maior parte dos que tiram seus rendimentos da terra.

Quanto ao segundo objetivo, procuramos abarcar as grandes linhas de mudança que ocorreram no país, tanto em termos econômicos como políticos, buscando os principais elementos envolvidos nas propostas governamentais: a substituição de importações, que ganha força com o governo Kubitschek e apresenta esgotamento no início da década seguinte; o período de indefinições que vige até a chegada do "milagre" brasileiro; os avanços e as fraquezas deste trecho de nossa história, marcado por grandes avanços nos principais indicadores econômicos, e conhecido por "milagre"; a crise que lhe sobrevém e que perdura até o final da década, permeada pelo que chamaríamos de Projeto Geisel, quando se tenta uma nova substituição, pesada, de importações. Ao lado dessas análises, procuramos recuperar a trajetória política nacional, iniciando com o colapso do populismo e o endurecimento surgido a partir do movimento de 1964, passando pelas crises de substituição de presidentes no poder, pelas dificuldades de institucionalização do regime e pelas propostas do período Geisel, de abertura lenta, gradual e segura.

Para o nosso trabalho, era importante voltarmos a este perfil do país e recompor o projeto de Brasil que era desenhado, para identificar o espaço que era reservado à agricultura no seu seio. Desta forma, a modernidade que se pretendia com os governos militares, implicava em urbanizar e industrializar a nação, tornando-se a agricultura responsável: pelo fornecimento de mão-de-obra às cidades; pela garantia do consumo interno, principalmente de forma a não pressionar a cesta básica do trabalhador, que poderia gerar pressões salariais e interferir na taxa de lucro urbana; pelo fornecimento de produtos para exportação, produzindo divisas que dessem condições ao setor urbano-industrial de manter o ritmo necessário de importações, não freando o seu crescimento; pelo consumo de uma parte da produção industrial e fornecimento de matérias-primas industriais a baixo custo; e, posteriormente, pela substituição de produtos que pesassem negativamente na balança comercial, como o trigo e o petróleo, aumentando a produção do primeiro e substituindo o uso do último pela cana-de-açúcar, para a destilação de álcool a ser usado em veículos automotores.

Este Estado "moderno", que se pretendia implantar, tentava substituir as velhas redes de influência por uma administração mais profissional, técnica, o que abriu caminho para a formação de uma ampla rede burocrática. E com ela veio a formação de "lobbies", de mecanismos de pressão sobre esta estrutura administrativa, visando a canalizar recursos para diferentes grupos de interesse, em todas as áreas da exploração econômica. O setor agrário não ficou alheio a este processo, e podemos perceber a presença tanto no Congresso Nacional, quanto junto à burocracia, à presidência da república ou aos meios de comunicação, da ação de grupos ligados a interesses regionais, de produtos específicos, de latifundiários, etc. Sem falar dos grupos com interesses ligados à industrialização do campo, como as indústrias que produzem para a agricultura e compram dela.

E isto nos levou ao terceiro ponto, a atuação do Estado como compatibilizador desta variedade de interesses. Apesar de representar interesses de classes (ou frações, ou alianças) determinadas, o Estado trabalha com algumas limitações e perspectivas. As limitações referem-se: à questão da escassez de recursos, que o impossibilita de atender a todas as demandas, ainda que eliminasse totalmente do "bolo" da distribuição os setores que não participem da coalizão no poder, em razão do grande número e do volume destas demandas; e à responsabilidade que pesa sobre os ombros do Estado de, antes de se preocupar com os reclamos das elites que governam com ele, garantir as condições de existência do sistema que representa, e que estão acima de todos os interesses sociais. Desta forma, trabalha com o objetivo primordial de manter a ordem burguesa estabelecida, uma responsabilidade sempre difícil, frente aos conflitos cada vez mais complexos que se estabelecem entre as classes, e às lutas intestinas, nem sempre reportadas, que ocorrem constantemente no seio mesmo da coalizão que ocupa o poder. O papel do

Estado, à medida em que se desenvolve a sociedade e se ampliam o volume e o tom das reivindicações, tanto dos setores no poder como daqueles que se encontram fora dele, é várias vezes potencializado. Caberá ao Estado encontrar respostas que apaziguem os ânimos inter-classes e atendam ao apetite dos que se encontram no coração do poder.

Do lado das perspectivas, o Estado tem a possibilidade de direcionar um macro-projeto de desenvolvimento, atendendo aos anseios dos que participam do poder e a seu destino de guardião do sistema. Na preparação dos planos econômicos procurará, portanto, aproximar estes dois aspectos, de forma a cumprir duas metas de uma só vez. Precisar-se-á, também, para garantir a estabilidade e a ordem, oferecer projetos que atendam ao conjunto da sociedade, sem privilegiamentos explícitos, para não acirrar a luta de classes. Ainda neste aspecto, surge a possibilidade de alocar os recursos de acordo com estes planos, e esta massa de capitais estacionada nas mãos do Estado aguça a cobiça dos que participam, dos que circulam e, mesmo, dos que se encontram fora do centro das decisões. Por estes motivos, o Estado torna-se peça fundamental no processo de desenvolvimento econômico do país, com especial importância para o setor agrário, que ocupa posição subordinada ao nível das decisões econômicas, e que depende do seu poder reduzido de pressão e do arbítrio do Estado, para conseguir um quinhão que lhe permita continuar reproduzindo o capital que se instala em seu interior.

E, para alcançar este intento, os mecanismos de política implementados pelo governo significam possibilidades de ganhos ou a determinação de baixos retornos para os investimentos. Por esta razão é crucial estar-se atento e acompanhar as decisões governamentais, para se perceberem os rumos que estas pretendem indicar ao setor agrícola e poder aproveitar mais rapidamente os benefícios que para lá forem alocados. Como o objetivo do Estado era modernizar o agro e o instrumento fundamental era o crédito agrícola subsidiado, aqueles grupos que tinham mais acesso a informações e maior influência junto às autoridades políticas e o sistema bancário, e que eram exatamente os que usufruíram dos estímulos utilizados anteriormente, como os grandes proprietários, os que já faziam uso de técnicas modernas, os que tinham maior proximidade com as regiões mais desenvolvidas, etc, serão os que açambarcarão a maior parte dos subsídios alocados ao setor. Os pequenos produtores, dedicados a culturas de uso doméstico e com a utilização de técnicas tradicionais, situados principalmente fora das regiões mais desenvolvidas, estarão fadados ao fracasso ao à utilização das sobras dos recursos.

Contudo, constatamos em nossa pesquisa que o governo tinha uma política agrícola, uma vez que recorreu a um conjunto amplo de medidas, durante todo o período estudado, procurando superar os obstáculos que se colocavam à transformação da base técnica do setor rural, e que poderiam dificultar os objetivos

de aumento da produção e da produtividade, da geração de excedentes exportáveis, da utilização de insumos modernos, da industrialização, enfim, da agropecuária brasileira. Os problemas desta política encontravam-se: no privilegiamento do crédito rural, eleito o carro-chefe indutor da maior parte das medidas e que, se gerou as condições necessárias para estimular a modernização, apresentou também propensão a uma demanda constante e crescente de recursos, que o sistema não pôde suportar; e no caráter discriminatório da distribuição dos benefícios desta política, sendo muito pequeno o número de produtores atingidos, algo em torno de 20% a 25% do total. Estas distorções levaram a uma situação de modernização desigual no agro brasileiro, sem alteração na estrutura de propriedade da terra, e que agiu no sentido de concentrar os estímulos nas mãos de uma minoria, deixando a maior parte dos produtores ao relento, especialmente os menos capazes do ponto de vista financeiro.

Finalmente, compete lembrar que esta estratégia agrícola, que vai sendo ampliada ano a ano, não é formada tendo em vista os interesses específicos do campo brasileiro: atende a uma pluralidade de demandas, entre as quais se encontram as do setor. Em primeiro lugar, respondia à necessidade do Estado de buscar pontos de sustentação a seu projeto modernizante para o conjunto da economia, pois esta não poderia alterar-se deixando intacto o imenso aparato agrícola, responsável, inclusive, pela geração da maior parte das divisas necessárias à continuidade do processo. Portanto, antes de mais nada, a definição de uma política agrícola que impulsionasse a transformação da base técnica rural era um imperativo para o sucesso de um projeto maior, a que se submetia toda a sociedade. Em segundo lugar, para o alcance deste objetivo, o Estado investe ou alia-se a capitais industriais, que passarão a produzir insumos fundamentais para a modernização do agro e a processar grande parte da produção agrícola, alterando, inclusive, significativamente, a pauta de exportações do país. Estes setores crescem e desenvolvem-se umbilicalmente dependentes das políticas de crédito facilitado e de incentivo ao uso de insumos modernos, implementadas pelo governo e, é claro, o seu poder de pressão sobre os centros de decisão é considerável. Por último, atende aos interesses do setor agrário, também ansioso por usufruir de benefícios que, contudo, não são suficientes para todos, configurando-se uma situação discriminatória, que termina por agravar problemas de concentração de terra, pobreza, migrações, conflitos sociais, etc. Os setores privilegiados contam com boa parcela de poder de pressão junto às autoridades governamentais, o que lhes permite valorizar, sempre de forma ampliada, o capital que imobilizam em suas propriedades, enquanto os demais são deixados à própria sorte, devendo contentar-se com as poucas sobras, quando existirem.

Desta forma podemos assegurar que houve uma política agrícola, mas que ela atendeu, antes, a objetivos externos ao setor. E, quando adentrou a este, o

fez de forma discriminatória, desigual, não conseguindo promover um desenvolvimento homogêneo para o campo, mas marcado por intensos contrastes. A política agrícola conseguiu, sim, fazer cumprir as metas de produção e disseminação de insumos modernos, mas o fez a um alto custo e sem contribuir para a diminuição dos níveis de pobreza da população rural e sem conseguir evitar profundas distorções na distribuição de subsídios entre os produtores. É por estas falhas, principalmente, que entrará em colapso ao final do período.

Restaria, ainda, analisar os resultados das medidas governamentais e a continuidade do debate nos anos 80. Esta última década toma relevância uma vez que coincide com o esgotamento não apenas da política agrícola centrada no crédito fácil e barato, mas também com o da estrutura política advinda do golpe militar de 1964. Os resultados da pesquisa, ao final do período, indicavam uma necessidade de reformulação e transição para um novo modelo, que não onerasse demasiadamente ao Estado e apresentasse respostas mais duradouras e com menores índices de distorções. Da mesma forma, seria importante acompanhar-se a continuidade do debate acadêmico em torno da questão agrária, que toma nova força nestes anos recentes, com a entrada em cena do Pró-álcool e a reentrada da reforma agrária, entre outros. Não poderia ser esquecido, também, o estudo da estrutura agrária que se desenha nesta nova década de transição, mas, mais que tudo, seria fundamental apreender o perfil da nova política agrícola implementada por dois governos de natureza política distinta: o da agonia do regime militar e o da redemocratização. Estas, ficando apenas como sugestão para estudos posteriores ou indicação para outros pesquisadores.

CENTENÁRIO DE VENÂNCIO FILHO

Mário BARATA

Transcorreu no dia 14 de abril o centenário de nascimento do educador Francisco Venâncio Filho, que participou, em 1924, de fundação da Associação Brasileira de Educação (da qual mais tarde viria a ser presidente) e, em 1932, da consolidação do texto de Fernando de Azevedo, **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, endereçado como proposta de "reconstrução educacional do Brasil" ao "povo e ao governo". Desse importante manifesto Venâncio foi um dos subscritores, tendo atuado na captação de assinaturas importantes. O texto coroou o esforço progressista e renovador da ABE nos anos 20 e foi vitalizante em nossa cultura até meados da década de 30, quando a tendência totalitária nos conduziu ao Estado Novo, que o reprimiu, inclusive com diretores militares no Instituto de Educação e com seqüelas prejudiciais ao Brasil.

Diplomado pela Politécnica do Rio em 1916, Venâncio se inseria no grupo de formados por essa escola que nos anos 20 quiseram criar condições para reconstruir o Brasil. Lourenço Filho, em pertinente análise, aponta os nossos anos 20 como "década que se caracterizou por mais viva presença dos engenheiros no domínio dos estudos sociais. Por muito tempo, esses estudos normalmente estiveram reservados aos juristas. Houve neles, depois, um incursão de médicos através da medicina social. A era dos 20 assinalou a presença de engenheiros, não chamados ainda a resolver problemas estritamente tecnológicos, como agora (1959), mas atraídos pelo desejo de estudar e explicar os problemas sociais, em todo o seu conjunto. É a época de um brilhante grupo de engenheiros educadores: Heitor Lyra, Venâncio Filho, Everardo Backheuser, Azevedo Amaral, Ferdinando Laboriau, Tobias Moscoso, Dulcídio Pereira, Mário de Brito, Barbosa de Oliveira, Menezes de Oliveira..." (apud, A. Venâncio Filho, 1984). Laboriau nascera em 1893 e também merece ser mais estudado.

A Associação Brasileira de Educação fora fundada em sala da tracional escola do Largo de São Francisco, no Rio, e ali deu os "primeiros passos". Já em 1925, passava para a sua primeira sede, que foi obtida com sala de conferências pela educadora Branca Fialho, no prédio da Liga Contra a Tuberculose, na Avenida

Almirante Barroso, onde ficou até 1927. Isso é informação de Venâncio em texto incluído em seu livro *educar-se para educar* (com título sem maiúsculas), em edição Ariel, Rio, 1931. Nessa obra está texto de 1929, em que o autor dizia: "Engenheirando da velha Escola Politécnica, que não esquece nunca a linha marcada de civismo, que se aliou sempre às preocupações do seu curso de estudos, desde a campanha generosa da abolição, com Rebouças à frente, até o movimento pela educação nacional, que despertou na ação fecunda de um filho de lá, que nos fundou e criou: Heitor Lyra".

Tal era a perspectiva comparativa aberta pelo autor, para a educação, no seu pensamento e no de seus companheiros de ideal e de ação.

Venâncio cita Branca Fialho várias vezes, como membro da diretoria da ABE nessa época. Mais tarde, ela - irmã de Álvaro e de Miguel Osório de Almeida - viria a ser presidente da instituição. Também dedica dois dos seus textos aos irmãos Edgar e Carlos Mendonça, suprimindo o Süsserkind de seu sobrenome. Destes, ele foi grande amigo, e como o primeiro deles, tratou muito da função educativa dos museus na vida moderna. Progressista, Venâncio era pela utilização também do rádio e do cinema como equipamentos educativos.

A maior vocação de Venâncio era a de professor, tendo atuado no Instituto de Educação, no Pedro II e no Bennett. Nesse colégio conheceu, em turma de 1924, sua dedicada esposa, Dina, bem mais jovem, que continua a viver. Foi em São Paulo, indo para as comemorações euclidianas em São José do Rio Pardo, que faleceu Venâncio Filho, em 12 de agosto de 1946.

Vários motivos podem explicar o seu entusiasmo pela obra de Euclides da Cunha. Entre os seus muitos textos a respeito do autor de *Os Sertões*, estão dois volumes publicados na "Brasiliana", em 1938 e 1940, o primeiro reunindo cartas do escritor, que foi também engenheiro. Em uma epígrafe em livro sobre Euclides, Venâncio destacava "Sem misticismo, sem empirismo", frase de Euclides. Venâncio formou-se ele mesmo dentro de um racionalismo crítico e diz que este e a sua atitude científica são uma contribuição de Roquette Pinto à sua formação no Colégio Aquino.

Venâncio escrevia bem e freqüentemente. A precisão de suas cuidadas informações aumenta o valor de seus textos e depoimentos. Eu o conheci pessoalmente, por volta de 1940, na ABE e em conferências e debates no Instituto de Estudos Brasileiros, que fora criado sobretudo por parentes e amigos dos engenheiros sacrificados no famoso desastre aéreo de 1928, na Guanabara. Esse Instituto merece ser objeto de tese de mestrado ou doutorado em nossas universidades. Por volta de 1942 ele escreveu artigos para a revista, então de "alta cultura", *O Homem Livre*, dirigida por meu pai, Hamilton Barata.

Relembre-se ainda que Fernando Segismundo, ao falar há pouco na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, na ABE, sobre Venâncio, acentuou a importância das noventa cartas de Fernando de Azevedo ao educador fluminense, as quais comprovariam a cooperação deste em algumas partes do livro **A Cultura Brasileira**, editado originalmente pelo IBGE. As cartas são mencionadas, de passagem, por Alberto Venâncio, em conferência de 1984. As eventuais posições de centro do democrata Fernando de Azevedo são realçadas no recente artigo de Nelson Piletti, em "O Estado de S. Paulo", do dia 9 de abril do corrente ano, quase às vésperas do centenário de Francisco Venâncio Filho.

UM PINTOR ITALIANO NO BRASIL

Duílio BATTISTONI FILHO

Um dos maiores pintores do Segundo Reinado e primeiro decênio da República foi o italiano Nicolau Antonio Facchinetti (1824-1900) que, por motivos políticos, após a revolução italiana de 1848 contra o domínio austriaco, aqui chegou um ano mais tarde. Sua vida e obra estão contadas no belo livro de Donato Mello Júnior, editado pela Art Editora Ltda e Editora Record, em 1982.

Historicamente é importante assinalar que, com a maioria de D. Pedro II, em 1840, muitos pintores aqui aportaram com a finalidade de pintar retratos imperiais ou de personalidades políticas e da elite social, sempre muito próximas da Corte. As oportunidades que se abriam no Brasil para esses pintores eram imensas e fizeram com que muitos deles permanecessem no país até a sua morte, como é o caso de Facchinetti. Graças ao seu imenso talento recebe encomendas de membros da Corte, de particulares para retratos, paisagens urbanas e rurais. O Almanaque Laemmert, de 1850, o cita pela primeira vez como pintor de paisagem.

Percebemos nesta sua biografia artística a flexibilidade do gosto dos consumidores que o endereçavam, ora para as paisagens, ora para os retratos de forte influência romântica francesa. Detalhista, minucioso, Facchinetti chegava ao extremo de visitar os locais antes de pintá-los, fixando com exatidão o ponto certo para não cometer erros. Basta lembrar o rigor com que pintou a praia de Copacabana para o Conde d'Éu e a princesa Isabel.

A chegada ao Brasil, em 1874, do pintor alemão Georg Grimm muito contribuiu para a pintura ao ar livre. Facchinetti absorveu demais os seus ensinamentos, pois, ao morar em Teresópolis, foi o primeiro a descobrir as belezas dessa região serrana. Muitas telas desta região estão em coleções particulares como as do príncipe Dom João de Orleans e Bragança, Américo Jacobina Lacombe, família Guinle, para citar algumas.

Indiscutivelmente o pintor italiano se realizou nas paisagens. São famosas as vistas urbanas do Rio de Janeiro e arredores, assim como as fazendas do Vale do Paraíba e de algumas localidades mineiras. O que nos chama a atenção em

suas telas é a presença da luz, principalmente nos panoramas em que explora os efeitos da tarde ou da madrugada em paisagens do Rio, Paquetá, Petrópolis e de Teresópolis.

Em sua carreira no Brasil ganhou diversos prêmios nas famosas Exposições Gerais de Academia Imperial do Rio de Janeiro. Basta mencionar o seu quadro Lagoa Rodrigo de Freitas, atualmente no Museu Nacional de Belas Artes.

O livro de Donato é particularmente interessante não só pela reconstituição da trajetória do artista, sua imensa curiosidade pelas localidades brasileiras (chegou a morar, além do Rio, em Niterói, Teresópolis, Caxambu e São Tomé das Letras) como pela maneira com que expressa a cultura e o gosto de uma época. Amou o Brasil e está sepultado em nosso país.

AS TÉCNICAS NA ROMA ANTIGA

João RIBEIRO JÚNIOR

Os romanos aperfeiçoaram-se quanto às técnicas. Na construção de estradas, por exemplo, eram excelentes. Construíram-nas desde o muro de Adriano ao Golfo pérsico, das montanhas do Atlas ao Cáucaso, num total de 75.000 km. Essas estradas tinham meio-fio de pedra, e a cada milha, em ambos os lados, **petra miliari**, que indicavam as distâncias, e para interceptar passagem, **gomphus** (frades-de-pedra). Nas cidades havia passeios de ambos os lados. Em regiões chuvosas, deixavam câmaras para o escoamento das águas; e nas pantanosas, construíam calçadas de madeira sobre pilares.

Eles abriam suas estradas o mais à direita possível sobre montanhas, estepes e pântanos, onde usavam a técnica de Teodoro de Samos (inventor do torno, da chave e do polimento do mármore), de implantação de um embasamento de alvenaria, como a famosa **Via Ápia**, aberta em 312 a.C. pelo censor Ápio Claudio, em plena guerra dos samnistas. Era uma estrada de 8 m de largura por uns 540 km de extensão, que ia desde Roma a Cápua, passando por Terracina; mais tarde, foi prolongada até Brundiscium, via Benevento e Tarento. Atualmente é utilizada em parte.

Construíram, também, inúmeras pontes de pedra, sendo a mais espetacular a que Apolodoro, por ordem de Trajano, construiu entre os anos 103 e 105 sobre o Danúbio, junto à Porta de Ferro. Era uma armadura de madeira sustentada por 20 pilares de pedra de 45 m de altura. Os materiais usados eram os encontrados no local; geralmente assentavam um leito com blocos de pedra e cobriam-no com camadas de seixos e areia; a superfície era de blocos de basalto ou cascalho ligado com argamassa calcária.

Uma das especialidades romanas era a construção de **aquedutos** para a distribuição das águas na cidade, que atingiam as fontes públicas, os edifícios públicos e as residências. A canalização era feita através de tubos e canais subterrâneos.

É de se notar que o consumo de água em Roma era altíssimo, devido aos banhos públicos ou **termas**, sendo as mais famosas a de Caracala e a de

Diocleciano, com capacidade para 2.000 ou 3.000 pessoas. Estas termas possuíam aquecimento central: fogões eram construídos por baixo dos pisos de ladrilhos refratários, e o produto da combustão era dirigido através de canos de chumbo, instalados nas paredes, e finalmente lançado na atmosfera. Uma invenção romana muito prática é a estufa portátil de carvão vegetal utilizada para esquentar a água e para a calefação.

Para os teatros foram elaborados vários mecanismos técnicos com a finalidade de produzir sons, levantar e descer os artistas, jorrar água, transformar o palco em lago (as **naumaquias**, simulação de batalhas navais), etc.

Contudo, foi na **técnica militar**, uma verdadeira arte, que os romanos superaram todos os povos da Antigüidade.

A Técnica Militar Romana

Na história militar dos romanos temos a considerar dois períodos distintos: o primeiro abrange a época das suas conquistas; no segundo vemos a decadência de seus exércitos, e o conseqüente esfacelamento do Império nas mãos dos bárbaros.

No primeiro período, só o cidadão romano tinha o nobre privilégio de defender a sua pátria; os estrangeiros figuravam no exército romano como tropas auxiliares; a disciplina era inexorável, a ponto de Manlio Torquato mandar, na frente do exército reunido, decapitar seu filho que, contra as ordens em vigor, aceitara o combate singular que lhe fôra proposto por um chefe latino.

O recruta só depois de um exame minucioso era recebido nas fileiras; e no decurso do seu noviciado militar estava sujeito a uma educação especial, em que o jogo das armas, os exercícios corporais, e os trabalhos de fortificação constituíam parte integrante. Todos os meios para tornar o soldado robusto, infatigável e sóbrio, se empregavam. Um simples fato mostra a severidade com que era educado o recruta romano: para habituá-lo às longas marchas e robustecer-lhe as pernas, as suas caligae (uma espécie de borzeguim) tinham uma pesada sola de chumbo.

No segundo período, o da decadência, a honra de combater pela pátria deixa de ser o apanágio do cidadão romano; os exércitos são compostos de mercenários, e até de escravos, - e o Império romano torna-se presa dos povos bárbaros.

A **Legião romana** formava primitivamente em três linhas dispostas em xadrez. As duas primeiras linhas dividiam-se em pequenas frações (**manipulus**)

de dez fileiras e doze filas cada uma (120 homens); na terceira linha os **manípulos** tinham somente dez fileiras a seis filas de frente (ou 60 homens); os intervalos entre os **manípulos** eram iguais à frente das frações, de modo que, vista à distância, a Legião parecia uma linha contínua. A distância entre as linhas era igual à profundidade dos **manípulos**; os soldados não estavam unidos na fileira, mas separados dos seus camaradas e em todos os sentidos por um intervalo de 6 pés romanos (1,78m).

O nome **manipulus** (manípulo) provém de que nos primeiros tempos da República romana, cada grupo de 120 combatentes tinha por insígnia um punhado de feno (**manipulus**) atado na extremidade de uma lança. Com o engrandecimento da República, estas insígnias foram modificadas atingindo várias formas, que serviam para distinguir as Legiões. Algumas era de rico trabalho artístico; e, quando a Legião merecia, pelos seus feitos, a distinção de uma coroa, esta era posta na insígnia. Além das tropas que combatiam em linha, a Legião tinha dez **manípulos** de infantaria ligeira para lhe cobrir os movimentos: estes soldados, jovens de 18 anos, denominavam-se **velites**, que davam começo à luta, travando escaramuças com o inimigo.

O legionário fazia a sua aprendizagem militar como **vélita**, e só passava a soldado de linha em recompensa de atos de valor e dedicação militar. O armamento da Legião não era homogêneo. Os **vélites** tinham por armas defensivas um capacete e um escudo redondo (**parma**), e como armas ofensivas sete dardos de arremessar e uma espada curta e larga. Tácito fala das vantagens que os romanos tinham sobre os bretões, porque possuíam espadas com ponta e sabiam usá-las.

Os soldados da primeira linha (**hastati**), e os da segunda linha (**principes**) usavam um armamento defensivo completo, composto de capacete, couraça de bronze formada geralmente de Lâminas embricadas, e um escudo retangular convexo (**scutum**); o armamento ofensivo compunha-se de dois chuços (**pila**), dois dardos e uma espada como a dos **vélites**, arma predileta do soldado romano.

Os soldados da terceira linha (**triarii**) tinham o mesmo armamento defensivo que os demais legionários: as armas ofensivas constavam de um pique (lança) comprido e espada. Os **triários** eram veteranos afeitos à guerra; e sua intervenção decidia, geralmente, a sorte do combate, no qual só tomavam parte em último recurso, donde provém a locução latina: **Res ad triarios rediit** (foi preciso empregar todos os esforços, isto é, o caso chegou até aos triários).

Tal era a Legião romana, a qual, considerada como máquina de combate, é, pela sua composição e mobilidade, muito superior à **falange grega**: podia facilmente decompor-se em corpos pequenos (imagem reduzida da Legião), para o que bastava reunir um certo número de **manípulos**, sendo o menor de três **manípulos** de linha e um de **vélites**, para ter um destacamento pronto a operar em

toda a parte. A sua composição em frações pouco profundas e da pequena frente permitia-lhe operar em todos os terrenos, ainda os mais acidentados. Tinha, porém, o defeito de deixar passar pelos intervalos dos **manípulos** o inimigo que, como sucedia com os soldados bárbaros, penetrava audazmente por eles e rodeava então os **manípulos**. Mario, vencedor dos germanos, modificou a organização legionária substituindo o manípulo pela **coôrte** (**cohors**, décima parte da Legião).

Antes, porém, de prosseguirmos, darei uma idéia do modo como combatia a Legião. O combate iniciava-se por uma escaramuça dos **vélites**, que mais tarde retiravam-se pelos intervalos dos **manípulos**, e vinham tomar posição nos flancos e retarguarda da Legião. Os **hastários** davam então, ou recebiam, o primeiro choque, sendo apoiados pelos **príncipes** que, se a ação era ofensiva, passavam para a frente dos **hastários** pelos intervalos dos manípulos da primeira linha; no caso de uma ação defensiva, vinham ocupar estes intervalos, convertendo a Legião em uma linha cheia como era a falange grega. Os **triários** observavam o combate, em prontidão, e só intervínham para decidir a ação ou, em caso de desastre, proteger a retirada das primeiras linhas batidas.

A primeira modificação na organização legionária foi, como mencionado, introduzida por Mário, e motivada pelo gênero de adversários que tinham a combater. Na organização de Mário, em que a **coôrte** substituiu o manípulo, a terceira linha foi suprimida.

Júlio César, conservando a organização em **coôrtes**, formava a Legião em três linhas: na primeira linha punha quatro coôrtes, três na segunda, e três outras na terceira linha; os intervalos entre as **coôrtes** eram de aproximadamente $1/6$ da frente, e as distâncias entre as linhas $1/2$ da frente da **coôrte**. Na organização cesariana, o armamento das três linhas é uniforme, e a terceira somente difere das duas primeiras por ser formada, na qualidade de reserva, de veteranos experimentados. A organização em **coôrtes** termina o período mais brilhante da Legião e da história militar dos romanos.

Pouco a pouco, a medida em que a prosperidade aumenta, as instituições militares, que fizeram a glória de Roma, decaem e são mesmo totalmente esquecidas; o serviço militar deixa de ser pessoal e obrigatório; as substituições são freqüentes; a infantaria mal recrutada perde o seu valor; as armas defensivas são postas de lado, porque os romanos já lhes não podem suportar o peso; as armas de arremesso, que permitem combater ao longe, são preferidas às espadas; e para acabar de perder a Legião, tirando-lhe a sua mais preciosa qualidade, a mobilidade, incorporam-lhe, além das torres e ariete, o carrobalista, o onagro e a catapulta: pesadas máquinas de guerra, que lançavam pedras de até 250 kg, compridos e grossos dardos de 100 kg (**pilamuralia**) e virotões (**trifax**) de 1,5 m de comprimento, e exigiam até 20 soldados para as manobrar.

Flávio Josefo em sua **Guerra dos Judeus contra os Romanos** (Livro 3, XVXX, 254-262), faz uma descrição das táticas romanas no cerco de Jotapata durante a Guerra Judaica de 68 d.C.: Cercados em três lados por precipícios, os romanos só conseguiram alcançar o quarto lado após cinco dias de luta. Foram levantados tapumes para proteger os soldados que construíram uma rampa de terra até ao alto das muralhas, e 160 catapultas mantinham uma barragem de pedras, setas e dardos de fogo, mas os judeus apenas aumentaram as suas defesas. Avançou um ariete com os seus operadores protegidos por tapumes horizontais, porém os judeus atacaram-no com pedras redondas e alcatrão, e avariaram-no. Foram as escadas de escalagem que venceram, embora os homens protegidos por **tartarugas**, uma armadura feita pela junção dos escudos sobre a cabeça, fossem muito castigados pelo azeite e pelo alcatrão fervendo, que lançaram sobre eles.

Dois fatos que citei deram idéia ao leitor do que eram a disciplina e a educação militar dos romanos. Recordarei ainda que o centurião usava, como distintivo, uma bengala de videira com a qual fustigava o soldado que não fazia o seu dever na fileira. O castigo com a videira não era reputado aviltante, tanto que as varas de videira não podiam fazer parte dos feixes dos **lictiores** (oficiais às ordens dos magistrados, que os acompanhavam, caminhando à sua frente, levando ao ombro os feixes (**fascas**) e na mão direita uma vara (**virga**); faziam às vezes de carrasco).

Cada soldado transportava, além das suas armas e vestuário, uma enxada ou picareta, uma estaca e um bormal com trigo para quinze dias, num total de 45 kg; com este peso fazia marchas ordinárias de sete a oito léguas por dia (e doze quando eram forçadas); e no fim de uma marcha feita nestas circunstâncias, tinha ainda que fortificar o seu acampamento. Durante a paz, as legiões eram empregadas na construção das estradas estratégicas. (No geral, o trabalho nas estradas era feito por prisioneiro de guerra ou por trabalhadores forçados da região vizinha).

A **cavalaria romana** não difere da grega nem na organização nem no armamento. Os romanos tiveram sempre pouca cavalaria nacional, recorrendo, geralmente, aos aliados para lhes fornecerem esta arma. Das cavalarias auxiliares, as mais afamadas era a Númida, e no tempo de Júlio César, a Gaulesa.

A cavalaria legionária romana, compunha-se de dez **turmae** (de 30 soldados e 5 oficiais cada uma); a **turmae** fornava em três fileiras com um chefe na frente, um em cada flanco, e dois na retaguarda, cobrindo as filas extremas.

A cavalaria romana combatia tanto a pé como a cavalo, e foi sempre medíocre. Nem os gregos nem os romanos usavam de estribos e de selas; estas eram substituídas por **xairel** (cobertura feita de tecido, couro ou pêlo), e os estribos só apareceram no tempo de Carlos Martel, no século VIII.

Há autores que afirmam que a utilização do estribo se deu entre os Sármatas, arqueiros persas da estepe do sul da Rússia, e daí passou para os Vândalos

da Germânia; outros, porém, admitem que os estribos foram introduzidos no Ocidente em tempos de Carlos Martel, que graças a esta invenção dispôs de um recurso que permitiu aos seus cavaleiros francos a lançarem-se à carga com todo o pêsso, sem perigo de serem projetados do cavalo pelo impacto, o que vai ser decisivo para o resultado das batalhas.

A força do Estado romano era o seu exército; a marinha era muito mais mercantil do que de guerra. O poder marítimo romano desenvolveu-se depois dos outros povos mediterrâneos. Data de 395 a.C. a primeira menção de um barco romano; antes desta data nada se sabe.

Todavia, a posse de vários portos trouxe à Roma a necessidade de possuir uma frota mercantil; o único empecilho para seu desenvolvimento era a rica Cartago, que dispunha de uma poderosa marinha. Era necessário, pois, destruir Cartago (**Delenda Carthago**, dizia, diuturnamente, Catão, o Censor, no Senado); mas, se os romanos, nas sangrentas guerras Púnicas, tinham sucesso em terra, os cartaginenses, donos do mar, facilmente reconquistavam as cidades costeiras. E foi justamente a partir de uma naufragada galera qüinqüirreme cartiginense que os romanos começaram a construir seus navios com a madeira, que as encostas dos Apeninos ofereciam.

Ao que parece, foram os gregos que construíram os primeiros navios destinados a batalhas navais: as galeras trirremes, durante a Guerra do Peloponeso (431-404). Os navios de guerra eram classificados segundo o número de filas de remos colocados verticalmente umas em cima das outras; assim: qüinqüirremes, quadrirremes, trirremes e birremes.

Para neutralizar a técnica marítima cartagineses, os romanos inventaram os **corvus**, espécie de pontes com ganchos, os quais reduziam a luta a combates corpo a corpo como em terra firme. Havia, também, o **rostrum**, espécie de esporão para furar os cascos.

O comando da frota romana estava a cargo dos cônsules (**praefectus classi**), às vezes substituídos pelos pretores. Cada navio tinha uma tripulação mais ou menos composta de 50 marinheiros (**nautae**), 300 escravos remadores (**remiges**) e 120 legionários (**milites classiari**).

A primeira grande vitória naval romana foi alcançada pelo cônsul Duílio, em Lipari, durante a primeira guerra Púnica.

A posse das forças navais permitiu, então, alterações na política romana, como a que presidiu e fundou o regime imperial, decidida em Ácio (31 a.C.) entre as esquadras de Otávio e de Marco Antonio e Cleópatra. Embora as forças estivessem equilibradas, Otávio foi vitorioso porque usou pequenos trirremes (**liburnae**), rápidos e móveis, como aconselhara Sexto Pompeu, enquanto que

Antonio tinha quinqüerremes (**naves longae**), pesados, de difícil manobra, armados com torres de madeira. A partir daí, Otávio Augusto, senhor do Império, preocupado, sobretudo, em manter a paz, cria flotilhas fluviais para assegurar os controles alfandegários e observar as deslocações dos povos “bárbaros”, no Reno, no Danúbio e até no Eufrates; e aumenta a frota de guerra, que foi instalada nos portos de Micênio, perto de Nápoles; em Tavena; na Gália, e em Bizâncio.

Com estes sucessos no mar, muitos cidadãos romanos venderam suas propriedades agrícolas, e, com o apoio da nobreza senatorial, que queria participar do comércio marítimo, deram impulso a expansão naval mercantil, com a construção de barcos de transporte (**naves onerariae**). Roma, então, durante séculos dominou todo o Mediterrâneo, o **Mare Nostrum**.

LANGSDORFF EM SANTA CRUZ

Sinvaldo do Nascimento SOUZA

O NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz) é uma das entidades integrantes da Comissão Coordenadora da Associação Internacional de Estudos Langsdorff (AIEL), que tem por finalidade a pesquisa, o estudo, a divulgação e a publicação de todo o acervo existente em arquivos, bibliotecas e museus públicos e particulares do Brasil e de outros países, produzidos durante a expedição científica de George Heinrich von Langsdorff (Grigori Ivanovich Langsdorff) e seus companheiros de viagem a diferentes regiões do mundo. A AIEL, fundada na Universidade de Brasília em 30 de novembro de 1990, visa a cooperação internacional de especialistas de diferentes áreas do conhecimento para o estudo e a utilização do acervo no interesse da atualidade, de acordo com o que preconiza o projeto **Langsdorff de volta**.

Segundo palavras do historiador Boris Komissarov, presidente da AIEL, o destino do cientista e viajante Langsdorff está intimamente relacionado a três países. Nasceu na Alemanha, trabalhou a serviço da Rússia, mas o seu coração pertenceu completamente ao Brasil, personificando quase vinte e cinco anos de pesquisa de representantes da ciência russa em terra brasileira (1813-1836). Como resultado, formou-se um vasto material sobre a natureza, a população e a vida econômica do Brasil.

O acervo Langsdorff é constituído por manuscritos, mapas, plantas de cidades, desenhos, herbários, coleções de sementes, frutos, amostras de madeiras, coleções zoológicas e etnográficas.

A passagem de Langsdorff por Santa Cruz ocorreu há mais de 176 anos, conforme descrição no seu relatório ao ministro de Negócios Estrangeiros da Rússia, K. Nesselrode, que nos foi enviado pelo Professor Boris, traduzido do francês, dos arquivos existentes na antiga Universidade Estatal de Leningrado.

"A 24 de fevereiro (1818) o rei partiu para a sua casa de campo em Santa Cruz e, na véspera, havia feito a comunicação ao seu Corpo Diplomático. Esta casa de descanso - continua Langsdorff - antes pertencia aos jesuítas. O rei sempre gostava de receber ali os

representantes do Corpo Diplomático e outras pessoas. Para conceder-lhe um prazer, parti para lá junto com o Conde Fleming, embaixador da Prússia. O caminho não é mau, mas é pouco variado. Pequenas colinas, campos arados, estepes vastas e secas, onde há poucos animais, altas montanhas ao longe - eis tudo o que se pode ver. A maior parte do caminho é arenosa e muito cansativa. A distância do Rio de Janeiro é de 16 a 18 léguas francesas. Pelo caminho é difícil conseguir um copo de boa água. Fazia muito calor e, depois de um caminho noturno de 12 horas, chegamos de manhã cedo. Logo depois da chegada fomos convidados para o pequeno almoço pela Viscondessa de Rio Seco. Diz-se que o Senhor de Rio Seco, antes era na Corte uma espécie de criado, mas com o tempo conseguiu ganhar muito dinheiro e na altura da partida do rei de Portugal tornou-se fabulosamente rico. Foi ele que emprestou mais de 200 mil cruzados de contado. Há cinco anos foi-lhe concedido o título de Barão, e por ocasião da coroação recebeu o título de Visconde. Este homem é a pessoa de confiança do rei em todos os negócios, seu mordomo, etc. Agora responde pelas obras do palácio que se constrói em Santa Cruz.

Depois da visita a T. A. Villa Nova e Portugal, o Ministro do Estado, que acompanhou S. M. a Santa Cruz, e convidou-nos para o almoço, fomos perto de uma hora apresentar os nossos cumprimentos ao rei. Pedimos-lhe licença para ver o Príncipe e a Princesa, que chegaram logo depois da saída do rei. A conversa com o Príncipe referia-se principalmente à caça, sua distração predileta. Ele contou-nos quantas galinhas tinha matado naquele dia, saiu e em breve voltou com cinco aves, das quais deu três de presente ao Conde Fleming, e eu recebi duas. Despedindo-nos das Suas Altezas, passamos pelo corredor e as salas de gala com os presentes reais nas mãos.

O Visconde do Rio Seco, como intendente principal de Santa Cruz, mandou entregar-nos as chaves da casa destinada a receber o Conde d'Eltz, que tinha chegado aqui há pouco. Lá estavam à nossa disposição os criados reais.

O Palácio de Santa Cruz está situado numa baixa colina. Ao redor não há sombra, nem rio, dificilmente se pode conseguir água potável. Parece-me que lá o calor é ainda maior que no Rio de Janeiro. As estepes que se estendem em redor às vezes ficam inundadas. No dia seguinte despedimo-nos de S. M. e de noite, para escapar ao grande calor do dia, voltamos para o Rio de Janeiro. S. M. ficou muito contente com esta prova de atenção, mas esta empresa resultou bastante cara. S. M. voltou de Santa Cruz no dia 2 do mês corrente."

As visitas dos representantes do Corpo Diplomático credenciados no Rio de Janeiro eram comuns, sempre que o rei ou os imperadores se encontravam

em Santa Cruz. Nos arquivos do NOPH possuímos outros registros interessantes. A passagem de Langsdorff ocorreu antes mesmo dele empreender a mais importante expedição científica realizada no século XIX em nosso País, cujas conseqüências pessoais seriam lastimáveis. Sua vida terminou de forma triste. Sofreu, na Amazônia, fortes febres que o levaram à perda da memória para sempre.

Felizmente, após ter permanecido mais de cem anos no esquecimento, o Acervo da Expedição Langsdorff começou a ser divulgado graças ao empenho dos historiadores Boris Komissarov, Vladimir Reznikov e Marcos Pinto Braga. Diversos protocolos foram assinados e alguns simpósios internacionais realizados, estando a NOPH sempre representado, inclusive em Hamburgo, na Alemanha, na pessoa do Professor Carlos Rosa de Azevedo, presidente da Associação dos Brasileiros Diplomados na extinta URSS, e que, na oportunidade, descreveu a nossa participação no **Projeto Langsdorff de volta-Santa Cruz**.

O nome esquisito do Barão de Langsdorff e a incomensurável importância da sua expedição científica pelo Brasil tornaram-se mais conhecidos e popularizados depois que a Escola de Samba Estácio de Sá apresentou a fascinante aventura como enredo carnavalesco na Marquês de Sapucaí.

(Transcr. de "O Grito", Rio de Janeiro 3 a 9 de março de 1994).

DEZ ANOS DE SAUDADE DO SOCIÓLOGO E ECONOMISTA VICENTE UNZER DE ALMEIDA

Oracy NOGUEIRA

No dia 20 de julho do corrente ano, se completaram dez anos desde o falecimento, em São Paulo, do sociólogo e economista **Vicente Unzer de Almeida**.

Tendo usufruído de sua amizade por pouco mais de cinquenta anos, não posso deixar passar a data sem uma manifestação de saudade e pesar.

Vicente nasceu em São Manuel, nas proximidades de Botucatu, em 22 de agosto de 1916, filho do ferroviário Vicente Ferrer de Almeida, natural de Itu, e de Dona Leonídia Unzer de Almeida, natural de Areias, no Vale do Paraíba, cidade que serviu de paradigma para Monteiro Lobato, na descrição das "cidades mortas" da região, no período de decadência da cafeicultura.

Segundo Vicente, o nome Unzer era corruptela de von Kusendarf, de um seu ascendente alemão, por parte da mãe.

Vicente passou a infância acompanhando o pai em suas andanças de ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana. Estavam em Presidente Epitácio, em 1924, onde o pai era agente da estação, por ocasião da revolução desse ano, chefiada por Isidoro Dias Lopes. Os revolucionários ocuparam boa parte da ferrovia e o pai de Vicente teve que se submeter às suas ordens. Vicente costumava lembrar a atenção e até carinho com que foi tratado, com cerca de oito anos, pelos soldados rebeldes.

Parte da infância, Vicente passou em casa de uma tia materna, em Birigüí, onde era professora primária, eficiente e enérgica, a quem deve sua alfabetização. Era mãe de seu primo Nelson Fortunato, que viria a estudar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, e seria advogado da Indústria Antártica de cerveja e refrigerantes e da Fundação Zerrener, à mesma ligada.

Aos doze anos, Vicente começou a trabalhar, como praticante de telegrafista do sistema Morse, na agência urbana da Estrada de Ferro Sorocabana,

em Botucatu. Além de receber e expedir telegramas, sob as ordens do agente Benedito Camargo, cabiam-lhe tarefas como preencher mapas estatísticos do movimento da agência, expedir conhecimentos de encomendas remetidas, entregar as que chegavam, varrer o interior da agência e o passeio fronteiriço, etc.. Seu Camargo era um burocrata rigoroso, exigente quanto ao horário, à pontualidade e às tarefas que atribuía.

Ao mesmo tempo em que trabalhava na Agência, em dois períodos - o matutino e o vespertino - Vicente frequentava as aulas do Ginásio Diocesano Nossa Senhora de Lourdes que deixou na segunda série, por dificuldade de conciliação com o emprego. Achou melhor fazer um curso prático de comércio, em escola anexa ao Ginásio, que concluiu em dois ou três anos e que logo se tornaria precioso para sua carreira de ferroviário.

Em 1933 ou 1934, Vicente começou a trabalhar como estagiário não remunerado na redação do diário **Correio de Botucatu**, de propriedade e dirigido por Manuel Deodoro Pinheiro Machado.

Em 1935, transferiu-se para São Paulo, onde continuou a trabalhar na Sorocabana, ao mesmo tempo em que se preparava para o exame de madureza, no Ginásio do Estado, para se habilitar ao ingresso em algum curso superior. Ingressou, também, na redação do jornal *O Estado de São Paulo*, em trabalho noturno, a princípio como revisor e, mais tarde, como redator, funções que exerceu por anos seguidos.

Com o diploma de conclusão do curso secundário, obtido com o exame de madureza, matriculou-se, em 1940, no curso de bacharelado da Escola Livre de Sociologia e Política, onde se veio a bacharelar em 1942. Em seguida, tratou de fazer o curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Com o diploma da Escola de Sociologia e Política e de Direito, deixou o emprego na Estrada de Ferro e foi trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, a princípio como cobrador e, mais tarde, como consultor jurídico.

Em princípio do decênio de 1950, com bolsa de estudo, foi com a mulher e a filha para os Estados Unidos, onde permaneceu três anos, regressando com o título de "mestre em economia", da Vanderbilt University. A partir daí, passou a se identificar profissionalmente antes como economista que como sociólogo.

Em princípio do mesmo decênio de 1950, em colaboração com o agrônomo e seu concunhado Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, realizou uma pesquisa sobre a migração do interior do Estado e de outros pontos do País para a cidade de São Paulo, levantando dados através de questionário aplicado a alunos de grupos escolares para saber a procedência dos pais, o que faziam antes de se

transferirem para a cidade de São Paulo e as ocupações que vieram a exercer após a transferência.

Publicada, essa pesquisa valeu aos autores o Prêmio Fábio Prado de Estudos Brasileiros da União Brasileira de Escritores. Nesse estudo, Vicente e seu colaborador mostravam, ao mesmo tempo, aspectos da mobilidade geográfica e ocupacional da população de São Paulo, chamando a atenção para o onus da formação de recursos humanos das regiões emissoras de correntes migratórias e para a vantagem das regiões receptoras, que recebiam migrantes já formados e em fase de produtividade, sem haverem contribuído para a sua formação.

Era um enfoque novo, revolucionário, que serviria para uma argumentação favorável a um investimento maciço em educação nas regiões emittentes de migrantes, em seu benefício e no das regiões recipientes...

Mais ou menos por essa época, Vicente passou a trabalhar na indústria automobilística, na Mercedes Benz do Brasil, onde veio a ocupar, por cerca de dez anos, a função de chefe do Departamento de Economia. Nessa função, cabia-lhe fazer pesquisas sobre a conjuntura e o mercado de auto-veículos e autopeças, com a produção de relatórios de interesse para a programação de atividades da empresa.

A par de todas essas atividades, Vicente ainda achava tempo e energia para lecionar, dando aulas na Escola de Sociologia e Política, na Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, na da Fundação Armando Álvares Penteado, no Curso de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, em São Paulo, e no curso de Economia de São José dos Campos, da Fundação Valeparaibana de Ensino.

Por ocasião de seu falecimento, Vicente estava empenhado numa pesquisa sobre o perfil dos alunos do curso de Economia da Fundação Álvares Penteado. Foi professor, também, do curso de Economia São Luiz.

Em 1942, Vicente se casou com a pianista Cleide Castanho, com quem teve uma filha, Mariana, que, estudando matemática e informática na Universidade de São Paulo, veio a se dedicar a este domínio, na Itautec.

Além do estudo mencionado sobre migração para a cidade de São Paulo, Vicente também deixou um trabalho interessante sobre a população de origem japonesa, produtora de chá, no município de Registro.

Vicente tinha pavor de ser considerado como incapaz. Por isso, trabalhou até as vésperas de ser hospitalizado. Ficou terrivelmente decepcionado quando, depois de deixar a Mercedes Benz do Brasil, atendeu a um anúncio de procura de executivo, enviando seu curriculum que foi aprovado, sendo, então, chamado para uma entrevista que resultou em sua não aceitação para o cargo, por motivo de idade, o que o deixou profundamente frustrado.

É de se lembrar sua atuação no programa de revisão agrária do governo estadual de José Bonifácio Nogueira Coutinho, no planejamento de assentamento de núcleo rural em Marília e de rizicultores chineses no Vale do Paraíba. Em conexão com o último projeto, viajou pelo Oriente, visitando os campos de rizicultura de Formosa.

Enfim, para os que o conheceram pessoalmente e acompanharam seu intenso labor de sociólogo, economista e professor, a memória de Vicente Unzer de Almeida está tão viva hoje quanto há dez anos e jamais perecerá.

Inesquecíveis, também, foram as numerosas bancas examinadoras que Vicente integrou, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Escola de Sociologia e Política, na Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco e outras instituições.

A biblioteca de Vicente, constituída de obras principalmente de Sociologia e Economia, foi doada pela sua viúva à Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, que a recebeu em marcante solenidade.

CENTENÁRIO DE UM HERÓI: GENERAL GOMES CARNEIRO

Waldemar de Almeida BARBOSA

A época é oportuna para se lembrar o centenário de um herói autêntico, que sacrificou sua vida no cumprimento do dever. A 9 de fevereiro de 1894 morria o General Gomes Carneiro, na defesa da cidade da Lapa, no Paraná. Os rebeldes federalistas do Sul pretendiam expandir-se, com a invasão de São Paulo; e Floriano apelou para o patriotismo de Gomes Carneiro, para que lhes impedisse a passagem, dos federalistas.

No exercício da presidência da República, Floriano, em mensagem ao Congresso Nacional, assim se referiu ao Gen. Gomes Carneiro, morto aos 48 anos incompletos: "O Exército que, por seus honrosos antecedentes, já era digno da gratidão nacional, mais digno agora se torna pelo importantíssimo papel que desempenhou, durante a revolta, e a auréola de um morto, na heróica defesa da Lapa, no Estado do Paraná. Pelas publicações da imprensa, já deveis ter conhecimento do que foi aquela defesa, onde o ínclito General Gomes Carneiro escreveu, talvez, a mais admirável página da história militar do Brasil."

Antônio Ernesto Gomes Carneiro nasceu na cidade do Serro, MG, em 18 de janeiro de 1846. Iniciou seus estudos no Seminário de Diamantina. Pouco depois, foi enviado para o Rio e matriculado no colégio dos beneditinos. Sua mãe tencionava fazer dele um monge beneditino. Mas o jovem tinha vocação decidida para a vida militar. Expôs aos pais seu desejo de ingressar na Escola Militar. Em 1864, sem prévia declaração de guerra, os paraguaios invadem o Mato Grosso e, em seguida, o Rio Grande do Sul. O Brasil achava-se inteiramente despreparado para a guerra... É aberto voluntariado. E o jovem Antônio Ernesto Gomes Carneiro, com apenas 19 anos de idade, alista-se no Primeiro Corpo de Voluntários da Pátria. É o voluntário nº 1. Em carta à mãe, justifica-se apontando "duas razões fortes": "o meu dever como brasileiro e o meu interesse como quem deseja seguir a carreira militar". Seu batismo de fogo deu-se em S. Borja, no Rio Grande do Sul. Durante os cinco anos do conflito, participou de quase todas as batalhas. Ferido gravemente em Estero Bellaco, recebeu sua primeira condecoração e seis meses de licença, para tratamento

e recuperação da saúde. Dois meses e meio depois, ei-lo novamente em nossas fileiras, embora com a mão esquerda aleijada. Novo ferimento grave recebeu em Lomas Valentinas. Na fase final da guerra, foi outra vez ferido, na batalha de Beribebury, quando sua bravura mereceu referências elogiosas do Conde d'Eu. Terminada a guerra, como Tenente em comissão, passou a integrar o Exército no posto de Alferes. Com 25 anos, realizou seu velho sonho, ingressando na Escola Militar, onde concluiu os cursos de Infantaria e Cavalaria, Matriculou-se então na Escola de Tiro de Campo Grande. Nos estudos, classificava-se em primeiro lugar. Nas várias funções que desempenhou no Exército, o zelo no cumprimento do dever foi-lhe proporcionando sucessivas promoções. Entre essas funções, cumpre destacar a construção da linha telegráfica entre Uberaba e Cuiabá, quando teve como auxiliar o então Tenente Cândido Mariano da Silva Rondon.

Floriano, desde os campos do Paraguai, tornou-se admirador de Gomes Carneiro. Quando Ministro da Guerra do Governo Provisório, quis promovê-lo a major. Encontrou alguma resistência por parte de Deodoro. Mas Floriano insistiu e o Chefe do Governo Provisório assinou o ato de promoção de Gomes Carneiro.

No exercício da presidência da República, Floriano fez caloroso apelo a Gomes Carneiro para que aceitasse o encargo de salvar a República, impedindo a marcha dos federalistas. Deu-lhe carta branca. Na cidade da Lapa, o Coronel Gomes Carneiro assumiu o comando de um grupo de soldados desiludidos, dispostos a se renderem. O cel. J. B. Magalhães, no seu estudo sobre o episódio, designa a tropa, até então sob o comando do General Argolo como "desmoralizada". O nome de Gumercindo Saraiva, comandante dos rebeldes, inspirava terror. O próprio governador do Estado havia fugido. Foi tremendo o esforço do bravo militar no sentido de levantar o ânimo da tropa. A bravura pessoal do comandante passou a inspirar confiança nos comandados. Foi heróica a resistência às forças oito vezes superiores de Gumercindo Saraiva. Ferido mortalmente por uma bala que lhe perfurou o estômago e o fígado, Gomes Carneiro faleceu em 9 de fevereiro de 1894. Antes de morrer, mandou chamar o Cel. Lacerda e outros oficiais e deles exigiu um juramento: "Juramos pela nossa honra lutar, enquanto houver munição".

Ao saber da morte de seu amigo, Floriano fez questão de baixar um decreto com data de 8 de fevereiro, promovendo-o a general.

José Maria Bello, o historiador da República, reconhece que Gomes Carneiro "escreveu uma página relevante na história militar do Brasil e na da consolidação da República".

As circunstâncias que cercaram a morte do General Gomes Carneiro repercutiram intensamente, em todo o país. Em abril de 1894, os Guardas Nacionais do 108º de São Paulo deram início a uma campanha, não só na cidade de S. Paulo,

mas em todo o Estado, com uma subscrição, com o fim de garantir o futuro dos filhos do general morto. A subscrição teve êxito espetacular. O PAÍS, do Rio de Janeiro, abriu uma subscrição popular, com o fim de proporcionar a tranqüilidade financeira à viúva e aos filhos. O ESTADO DE SÃO PAULO e o CORREIO PAULISTANO TAMBÉM ABRIRAM SUBSCRIÇÃO POPULAR; A primeira, a do ESTADO DE SÃO PAULO, atingiu à soma de 30:000\$000 (trinta contos de réis) importância que foi empregada na compra de uma casa para a viúva, na rua Figueira de Melo. A segunda, do CORREIO PAULISTANO, teve o apoio de Campos Sales, Rodrigues Alves, Francisco Glicério, Prudente de Moraes e outros republicanos históricos. Atingiu a soma de 150 contos de réis, que foram convertidos em apólices da dívida pública, a fim de, com os juros, garantir os estudos dos filhos do general. A Câmara dos Deputados aprovou Resolução, no sentido de se erguer um monumento, que perpetuasse a memória do herói morto. Uma estátua em Belo Horizonte, um busto na cidade do Serro, um mausoléu na cidade da Lapa, um obelisco em Curitiba procuram guardar a memória do herói.

HISTÓRIA E CIDADE

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Pelo significado na atualidade, sobretudo em sua dimensão histórico-cultural, que o estudo das cidades representa, a coletânea organizada pela Prof^a Stella Bresciani - *Imagens da Cidade - séculos XIX e XX* - é campo fecundo para reflexão, não apenas teórica, mas também técnica, a todos aqueles que se preocupam com o estudo das cidades.

Convém lembrar que quem trabalha com tal problemática já depara, de início, com o grave problema da quase inexistência de uma historiografia sobre a história das cidades brasileiras uma vez que, na verdade, o que é mais freqüente são as abordagens generalizantes. Aí a necessidade que se impõe do conhecimento de como nossas cidades se estruturaram, como ocorreu sua evolução urbana, como interagiram seus agentes sociais, como é seu cotidiano, como interpretar os símbolos de sua cultura material, como entender a oposição (?) entre rural e urbano, o velho e o novo.

E tudo isto foi analisado nos textos da presente publicação (Ed. Marco Zero), resultante de pesquisas elaboradas sobre os múltiplos aspectos das políticas urbanas desenvolvidas ao longo do processo histórico de algumas de nossas cidades - Pernambuco, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras - além do instigante artigo de Françoise Choay que, praticamente, abriu caminho para que historiadores e arquitetos melhor refletissem sobre as teorias em torno do urbanismo.

Ao tentarmos construir as múltiplas visões da cidade, ao nos apercebermos de sua dinâmica, da reordenação do espaço público, da redefinição da paisagem urbana em termos funcionais, será que não iremos questionar se esse espaço público não estaria deixando de ser o local formador da cultura para ser simplesmente o espaço de circulação? Neste sentido, é que se tornam relevantes os vários aspectos abordados nos trabalhos inclusos neste livro, que, com linguagem clara, fluente e objetiva nos proporciona diferentes leituras de alguns centros urbanos brasileiros, permitindo, assim, não apenas que novas pesquisas venham contribuir para o enriquecimento da historiografia brasileira em outras cidades do país, bem assim, para que os historiadores sintam a importância e responsabilidade de seu trabalho junto à pesquisa urbanística.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

O "BANDEIRISMO" E O ELEMENTO ESPANHOL DO PLANALTO*

(A propósito do tricentenário da aclamação
de Amador Bueno)

Cassiano RICARDO

Em generosa carta que me enviou, referente à **Marcha para Oeste**, Carvalho Franco me dizia: "Trabalho talentoso e elegante (sou obrigado a reproduzir exatamente este trecho) que aprecia em moldes modernos a nossa bandeira, expressão que acredito o paulista a adotou do espanhol que, desde o século XVI, usava do verbo 'banderisar' no sentido de levantar gente em bando".

A interessante observação do ilustre autor de **Bandeiras e bandeirantes de São Paulo** me levou a assuntar um bocado. O verbo "banderisar" tinha água no bico... A aclamação de Amador Bueno - cujo tricentenário o Instituto Histórico resolveu comemorar sabiamente -, tinha sido também, obra do elemento castelhano estabelecido no planalto. Por outro lado havia eu aprendido em Paulo Prado que o ódio ao espanhol fora um fator decisivo do nosso expansionismo histórico. Me pareceu contraditório esse pormenor. Se o paulista votava "ódio ao espanhol", como poderia o mesmíssimo espanhol ter cooperado no bandeirismo? O raciocínio me chegou a embatucar, confesso. Mas a melhor coisa do mundo é botar pingos nos "is" quando surgem dúvidas desse naipe. Foi o que fiz, matutando sobre a carta de Carvalho Franco - tão enxuta no estilo como exata na observação - no justo empenho de procurar saber até onde o elemento espanhol colaborou na bandeira, e "qual (como diria o autor de **Paulística**) a contribuição do sangue castelhano nas famílias paulistas do século XVII, quando o cruzamento se acentuou na população de serra acima pelo afluxo de espanhóis que subiram o Paraná e o Tietê".

(*) "O Estado de S. Paulo", 2, 6 e 9 de abril de 1941.

A bandeira não é, então, um fenômeno que se explica principalmente com o concurso indígena? Não tem dúvida que sim. E uma coisa não exclui a outra, absolutamente.

Sem tupi não há bandeira

Trecho de história: "Com a chegada do caraíba branco, foram os tupis que o receberam na costa e no planalto. E como o conquistador resolvesse invadir a terra, foram os tupis que o ajudaram nessa terrível empresa".

De certo que o planalto empurrava o invasor - vá. O rio, que a natureza fizera correr terra a dentro, não obstante haver nascido vizinho do mar, ofereceu-se p'ra caminho das ubás mobilíssimas. Mas os sentimentos que entraram na realização do fenômeno é que o esclarecem em toda a sua razão de ser. Saudade atávica da floresta, ambição trazida pelo português e vocação para o fabuloso característica do espanhol se deram as mãos, na espantosa arrancada. Ao lado desses sentimentos, o ódio da gente que falava a língua geral (e que havia tomado conta da costa) contra as gentes tapuias (que haviam ficado mais ou menos dispersas pelas regiões do centro) foi outro sentimento indígena de que se valeu o conquistador na esteira do refluxo índio. Neste caso, o tupi que já havia realizado a sua bandeira pré-colombiana ("homo primitivus migratorius") regressa p'ra um ajuste de contas com o seu inimigo tradicional.¹ E regressa já como co-autor do grande bandeirismo que, instigado pelos mitos de riqueza, dinamizado com a primeira geração de mamelucos (Basílio de Magalhães) e caracterizado por um comportamento social próprio, se tornou o fenômeno específico do planalto em suas relações com o Oeste. "Com trezentos tupis iremos ao Peru e isto não é fábula", diziam os paulistas ao donatário da capitania.

O espanhol que se fez botocudo

Antes de tudo é preciso não esquecer o quanto o bandeirante assimilou os processos culturais indígenas. Se o português lograra ser negro (culturalmente) muito mais conseguiu o "calção de couro", com referência ao índio, na sua capacidade de retorno ao primitivo; ao ponto de regressar à economia dos escambos "in natura"; de fazer do tejupar sua habitação e da rede seu sistema de dormir no mato; de adotar as estrelas e os cabeços dos montes p'ra lhe servirem de direção; de perder a noção da propriedade imobiliária; de se alimentar com pinhões e raízes de

(1) O Brasil no original, pág. 78.

árvores; de abrir carreador no mato, assinalando a passagem com galhos de árvore, quebrados; e, principalmente, de virar chefe de tribos. Pois o bandeirante - perguntará algum leitor mais assustadiço - regrediu a tal ponto que chegou a ser chefe de tribo? E eu lhe responderei, calmamente, com dois exemplos que, até hoje, não haviam despertado a atenção que merecem: o exemplo de Manuel de Borba Gato, entre os selvagens do rio Doce, e o de Antônio Pires de Campos, que se fez cacique dos bororos, entre o Paranaíba e o rio Grande. E já que estou falando do elemento castelhano relembrei o caso, citado por Varnhagen, de um espanhol que no norte do Brasil, se fez botocudo p'ra todos os efeitos.

Retorno ao primitivo

Naturalmente, ninguém irá confundir os que "se tornam" índios com os que, por simples malandragem, adotam nomes e costumes indígenas. Ferdinand Denis fica assustado com o semvergonhismo de alguns brancos que praticam, na íntegra, o rito tupinambá. Anchieta refere o costume feio de alguns franceses que, botando cocares de arara e tucano à cabeça, pendurucalhos vistosos nas orelhas e listando-se de jenipapo e urucum, imitaram os bugres em tudo (e quando digo em tudo, digo tudo e mais alguma coisa). Só lhes faltou comer carne humana, diz o Santo canarino. O caso do bandeirante paulista difere radicalmente de tais arremedos, não só pela sua capacidade de "retorno ao primitivo", como também pela sua conseqüente integração do "mundo fantasmagórico" do selvagem (lembre-se Anhanguera na cena do fogo). Não se trata de uma atitude. Trata-se de um caso de mobilidade cultural, digna de maior reflexão.

O costume de bandeirar é índio

A propósito, leio uma carta inédita de Capistrano, no último número da "Revista do Brasil" e nela encontra o seguinte pormenor: "Chamarei a atenção de V. Excia. (dirigia-se o famoso historiador ao barão do Rio Branco) p'ra uma carta de Anchieta, da qual se deduz (deduzi eu, pelo menos) que o costume de bandeirar é índio. Essa carta está na "Revista do Instituto", e refere-se a um ataque a Piratininga, em 1560. Outra circunstância interessante, e de que espero mandar a prova (continua Capistrano) é que a bandeira que os paulistas levavam (flâmula, esclareço em aparte) não era de Portugal. Li isto numa carta dos jesuítas espanhóis, relativa aos fatos contra os quais foram reclamar Montoya e Dias Taño.² A exatidão histórica de

(2) Revista cit., nº de fevereiro de 1941, pág. 91.

Capistrano (outro de estilo enxuto) confirma a investigação sociológica. A bandeira era indígena e o bandeirante só a realizou porque: a) continuou o índio; b) cruzou com o índio a mais não poder; c) regrediu ao primitivo a tal ponto (culturalmente) que chegou a ser chefe de tribo.

A mestiçagem hispano-portuguesa com o aborígene

Uma bandeira só de brancos - a de Pedro Lobo - não deu certo e explica-se. Faltava-lhe o conteúdo do índio. Mas o caso é que o bandeirismo se complica, do ponto de vista étnico-cultural. Na sua eclosão, o mameluco (resultante do "democratização social pela mestiçagem hispano-portuguesa com aborígenes) é o elemento predominante das arrancadas. Na composição social do grupo conquistador entram, mais tarde, todas as raças. Não falta à bandeira, sequer, o auxílio do negro. O seu início, como fenómeno sociológico, é indígena. Quando vem a mineração, o branco, que a comanda, abandona o braço índio e adota o africano. (O padre João Álvares organiza antes uma bandeira só de tupis e negros comandada por um mestiço "tuerto de un ojo"). Não quero reproduzir, neste ponto, o que já ficou dito e redito em trabalhos por mim publicados. O que desejo agora frisar é que, se o índio explica a bandeira, na sua esplêndida mobilidade, o espanhol, ou melhor, o mameluco hispano-descendente lhe explicará em sua maior parte, o ímpeto dramático que a torna uma ocorrência especial do sul, no capítulo mais colorido e movimentado de nossa formação social.

Já a origem da palavra é espanhola (como faz ver Carvalho Franco) embora o costume de "bandeirar" seja indígena e coincida com ela. "Banderizar" vem apenas denominar o costume nessa curiosa sincronização do espanhol com o selvagem.

Se assim é - estou ouvindo esta objecção - por que não terá ocorrido o fenómeno na América espanhola? A resposta não será difícil: só no planalto de Piratininga se verificaram circunstâncias culturais, geográficas, económicas e sociais que tornariam a bandeira um fato original do sul-brasileiro. Sem nada de semelhante com os demais grupos sociais da colônia portuguesa ou da castelhana.

Roquette Pinto já fez pergunta parecida a respeito do português: por que razão o ânimo conquistador de tais netos dinamizados dos árdegos "vikings" não criou bandeiras semelhantes à de Raposo Tavares em Guiné ou em Macau?

Os espanhóis de São Vicente

Quem estuda os ensaios da conquista não desconhece a tumultuosa presença de espanhóis no alvorecer das entradas. Antes da primeira penetração já

se encontram eles no litoral. O desbarato da pequena armada de João Dias de Solis deu em resultado a localização, como se sabe, de vários elementos castelhanos nas costas de Santa Catarina. Aí vamos encontrar Aleixo Garcia, Henrique Montes e Belchior Ramires, segundo o testemunho de João de Zuñiga, em 1524, Aos naufragos de Solis juntam-se os 31 de d. Rodrigo de Acuña³ e há muita gente boa que dá mesmo o Aleixo Garcia como autor da primeira entrada no continente. Em minha **Marcha** fiz lembrar que, enquanto Ulrich Schmidel saía do Paraguai e vinha dar com os costados no burgo de João Ramalho, Aleixo dava o seu passeiozinho em sentido inverso, saindo de São Vicente e indo parar em Assunção. Havia, nessa troca de amabilidades continentais, a admirável profecia que os fatos, em geografia humana, poderiam traduzir por este rompante bem espanhol: "se vocês, portugueses, podem vir até aqui, nós castelhanos, poderemos ir até aí; e o Brasil não existirá". A proeza de Garcia foi de tal força que Sebastião Caboto mudou de rumo (quando em viagem para as Molucas) e veio que veio encantado por idéias de riqueza fabulosa, em direitura para São Vicente, querendo tomar parte em qualquer expedição gênero Aleixo Garcia. Sabe-se que não vingou seu plano, ficando tudo por isso mesmo. Em todo caso, esta coisa de castelhanos quererem tomar conta do tesouro - que devia ser português, segundo Tordesilhas e Alexandre VI - abriu os olhos a D. João III e foi a conta. Este nos mandou Martim Afonso mais que depressa; mas todos também sabemos que o donatário, ao chegar em São Vicente, com o intuito de se localizar "na costa do ouro e da prata", aí encontrou já muitos castelhanos, inclusive aquele Francisco de Chaves, que lhe contou uma pequena história das mil e uma noites. Desse-lhe o donatário, 400 homens e ele, que fora companheiro de Aleixo, subiria a serra vertical em dois trancos e voltaria com esses 400 pagens trazendo 400 fardos de ouro. Como recusar semelhante oferecimento? Pero Lobo recebe, então, a incumbência de socavar os cafundós com uma expedição de 80 homens brancos, levando Francisco de Chaves à frente da tropa. Ainda calouro em bandeirismo, Martim Afonso organizou a leva só com homens brancos, sem índio, e o desastre não se fez esperar. Nunca se soube mais dessa gente. Em qualquer hipótese, o que se verifica é que os espanhóis realizam a "performance" de Aleixo Garcia e logo depois induzem o donatário a uma nova "performance", de funestos efeitos. Realizada a missão do rio da Prata, volta o nosso Martim Afonso à ilha de São Vicente. Não convém reproduzir o que todo mundo sabe, neste ponto da história. Quero apenas recordar que o famoso bacharel - tão discutido no início da colonização - era um Duarte Perez (segundo Rui Diaz de Gusman) a quem Martim concedeu muita terra p'ra plantações. Perez, porém, era espanhol, como os demais que, no dizer de Machado de Oliveira⁴, constituem remanescentes de "largados por expedições marítimas que demandavam o rio da Prata. O chefe da espanhola Rui Mosquera

(3) J. F. Almeida Prado - **Primeiros povoadores do Brasil**, pág. 70.

(4) Machado de Oliveira, **Quadro histórico da província de São Paulo**, pág. 41.

não sairia dali (declarou aos portugueses), enquanto assim o entendesse, pois estava em possessões do rei de Castela.

O espanhol no Planalto

De modo que a situação é esta: João Ramalho, português, iniciando o seu bandeirismo com mamelucos, seus descendentes; e Aleixo Garcia, espanhol, bem como os correligionários de Mosquera, ensaiando futuras bandeiras constituídas por tupis e hispano-descendentes. Nascida entre portugueses e espanhóis, tinha a bandeira que continuar contaminada por esse caráter. A não ser que uns se separassem dos outros de pronto. A luta dos paulistas com os espanhóis, entretanto, não excluiu o elemento espanhol que ficara no planalto, de mistura com os portugueses. Anchieta é quem funda São Paulo e narra, em espanhol, os primórdios de nossa formação social. Tornam-se freqüentes as relações entre espanhóis e portugueses de São Vicente.⁵ Em cartas que escreve, Pero Corrêa (1554) fala, mais de uma vez, a respeito de espanhóis procedentes de Guairá. Nóbrega, por seu turno, dá conta de "escândalos que os castelhanos têm com os portugueses". Rui Diaz de Gusmán, na sua **Argentina**, proclama como habitual o trato de espanhóis com os de "San Pablo". Groussac, baseado no dito Gusmán, chega a localizar os espanhóis numa "famosa peleia em un peligroso paso del rio que llaman de Avañandaba". Em 1557 figura o sevillhano Christovam Caldereiro entre os principais chefes de bandeiras vicentinas no Guaira. Na luta dos paulistas com os carijós aparecem Antonio de Saavedra e Diogo de Uñate. Na recomendação de Duarte da Costa ao capitão-mór de São Vicente (1558) há este trecho: "não consentireis que nenhum português nem castelhano vão para o Paraguai, pelo campo" - e aí está a prova de que eram numerosos os castelhanos, no planalto. Não deviam, entretanto, os castelhanos de cá ter convivência com os de lá. Se vier algum castelhano de alguma de suas povoações, "vós o fareis embarcar no primeiro navio que daí for para qualquer parte".

Em 1603, as atas da câmara registram a presença de soldados vilarriquenhos pedindo auxílio aos governantes da república de Piratininga, em nome de Añasco. Já o governador Saavedra, das províncias cisplatinas (seria algum parente do nosso Antonio Saavedra da luta contra os carijós?) manda seus emissários a São Paulo, prometendo "o intercâmbio das relações hispano-paulistas". Certo dia (quando ainda se achava Felipe II em Lisboa) Diogo Flores de Valdés vem com a sua armada (1583) e foi aquilo que já se sabe. Os navios dessa expedição tiveram a mesma sorte que os de outras. Perderam muita gente no Rio (Pedro Sarmiento e

(5) Taunay, Hist. geral ds bandeiras paulistas, I, pág. 203.

Diego de Rivera) e em Santos. Deu-se a debandada dos espanhóis vindos nessa expedição, para o interior da capitania, como nos faz ver Carvalho Franco⁶ e pronto. Entre os desertores figuram os de apelido Madeira, Barregão, Ortiz, Ribeira e mais uns quantos que subiram o planalto e constituíram o tronco de várias famílias bandeirantes. Bartolomeu Bueno, carpinteiro da armada de Valdés, vem com seu pai, Francisco Ramires de Porros e também sobe a serra. Mal sabia do papel que iria representar, como tronco dos futuros Anhangüeras. Juseppe de Camargo fazia parte dos remanscentes. É outro que vinha p'ra dar origem a muita coisa maravilhosa no domínio do bandeirismo. Pouco depois, chega a armada de Teles Barreto trazendo instruções p'rá campear de novo a serra das Esmeraldas, de que Adorno era sabedor.⁷: Agora, quem nos procura é já dom Francisco de Souza, representante direto do governo espanhol. Notam os historiadores o quanto foi útil a sua vinda. Deu ele organização mais regular às bandeiras⁸, botando André de Leão e Nicolau Barreto no mato, com suas expedições em que figuram "mineiros espanhóis". Consta que dom Francisco chegou a empregar engenheiros nas suas bandeiras, com Baccio de Filicaia e William Josten Glimer. O vale do Paraíba foi todo devassado, então, pelos nossos bandeirantes, servindo de caminho pro centro mineiro. Com a volta de dom Francisco, continuam as expedições paulistas, sendo que o espanhol Martim Rodrigues Tenorio de Aguillar é o grande chefe da bandeira que atacou bilreiros e caiapós, em 1608.

Em 1630-1634 emigram para São Paulo numerosas famílias espanholas do Guairá, como informa Taques, dando lugar esta transmigração a que se desconfiasse fosse motivada por algum crime de lesa majestade. Eram os Ponce de Leon, Torales, Contreras, Zunegas... Pelos documentos, sabe-se que a essa altura os espanhóis já eram uma grande parte da população piratingana. Citam-se Bartolomeu Bueno da Ribeira, Juseppe de Camargo, Francisco Martins Bonilha e sua mulher, Antônio Gonçalves, Bernardo de Quadros, Pedro Fernandes Aragonez, Jorge Moreira, Antônio Del Campo, João Martins de Aguirre, Pedro Matheus Rendon, Francisco de Rendon, José e João Matheus de Rendon, Diogo de Lara a Ordenez, Pero de Carassa, Domingos de Amorez, Gabriel Ponce de Leon, Bartolomeu de Torales, André de Zunega, Bartolomeu de Contreras, Juan Espinola y Gusman, Juan de Santa Maria, Balthazar de Godoy, Martim Rodrigues Tenorio de Aguillar, Martim Fernandes, Francisco de Saavedra, Simão de Toledo Piza, Barnabá de Contreras y Leon, Paula Anhaya, Alonso Peres Calhamares, Jacques Felix.

Com o domínio espanhol, o contingente povoador tinha, por força, que se tornar muito mais numeroso. Como se vê, os espanhóis que tomaram parte na

(6) Carvalho Franco, *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*, pág. 17.

(7) Raparaz, *O Brasil no Império Espanhol*, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, vol. p. 103.

(8) Carvalho Franco, ob. cit., p. 43.

formação social do planalto procedem: a) de expedições marítimas ao Rio de Prata, anteriores a Martim Afonso; b) de expedições mal sucedidas e com o mesmo destino, porém já depois de Martim Afonso; c) da transmigração de famílias castelhanas do Guairá e do contacto com os espanhóis do Paraguai; d) do elemento povoador trazido no período em que Portugal esteve subjugado pela Espanha, ainda na vigência do colonato.

O bandeirismo e as ruas de Madrid

Tais elementos teriam que exercer, como exerceram grande papel no bandeirismo, característico do Brasil meridional. O fato não passou despercebido a um dos nossos escritores mais lúcidos, Vicente Licínio Cardoso. Em penetrante estudo publicado em **À margem da História**⁹ entende esse historiador que a anexação de Portugal à Espanha foi útil do ponto de vista bandeirante. Já o paulista "não tinha mais medo de invadir o alheio". No norte, "o auxílio espanhol na pesquisa do ouro, durante as primeiras investidas pelo sertão baiano, havia sido notável: a expedição de Espinosa (1555) talvez tenha atingido, depois de seguir o rio Jequitinhonha, o próprio vale do São Francisco.¹⁰ Castejon brilha, com os seus 110 homens, em Paraíba do Norte. Diogo Soares e Robério Dias, instigados por Felipe II e Felipe III, respectivamente, povoam de investigações expedicionárias, trepidantes, grande parte do nosso "hinterland". As ruas de Madrid correm o risco de serem calçadas de prata... No sul, porém - os historiadores são acordes neste ponto - a influência espanhola se tornou muito mais séria. Cita-se o caso do "contacto interessantíssimo entre Cespedes e os bandeirantes paulistas". Mas, "que melhor argumento global poderia haver - pergunta Licínio Cardoso - do que esse, relativo à afirmação de que a história das bandeiras paulistas do sul foi arquivada em documentos espanhóis, vazios que ficaram sobre o assunto os arquivos portugueses?"

Os espanhóis de cá e os de lá

Dois pontos, contudo, devem ficar bem claros: o bandeirante do planalto nunca teve receio de invadir o alheio, isto é, as terras de além Tordesilhas

(9) Vicente Licínio Cardoso, obra cit., pág. 94. O autor incidiu, aqui, em pequeno lapso. O título do livro de Vicente Licínio Cardoso é **À margem da História do Brasil** e não simplesmente **À margem da História**, como vem citado no texto. **À margem da História** é título de um livro de Euclides da Cunha. A obra de Cardoso foi publicada, postumamente, em 1933, como um dos primeiros volumes da coleção "Brasiliana".

(10) - Idem, pág. 95.

(como supõe o autor citado); e nunca deixou de fazer distinção entre os espanhóis de cá e os de lá, mesmo quando Portugal estava subjugado pela Espanha. Tanto assim que, em 1630, reclama-se contra o fato de ser castelhano o alcaide da vila, sob o fundamento de que os cargos públicos não podiam ser desempenhados por estrangeiros. Os espanhóis estão invadindo "terras pertencentes à coroa de Portugal, com grande prejuízo desta capitania", gritam os maiores da governança, em pleno domínio espanhol. "Mi padre procurador, en que tierras estamos - pergunta o jesuíta que acompanhou Raposo até São Paulo - como podem vassallos da majestade católica fazer guerra a vassallos da mesma majestade?" Esta pergunta depõe, em definitivo, contra a tese de Vicente Licino Cardoso. E está escrita (de modo que é irretorquível) à pág. 261 da separata do tomo II dos "Anais do Museu Paulista" (Arquivo Geral das Índias em Sevilla).

Bandeirantes hispano-descendentes

Feitos estes dois reparos, não há dúvida quanto ao decisivo concurso do espanhol e do mameluco na bandeira. Ao lado de Martim Tenório de Aguillar, irrompem grandes nomes de bandeirantes, como Jacques Félix, seu sócio e pai de outro Jacques Félix que andou pela Mantiqueira no enalço das minas de ouro. O "monjolo", Juan Mongel Garcez, é o companheiro de Francisco Pedroso Xavier no ataque às forças espanholas do Maracaju. Francisco Rendon de Quebedo é quem comanda o socorro paulista para a restauração de Pernambuco. O maior companheiro de Pascoal Moreira, na conquista de Mato Grosso, é André de Zunega y Leon.

Em certas bandeiras, vai o elemento espanhol em grande número. No assalto a Itatim, dizem os jesuítas, iam entre os paulistas vários espanhóis que conheciam bem a região - "españoles de la vila avecindados en San Pablo, que saben bien toda la tierra".

Duas famílias, a dos Buenos e a dos Camargos, escrevem dois formidáveis capítulos do bandeirismo. Bartolomeu Bueno da Ribeira relampeja na conquista de Minas Gerais. Francisco Bueno faz um bonito na expansão do sul e os três Anhangüteras se notabilizam na posse do Oeste. O Anhangütera pai e o Anhangütera filho são os autores da penetração goiana; o Anhangütera neto figura, valoroso, na tremenda luta contra os caiapós, na conquista de Mato Grosso. Domingos da Silva Bueno é quem chefia as expedições paulistas contra os franceses, uma em Santos e outra no Rio. Fernando de Camargo, "o tigre", não é apenas o cabeça da luta contra os Pires; é também o famoso bandeirante que conquista a região do Tape, em 1635. Seu filho, Fernando de Camargo Ortiz, vai dar com os costados no sertão baiano, ao lado de Domingos Barbosa Calheiros; recebe d'el rei

a empreitada de ajudar Agostinho Barbalho de Bezerra na descoberta das esmeraldas e é solicitado com o "perna de pau" (Jerônimo Bueno) para combater os índios anaiós, no São Francisco. José de Camargo Ortiz, o moço, é um dos maiores nomes do bandeirismo, na luta contra os araxãs, no Rio Grande do Sul, fazendo parte da tropa de Antônio Raposo Tavares na destruição das reduções jesuíticas do Tape¹¹. Antônio Rodrigues de Arzão, filho de um Camargo e neto de um flamengo é outro furamato de quatro costados.

Entrelaçam-se as duas famílias: José Ortiz de Camargo casa-se com a filha de Jerônimo Bueno (o "perna de pau"); Jerônimo de Camargo, quinto filho de Juseppe Camargo, casa-se com a filha de Francisco Bueno, que era filha de Bartolomeu Bueno, o sevilhano, e que se tornou notável na conquista do sul e no ataque à província do Uruguai. Bartolomeu Bueno da Ribeira, outro filho do sevilhano, casa-se com Mariana de Camargo, dando origem aos Buenos de Camargo, entre os quais Bartolomeu Bueno Cacunda.

A biografia deste Cacunda nos conta que ele foi grande sertanista, tendo realizado uma vigorosa incursão ao norte do rio Paraíba, na qual tomaram parte Bartolomeu Bueno de Siqueira, Manuel Pires Salvago, Clemente Portes d'El Rei, Jerônimo Bicudo Cortes e muitos outros mamelucos hispano-descendentes. Sim, todos eles são hispano-descendentes, porém mamelucos. Pois é sabido que Bartolomeu Bueno, o sevilhano, casou com a mameluca Maria Pires e Juseppe de Camargo, o outro sevilhano, se casou com Leonor Rodrigues, descendente de Tibiriçá. André de Zunega y Leon, companheiro de Pascoal Moreira, é quarto neto de Tibiriçá.

Os Buenos e os Camargos

Na luta entre os Pires e os Camargos, ao lado destes, figuram Bernardo Sanches de Aguillar, Fernão Muñoz, Domingos Barbosa Calheiros e todos os Buenos. Indagam-se as causas que deram origem a essa contenda. Sejam quais forem, o certo é que o sangue espanhol explicará muita coisa, pelo lado dos Buenos e dos Camargos.

Na outra desavença, entre taubateanos e piratininganos, alguns historiadores têm querido ver um sinal do ressentimento mameluco-ramalhista. Em todo o caso, não é possível esquecer que os taubateanos descendiam de espanhóis. Jacques Félix, o fundador da povoação, era hispano-descendente. Outros bandeirantes

(11) Carvalho Franco - Os Camargos de São Paulo, pág. 66.

que aí se localizaram eram os Arzão, que provinham de origem flamenga e não portuguesa; e estavam ligados ao sangue espanhol, através dos Camargos.

Capistrano dizia que a História do Brasil é, quase toda, a história de suas famílias. Referia-se à Casa da Torre, que constitui um vasto capítulo do expansionismo agro-pastoril, no nordeste. Não é outro o caso dos Buenos e dos Camargos, com relação ao expansionismo bandeirante do sul. A história das bandeiras paulistas pode ser escrita, quase toda, com a história dessas duas famílias hispano-descendentes, que chegaram a ter projeção continental.

O Moribeca e o Patarata

Os irmãos José e Luiz Rendon de Quebedo, que citei há pouco, tomaram parte na expedição da Colônia do Sacramento e caíram prisioneiros dos castelhanos, depois de galharda resistência oposta por D. Manuel Lobo e descrita por Southey. Feito o acordo entre as duas coroas a respeito da restituição da colônia, os dois netos de Amador Bueno se deixaram ficar em Buenos Aires, circunstância que despertou a Taunay este raciocínio: é mais que provável que haja em terra argentina numerosas pessoas em cujas veias corra o sangue do "Aclamado".¹² O próprio Manuel de Borba Gato era bisneto do famoso bandeirante espanhol Martim Fernandes Tenório de Aguillar¹³, da mesma forma que Gapar de Godoy Colaço, o tenente-general da Vacaria, é neto de outro espanhol, Baltazar de Godoy. Nome também espanhol, que não pode ser esquecido na história do bandeirismo, apesar dos pesares, é D. Rodrigo de Castel Blanco. Sabe-se como se deu a sua vinda pro Brasil. Com a artimanha de Moribeca, misturando "mispickel" com minérios de prata deixados por seu avô, cresceu, em Lisboa, o feitiço das minas de Melchior Dias, e daí a incumbência dada ao "Pararata". É conhecida a sua atuação na Bahia (Itabaiana) em Sergipe, em Paranaguá e no Sabarabuçu. Derby e Calógeras elogiam o "Patarata", não sei se com razão; mas não se pode negar-lhe o mérito, pelo menos, de haver promovido numerosas viagens e bandeiras, avivando o colorido espanhol do expansionismo e da mineração. Aliás, o clima cultural em que se desenvolveu o fenômeno bandeirante é muito mais espanhol que português.

A briga entre paulistas e espanhóis

Compreende-se. O norte ficou mais português que o sul, pelo contacto mais direto com a Europa. O Rio da Prata era, porém, por motivos que todos conhecem, o ponto visado pelos espanhóis nas suas numerosas expedições marítimas

(12) Taunay, obra cit., tomo IV, pág. 195.

(13) Taunay, obra cit., tomo VI, pág. 216.

rumo ao Atlântico sul. Vinham as expedições marítimas a as tempestades do sul da costa brasileira (veja-se o que aconteceu com numerosas bandeiras marítimas, como as que se destinavam à Colônia do Sacramento) intervinham como que de propósito, resultando dessas atrapalhões o sucesso de ficarem espanhóis e mais espanhóis refugiados pelo litoral vicentino e catarinense. Por outro lado, eram os espanhóis do Paraguai que vinham, numerosos, até bem perto do planalto (veja-se o caso da "pelea" no Avanhandava). Ou eram estes mesmos espanhóis que assaltavam a ilha de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, a praça de Iguatemi. Nem se diga que o conflito permanente em que viviam paulistas e espanhóis - luta que veio até o século XIX - teria que diminuir a influência destes em relação àqueles. Altamira cita o caso das influências recíprocas que se operaram entre "pueblos enemigos a quienes separan odios". Tal o que aconteceu, diz ele, entre muslins e cristãos, "los cuales, no obstante sus guerras continuas, se influyeron mutuamente en alto grado".

O "ódio ao espanhol"

Não há contradição, pois, entre uma coisa e outra. Ao contrário, fica o espanhol colaborando dos dois modos: pelo ódio que despertou ao piratiningano e que tanto influiu no desenho psicológico do grupo em marcha; e pela colaboração direta que o seu contingente demográfico e o seu espírito de aventura trouxeram à irrupção do fenômeno bandeirante.

Pelo ódio, o espanhol arrasta o paulista a combatê-lo; pela colaboração, é o maior comparsa branco da conquista. Nesse ódio e nessa colaboração está a prova do que chamei "forças coincidentes de sentimentos contrários".

Além disso, o "ódio ao espanhol" apresenta outro benefício, que não é possível ocultar. Nascido dos atritos da fronteira, foi ele quem instigou, no bandeirante, o sentimento de pátria. O elemento da resistência é que dá vida à concepção de nacionalidade, desde logo desabrochada no espírito bandeirante, metido em lutas e mais lutas contra a espanholada do rio da Prata e do Paraguai. O índio, esse tomava a direção que se lhe imprimisse; tanto podia ser português, como francês, holandês ou espanhol. O jesuíta realizava a sua função "supra locum", sem o menor apego à idéia de pátria. O senhor de engenho, por causa de sua economia feudal, entrosada no capitalismo europeu, estava localizado na costa e subtraído, geográfica e economicamente, a qualquer pensamento político de nacionalidade. Só o bandeirante levava, consigo, a concepção de fronteira, na luta contra os espanhóis. E o ódio votado a estes contribuía pra se tornar tal concepção mais aguda, mais necessária, mais vigilante. O chamado "ódio ao espanhol", de que nos fala Paulo Prado, nos foi, portanto, "um pão e um pedaço". Com o espanhol ao nosso lado - na

bandeira - explicamos a maior parte do espírito aventureiro que deslocou as populações estrepitosas do planalto em marcha para oeste. Em luta contra o espanhol, adquiríamos a convicção de que, se não lutássemos, o espanhol é que viria feito pra nosso lado, tomando conta dos nossos índios, surrucando em nossas terras e assenhoreando-se dos sertões "nunca trilhados de pessoa ou nação alguma desde o dilúvio universal".

Francamente, a favor ou contra, o espanhol sempre esteve a nosso favor... Ao passo que o português - pelo menos o colonizador - quase sempre esteve contra o espírito bandeirante. Não queria sair do litoral, com receio das gentes de Castela. Se fossem apenas portugueses os chefes de bandeira era bem possível que tudo se acomodasse num acordo com as autoridades medrosas (capitães-mores) e a exploração ficasse "caranguejando pelo litoral".

Amador Bueno, o que não quis ser rei

Mas a bandeira era indígena na mobilidade e hispano-descendente na insubmissão. Anti-portuguesa, portanto, sob esses dois aspectos. Como anti-portugueses eram o Tietê e a Serra do Mar, cúmplices históricos da penetração.

Veja-se, ainda, o que há de espanhol no ato de insubmissão que foi a aclamação de Amador Bueno para rei, em 1641, quando da volta do Brasil ao domínio luso. Tomam parte nessa ocorrência os hispano descendentes e todo o elemento espanhol do planalto. Alega-se que a fidelidade a el-rei D. João IV terá levado Amador Bueno a recusar a coroa. Mas as suas palavras - viva el rei! - podem apenas traduzir uma conveniência política do momento. Uma questão de prudência talvez. O planalto não estava suficientemente preparado para a independência. A razão verdadeira da recusa está, pois, muito mais no subconsciente histórico do que num gesto de devoção a um rei problemático e ausente. Ninguém, na realidade, enjeitaria uma coroa, num país de regime dinástico. O que houve foi coisa diversa. A recusa de Amador Bueno - já tive ocasião de aduzir esta conjectura - terá "obedecido ao gesto instintivamente americano de quem não queria ser rei. Digo "instintivamente americano" porque antecipava ele, sem o saber, o verdadeiro pendor desta América onde os homens nunca quiseram ser reis. Onde Bolívar exclamaria diante da oferta de Paes e Marino: "não sou Napoleão e nem o quero ser, não quero imitar César e muito menos Iturbide, pois o título de libertador é superior a todos quantos o orgulho humano tenha recebido".

Onde San Martin, injustamente acusado de querer ser rei, e embora entendendo que os povos sul-americanos deviam ser governados por um príncipe

européu, também protestou: "estou cansado de ouvir que desejo ser rei, imperador e até demônio"¹⁴

Já em 1709 é outro Amador Bueno - este, da Veiga, descendente do primeiro - que é aclamado "cabo maior e defensor da Pátria" na luta contra os emboabas. Note-se também o que há de colorido espanhol nesta segunda aclamação...

"Os Lusíadas" e "D. Quixote"

E se é verdade que os **Lusíadas** figuram no testamento de Pascoal de Araújo, não menos certo é que **Novelas exemplares** é o livro predileto de outro furamato renitente. "Lusíadas do sertão", disse alguém, aludindo aos navegadores do mataréu virgem. Mas a verdade é que o fenômeno bandeirante só se compreende como "empreendimento destacado da história portuguesa e que encontra em si mesmo a sua explicação".¹⁵ Sabe-se que a coroa só se apercebeu da conquista depois desta realizada. E esta circunstância indica que o fenômeno, no que possui de insubmissão, tem muito mais de espanhol que de português. Fácil é a verificação a quem conheça as diferenças profundas que marcam a psicologia coletiva e individual de ambos, do português e do espanhol. Tais diferenças têm sido estudadas por muita gente, inclusive pelos próprios escritores ibéricos, partidários da aliança peninsular. Nota, por ex., Gonçalo de Reparaz, em seu curioso estudo sobre "O Brasil no Império espanhol"¹⁶ que foram muitos os clássicos portugueses escrevendo em castelhano; o próprio autor dos **Lusíadas** escreveu muita coisa em espanhol; o que não achamos é um escritor espanhol escrevendo em português. Keyserling¹⁷ opõe ao português "plebeu e plural", o espanhol "aristocrata e uno", monofônico. A simplicidade do espanhol, que se funda na unidade, se converte, em Portugal, na pluralidade: a riqueza do homem peninsular, comprimida na integração castelhana, se decompõe, transposta para o clima português, em todos os seus elementos. "Portugal se há escindido de lo hispanico para diferenciar-se formando un contraste completo com ello". Só um espanhol e não um português podia ter escrito **Don Quixote de la Mancha**, tão característica é a cultura espanhola e diferente da de Portugal. E o bandeirante andejo, correndo atrás dos mitos, tem muito de um Don Quixote - no sentido nobilitante da palavra - que trocasse um moinho de vento pelo gosto de vencer os monstros da fábula.

(14) Ettore Viola - **Sud America y su destino político**, pág. 75-76. Trad. de Domingo Melfi.

(15) Holanda, S[ergio Buarque de - **Raízes do Brasil**, pág. 72.

(16) Raparaz, loc. cit., pág. 106.

(17) Revista do Ocidente, ano IX, nº 92.

O português lírico e o espanhol mitológico

Para o autor de **O mundo que nasce** - e ninguém traçou tão a fundo o retrato psicológico do espanhol - este é "rude e fantástico como todo habitante do deserto". O bandeirante sofre dessa mesma "hipertrofia da dimensão" que caracteriza o espanhol e daí, e também pelo seu contacto com "o mundo fantasmagórico do primitivo", lhe nasce o amor pelo fantástico. A bandeira é, em suas forças sentimentais mais sérias, o econômico acumpliciado com o maravilhoso, talqualmente, para os povos de base agrária, como o português, é o idealismo sentimental um produto do econômico acumpliciado com o lírico... A "hipertrofia da dimensão" - se assim me posso exprimir - é que gera o mitológico. Ora, parece que o português, abstinente, fagueiro, lírico, mais crédulo do que imaginativo, não tem vocação para o mito. De fato, os sociólogos que analisam a contribuição psicossocial do português, no jogo do nosso dinamismo coletivo, notam que o próprio cristianismo, que nos veio filtrado pela doçura e simplicidade da alma lusa, era fundamentalmente desprovido de seiva mitológica, em contraste com o cristianismo medieval contaminado pelo mitologismo céltico e alemão. Aliás, a mitologia camoniana é toda resultante da Hélade. A teogonia do imortal poema é tomada de empréstimo ao mitologismo grego; o que lhe confirma a carência de um fundo mitológico original. E quando aparece o mito, esse mito é... místico - como acontece na lenda do "Encoberto", "que só do lírico brotou"¹⁸. E quando nasce a epopéia, essa epopéia nasce ainda do lírico, que é Camões¹⁹. Mas o próprio "Encoberto" (prestemos atenção a este ponto) se filia à lenda mitológica de Saturno, que é a grega²⁰. Menendez y Pelaio (**Orígenes de la novela**)²¹ é quem melhor define o "idealismo sentimental que tiene de gallego o de portuquez mucho más que de castellano", isso em oposição do épico (e o épico pressupõe fundo mitológico) que avassala o espanhol e as suas criações humanas e literárias. Nada mais interessante, porém, do que verificar que toda vez que o português desanda para a epopéia recorre ao idioma castelhano. Exprimiam-se esse bilinguismo literário (a observação é de Carolina de Michaelis) no curiosíssimo fenômeno de que "até fins do século XV a linguagem épica era para todos - espanhóis, galegos, portugueses e catalães - a castelhana, que facultativamente continuou a sê-lo nos séculos XVI e XVII, como a linguagem lírica fora, até 1350, a galego-portuguesa para portugueses, galegos e espanhóis e continuou a sê-lo facultativamente até 1450".

Ora, o mito constitui a força mágica que explica o arremesso bandeirante no enalço dos eldorados e das itaberás resplandcentes.

(18) Sardinha, Antônio - **A aliança peninsular**, pág. 117.

(19) Idem, pág. 123.

(20) Ibidem, 135.

(21) Menendes y Pelaio, obra cit. pág. 221.

Mitologia bandeirante

O próprio bandeirante se revela um criador de mitos formidáveis. Quando Saint-Hilaire os chama "raça de gigantes", não faz mais que buscar neles um mito por indução, "inferential myth", como diria Charles Squire (*The mythology of the British Islands*), citado por Alex. Krappe na *Gênese dos mitos*.

É o que acontece, aliás, toda vez que os fatos humanos não podem ser explicados pelo cotidiano das nossas ações ou exorbitam da realidade que estamos acostumados a admirar. Criam-se, por amor à verdade, e na procura do melhor meio de exprimir o que os historiadores secos e álgidos não exprimiram, os grandes mitos por indução: as pedras de Gargantua²², a construção das pirâmides que os "fellahim" atribuem os "jinn"²³ e a "raça de gigantes" com que Charles Squire procurou explicar os feitos dos primeiros habitantes da Islândia e da Escandinávia e com que Saint-Hilaire (acrescento) designou os nossos pioneiros, dizendo que só uma "raça de gigantes" poderia ter realizado façanha de tão heroicas proporções.

Porém, os mitos da bandeira ultrapassam os "inferential myths" de Charles Squire e o "Diabo Velho" como que salta da infra-história para criar o mito da Serra Dourada; isto é, o mito que chegou até nossos dias e se fez responsável por uma das mais arrojadas explorações do século XX, a de Fawcett (Charles Key). Pois bem: quem é o "Diabo Velho"? um bandeirante paulista hispano-descendente.

O espanhol, o semita e o dólico-louro

A credulidade do português explica o seu misticismo; a imaginação do espanhol explica o seu temor ao fabuloso. A diferença que há entre o mitológico e o místico, isto é, a diferença que vai entre o "quixotismo" e o "sebastianismo", parece mostrar bem a diferença entre o espanhol e o português da conquista. O "fabuloso" instiga a alma ao primeiro; o "místico" imprime ao segundo o sentido sonhador que vamos encontrar no substrato da alma ibérica. E eu já chamei a atenção para essa diferença quando me pareceu justo refutar o misticismo do século XVI como fundamento do nosso fenômeno expansionista.

O bandeirismo cria o mito e o situa, ele mesmo, nos cafundós do Judas. Ele mesmo imagina que esses mitos estão guardados por monstros fabulosos. E ele mesmo vai à caça de tais mitos, com as suas expedições dramáticas e numerosas. Não é isto admiravelmente quixotesco? E como para redourar a comparação um

(22) Sebillot, *Le folklore de France*, I, pág. 213.

(23) Krappe, Alex., *La genèse des mythes*, pág. 329.

outro mito bandeirante, o "Sol da Terra", nos faz lembrar "l'Espagne barricadée, ou se cache le plus grand de tous les trésors, le Soleil", como nos diria Maurice Legendre em seu *Portrait d'Espagne*.

Em resumo: no jogo das forças psico-sociais que explicam o fenômeno bandeirante não tem dúvida que a contribuição do espanhol, "rude e fantástico como todo filho do deserto", de mistura com a do selvagem "mergulhado no seu mundo fantasmagórico", é decisiva. Alvitrada a possibilidade dólico-loura por Oliveira Viana, ou a possibilidade semita por outros, as pesquisas provam que não; o fenômeno tem muito de espanhol; nada tem de dólico-louro ou de semita.

Bandeirante por mandato

Alegar-se-á com Raposo, mas Raposo é maior no sentido geográfico e espetacular. Não o será na profundidade social do seu bandeirismo. Nas suas prodigiosas "performances" horizontais não chegou ele a ser um "modelador de fronteiras". Faltava-lhe o sentimento do trágico que dá ao fenômeno bandeirante um colorido especial. O seu passeio pelas regiões platinas, andinas e amazônicas pode ser comparado mais à façanha de um "globe-trotter" do que a uma arrancada bandeirante, no verdadeiro sentido desta expressão. Seria erro confundir bandeira com qualquer expedição contra índios. Primeiro, porque o índio entra na bandeira muito mais como seu co-autor do que como seu objetivo econômico; segundo, porque o preador de índios é muito mais um mandatário do agricultor, que precisava de braços para a sua lavoura, do que um bandeirante cujos ideais econômicos são radicalmente diversos e só se explicam, justamente, pelo nenhum compromisso com a propriedade agrária e sedentária.

O maior vulto português da conquista será um "bandeirante por mandato" que preferiu caçar escravos vermelhos na América como já o haviam feito os seus ancestrais com os escravos negros da África. E assim como não se confunde bandeirante com senhor territorial ou comandante de milícias rurais, também não é possível dar o nome de bandeira a qualquer expedição destinada à exploração do Brasil selvagem. Fosse assim, e teríamos de chamar bandeiras às expedições que os holandeses fizeram partir à procura da prata, ao tempo em que dominaram o Nordeste. Há muito mais "superfície" na formidável travessia de Raposo - coisa, aliás, que ele só realizou em função do planalto e com o concurso dos paulistas hispano-descendentes - do que na cena do fogo ou no mito da Serra Dourada, cujo autor é um bandeirante de verdade, o Anhangüera. Não me parece, pois, que o bandeirismo tenha a sua figura máxima em Raposo. Não obstante ser a bandeira um fenômeno "horizontal", o expansionismo que ela realiza envolve aspectos de

profundidade, tem um comportamento social característico, distingue-se por objetivos que já podem ser escoimados de qualquer confusão, notabiliza-se pelo povoamento das áreas conquistadas, interessa à modelação geográfica da fronteira, absorve os processos culturais indígenas (sem os destruir), aproveita o índio em seu nomadismo tradicional, rima bem com o próprio jesuíta em muitos pontos, principalmente no que o bandeirante e o jesuíta têm de "soldados" e "imperialistas"; ia dizendo no que um e outro revivem do clima espanhol... O "soldado do deserto" e o "soldado da Companhia de Jesus" têm essa visível identidade de origem: D. Quixote e Santo Inácio de Loyola. Note-se que Raposo se interpõe entre o jesuíta e o bandeirante, como um estorvo. Contrariando, em mais de uma passagem, o entendimento entre os dois.

"La patetica del unico"

Só o clima cultural espanhol, pra encurtar a conversa, podia ter feito nascer no homem da bandeira aquela "hipertrofia da dimensão" Veja-se o que há de quixotesco em Fernão Dias²⁴ quando condena o próprio filho, na tragédia do Sumidouro (la justicia que se hace por si misma, unica que és natural y digna del hombre) e em Anhangütera quando ameaça botar fogo nos rios.

Euclides chama ao bandeirante o "super-homem do deserto". Mas não é Keyserling, como acabei de dizer, quem nos afirma que todo morador do deserto é quixotesco por natureza? O que caracteriza a paisagem castelhana é o cósmico, é o predomínio do planetário diante do homem cuja existência, desde o ponto de vista astronômico, não é mais que uma anedota. Para os olhos espanhóis - diz o autor da **Análise espectral de um continente** - figura de D. Quixote não é cômica. Ao contrário, parece a mais alta representação do homem, e isto em grau muito mais elevado do que Goethe para os alemães. O espanhol sabe que só ele vive a sua vida e que, em última instância, nada o pode ajudar. Daí o seu culto da virilidade, da dignidade do homem e, em caso extremo, a ânsia de reinar sobre homens (não sobre mulheres nem coisas). Daí a sua particular concepção de honra. "El honor" espanhol repousa sobre a paixão puramente subjetiva: "és la patetica del unico". Na psicologia da precedência, se assim se pode dizer, não há segundo lugar para o espanhol. Como não há segundo lugar para o bandeirante.

(24) Fernão Dias Pais Leme é de origem flamenga e não apenas portuguesa. Pelo menos, é o que nos informam os que estudaram a genealogia dos Lemes, apontando-a como procedente, pelo lado paterno, de Martim Leme, cavaleiro flamengo, casado em Burgos com Joana de Barros, da nobre família portuguesa desse apelido. (Os Camargos, p. 129).

A bandeira e o lirismo português

Como explicar, se assim é, que o bandeirante hispano-descendente tenha sido "menos" cruel do que o conquistador espanhol? A pergunta teria difícil solução desde que se considerasse ainda a coincidência do método de colonização do primeiro com o do segundo. Tanto um como o outro, começam pelo planalto e não pelo litoral, como o método português. A colonização terra a dentro teria que ser, necessariamente, não só mais violenta, pelo contacto imediato e contínuo com os índios que a ela se opunham, como também mais criadora de independência e insubmissão; mais americana, enfim. O elemento espanhol da bandeira e o método espanhol de colonização, seguido pelo bandeirante, são duas razões bastante sérias para convencer que a crueldade dos nossos pioneiros deveria rimar, também, em gênero e número, com a dos aventureiros espanhóis. Em vez, a nossa técnica de conquista está toda entremeadada de lirismo pacificador. O bandeirante é, na maioria das vezes, um apartador de briga entre tribos rivais. Fernão Dias Pais conquista tribos e tribos "sem tirania de mortes". A todo momento, como nos informam as atas da Câmara, vinham os índios chegando aos magotes, "pelo caminho da paz". "Soldado pacificador do gentio", é como Paulo Prado qualifica o bandeirante. Não raro, vemos o cabo da tropa, para evitar briga, fazendo um dos da sua tropa casar com a filha do cacique. A eleição do chefe tem um sentido humano, é feita para "nos reger amorosamente".

Como explicar, pois, tamanha diferença entre o bandeirante e o conquistador espanhol? A "crueldade" do bandeirante, que tantas palavras de reprovação mereceu de Capistrano, de Handelman e de outros historiadores-moralistas, deixa de existir, chega a ser uma página de bravura inocente em confronto²⁵ com as terríveis expedições que devastaram o México e o Peru e com os 17 anos de dominação alemã na província de Venezuela. Examine-se a mais rubra página do bandeirismo por mandato (Raposo) e estará ela longíssima da carnificina posta em execução por Irala, segundo o testemunho de Ulrich Schmidel, ou por Pizarro, no império dos incas. Haverá, necessariamente, uma razão psico-social para esse contraste, encantador para nós e bestificante para os espanhóis...

Aqui entra, sem dúvida, a contribuição portuguesa que "temperou" a crueldade do bandeirante, pondo, no coração deste, a ternura e a boa fé, o idealismo sentimental e o lirismo da raça. Já o bandeirante não terá sido, então, brutal como foi o espanhol. Por certo que o próprio planalto terá influido na psicologia do bandeirante, tão diferente do conquistador espanhol nesse particular. O novo meio - quem o diz é Jenings - desperta qualidades e defeitos até então irrevelados. O homem, que é cruel num dado ambiente, será um modelo de doçura em outro. Também ninguém irá negar o elemento psicológico como intermediário entre o grupo e o quadro geográfico em que esse grupo se fixou. Ainda recentemente, publicava Georges Hardy a sua **Geografia psicológica**, que é uma série de

(25) Prado, Paulo - obra cit., pág. 70.

observações verdadeiramente luminosas sobre a influência recíproca entre a geografia e a psicologia na criação de cada realidade humana e nacional. A pouca ou nenhuma crueldade do bandeirante hispano-descendente, em confronto com a crueldade viva e dramática do conquistador espanhol, poderia explicar-se por esse jogo cordial de relações entre o grupo e o quadro físico em que se desenrola a sua ação, quando não se explicasse, como me parece mais lógico, pela contribuição portuguesa na bandeira, visto como a inocência, o lirismo e a credulidade do português representam virtudes de extraordinária eficácia no jogo das forças psicosociais que caracterizam o fenômeno bandeirante. A contribuição portuguesa será, pois, a mais bela de todas, embora a "menos bandeirante"; isto é, a que menos terá influido no dinamismo do "grupo em marcha". Em todo o caso, mesmo no bandeirante apartador de brigas, parece que há qualquer coisa de quixotesco...

O antagonismo entre a Casa Grande e a bandeira

Posto de lado esse pormenor - o do bandeirante que casa com a filha do cacique para evitar brigas ou que consegue trazer tribos inteiras pelo caminho da paz - tudo o mais destoa, em cheio da psicologia portuguesa.

Como eu já disse, quando entra no mato a primeira bandeira, cessa a história de Portugal e começa a do Brasil.

Ninguém, aliás, desconhece que o bandeirismo, graças ao sentido americano, se opõe mesmo ao "sentido português, pé de boi", de que nos fala Gilberto Freyre, da sociedade tipo casa-grande, escravocrata, mestiçada com o afro e característica do litoral latifundiário e "entrosada no capitalismo europeu". Ele mesmo, o próprio sociólogo do Nordeste, é quem se incumbem de nos frisar esse contraste (ao referir-se à estabilidade patriarcal da casa-grande em confronto com a mobilidade horizontal dos caçadores de esmeraldas e criadores de gado), posto também em evidência por tantos outros fatores culturais, econômicos, geográficos e sociais. O que lhe faltou dizer é que a área social em que se desenvolveu o drama da conquista é toda hispânica. Se o tipo de civilização ou cultura ensaiado no Brasil meridional já é, inicialmente, tão diverso do nordestino, aí está agora um novo elemento para confrontos mais persuasivos. A bandeira tem, sejam quais forem os seus aspectos sociais, o sentido mameluco resultante do cruzamento hispano-guaianás que a separa, por mais esse lado, dos grupos sociais do Nordeste.

Enfim, a bandeira é "um fenômeno constante e especial" do planalto. Justamente do planalto, onde, no dizer de Taunay, se tornou "notabilíssima a efusão do sangue castelhano".²⁶

(26) Taunay, obra cit., I, 125.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (51)

A CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CAMPINAS (1880)

Ricardo Gumbleton DAUNTRE

Não se passaram muitos anos depois da erecção do bairro do Mato Grosso de Campinas em paróquia, desmembrando o seu território do de Jundiá, apesar da opposição violenta do pároco desta (que chegou a informar oficialmente que a população da projetada paróquia existia em tal estado de pobreza que lhe seria impossível sustentar um pároco), que a opinião pública reconheceu a necessidade de haver mais um templo além da igreja matriz; e nos primeiros dias deste século um homem que concentrava em si grande cópia do antigo civismo e espírito empreendedor paulista, Pedro Gonçalves Meira, tratou de edificar uma capela ao lado do lugar atualmente ocupado pela igreja de que tratamos, no terreno em que depois se construiu o sobrado, propriedade do sr. Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, e que depois foi por alguns anos ocupado como cemitério.

Nesse tempo, porém, o terreno no local escolhido era ainda por demais úmido para suportar uma construção de taipa, circunstância que alegou o então vigário colado padre Joaquim Gomes como motivo para dissuadir os seus paroquianos da edificação. Infelizmente Pedro Gonçalves Meira não quis estar pelo prudente alvedrio do vigário, e a divergência degenerou em grossa briga, cujo resultado foi o Meira retirar-se para Itú, ficando a nascente vila privada do valioso concurso que a seu engrandecimento prometera um homem de caráter e fortuna como este.

Decorreram alguns anos quando, as condições do terreno achando-se outras, o rev. padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo, irmão dos srs. Domingos e Luciano Teixeira Nogueira, ainda vivos, se tornou herdeiro da idéia; e reunindo à si o seu parente, o senhor de engenho Joaquim José dos Santos Camargo, sempre pronto para o que fosse do serviço de Deus, deram começo à obra em lugar que a configuração do largo (hoje do Rosário) indicava como próprio; e aos poucos, e maxime ajudados por esmolas de cativos, conseguiram elevar o templo e pô-lo em

estado que permitia a celebração do Santíssimo Sacrifício Eucarístico, tendo-se primeiramente prontificado para este fim uma capela lateral, que é colocada sob a invocação do Senhor do Bom Jesus da Pedra Fria.

A falta de recursos, naquela época, em Campinas, era grande; as esmolas se limitavam no geral a patacas e cruzados; porém a vontade era boa, e assim as obras puderam caminhar. Infelizmente uma morte prematura veio roubar o padre Antônio Teixeira a sua família e a Campinas; e ainda moço o seu corpo descansou no Carmo de Itu, em cuja cidade tinha parentes, e para onde fora em busca de recursos médicos, ali de ordem superior.

Não tardou em aparecer quem eficazmente continuasse a boa obra já assaz adiantada. Foi o rev. padre Manoel José Fernandes Pinto que disto se encarregou e, quando ao cabo de poucos anos veio a falecer, deixou muita coisa feita.

Houve depois um longo período em que a tarefa de completar o que ainda faltava parecia abandonada. A irmandade que havia sido criada para zelar da igreja caíra em tal relaxamento que fora suspensa, sendo nomeado um zelador; e nestas condições foi que dois respeitáveis clérigos, filhos de Campinas, o finado padre Januário Máximo de Castro Carneiro e Prado e padre Francisco de Abreu Sampaio (atual vigário da paróquia do Carmo e Santa Cruz), se dedicaram aos interesses desta igreja. Conseguiram a restauração da irmandade que por alguns anos, de 1857 em diante, funcionou com brilho; e encontrando o padre Sampaio, nomeado capelão da igreja, mais ou menos por este tempo, em sucessão (salvo erro) ao padre Januário, um auxiliar de raro préstimo e dedicação na pessoa do sr. José Pinto Nunes, os melhoramentos necessários receberam poderoso impulso.

O corpo foi forrado à moda abaulada, ou em meia laranja, como se diz. O assoalho e o coro foram renovados. Janelas receberam os competentes caixilhos envidraçados; e construíram-se dois altares aos cantos do Arco Cruzeiro. A igreja estava sem frontispício e torres. Esta falta empreendeu suprir um campineiro de nobre família e elevada posição social, o sr. Joaquim do Amaral Camargo, que entre seus amigos e parentes encontrou o auxílio de alguns contos de réis com que principiou a obra, e já a tinha consideravelmente adiantada quando por motivos de enfermidade retirou-se; sendo dali a pouco seu lugar suprido por outro campineiro importante e abastado, morador também no largo, o sr. capitão Camilo Xavier da Silveira Bueno, que, suprimindo o "déficit" das subscrições populares dos bastos recursos de sua ampla fortuna, fez caminhar a obra até dotar a igreja com elegante frontispício e duas torres, e certamente ainda muito maiores benefícios teria feito se em idade que ainda permitia a esperança de sua conservação por longos anos a bem de Campinas, de sua família e de seus amigos, a morte não o houvera roubado.

Quando se realizou a salutaríssima medida da divisão em duas da por demais populosa e extensa paróquia de Campinas, ficou a igreja do Rosário compreendida no território reservado à Nossa Senhora da Conceição, e passou a servir de matriz provisória enquanto se espera a terminação da nova matriz.

(...) A igreja tem capela-mór, nave, dois corredores laterais, terminando um no altar do Senhor Bom Jesus e outro na sacristia. Esta igreja tem no fundo e ao lado direito um pequeno terreno que a separa das propriedades imediatas. Existem os paramentos necessários e algumas imagens boas, e também alguns quadros atribuídos ao pintor paulista Manso. O forro da sacristia foi pintado por um habil artista nacional, cuja viúva morreu há pouco em extrema pobreza, porém sem cousa alguma lhe faltar por haver sido há anos recolhida à casa de um fazendeiro.

A igreja do Rosário ainda necessita de muitos melhoramentos que alguns devotos têm em mente realizar quando de lá se transportar a pia paroquial para a nova matriz.

Convém descrever os assuntos desenhados no teto da sacristia, cuja escolha e execução atestam o grau de civilização pertencente a São Paulo **jure** próprio antes da invasão estrangeira. O teto é dividido em dois compartimentos. O primeiro, à entrada, representa o Santíssimo Sacramento, estando uma custódia ao meio e dois anjos ao lado em adoração. Em baixo um altar e em frente ao altar quatro jovens clérigos de joelhos. No segundo, se vê Santa Clara, São Francisco de Assis, São Domingos, Nossa Senhora do Rosário e a imagem de Cristo ressuscitado.

A frente da igreja tem um bonito átrio formado de lajes de Itu, com degraus em volta da mesma pedra, que foi feito a expensas do já mencionado sr. Camilo Bueno.

(Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1881, publicado por José Maria Lisboa, 6º ano, pp. 137-141. São Paulo, Typ. da "Provincia", 1880).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974)

Sem ter sido propriamente um historiador, Fernando de Azevedo deixou uma obra imensa, na qual figuram numerosos títulos que não podem ser ignorados pelos que se dedicam aos estudos de nossa história, razão pela qual nos sentimos muito à vontade para incluí-lo em nossa galeria de **Vultos da Historiografia Brasileira**, neste ano em que se comemora o centenário de seu nascimento. Efeméride, sem dúvida, das mais significativas em nossa vida cultural, visto tratar-se de uma das figuras mais expressivas da intelectualidade brasileira, notadamente nos domínios das ciências sociais e da educação, seus principais campos de trabalho.

Nascido na cidade sul-mineira de São Gonçalo do Sapucaí, a 2 de abril de 1894, passou a infância e adolescência em sua cidade natal e na vizinha Cambuquira, donde saiu para estudos no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, pois era sua intenção seguir a carreira sacerdotal. Chegou apenas até ao noviciado, tendo permanecido dois anos em Itu, como professor do Colégio São Luís. Na velha cidade paulista, tomou a decisão ditada por crise de consciência - de renunciar à carreira eclesiástica. Guardou, contudo, as melhores recordações de seu convívio com os jesuítas, notadamente excelente formação clássica e humanística, que foi sempre uma das vigas mestras de sua cultura e da qual se serviu em quase todos os momentos de sua vida.

Viveu alguns anos em Belo Horizonte como professor de Latim e de Psicologia do Ginásio estadual. Na capital mineira, iniciou o curso de Direito, que veio a concluir em São Paulo, em 1918. Em Belo Horizonte, promoveu intensa e salutar campanha pela Educação Física, da qual resultou seus dois primeiros livros, além da criação da cadeira dessa especialidade no ginásio em que lecionava. Tendo sido o idealizador dessa cadeira de Educação Física, julgou-se no dever moral de concorrer ao concurso para o seu provimento, escrevendo, para isso, a tese que veio a constituir seu primeiro livro, **Da Educação Física, o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser**. Embora vencendo brilhantemente o concurso, viu-se preterido por injunções políticas, o que o levou a deixar a capital mineira, transferindo-se para o Rio de Janeiro. Amargurou-o muito essa injustiça, embora, já ao fim da vida,

escrevendo suas memórias, considerou-a uma "injustiça que valeu a pena", pois lhe abriu numerosas outras perspectivas para a sua longa carreira. Tivesse sido nomeado para a pretendida cadeira, talvez sua atividade acabaria se restringindo à capital mineira.

No Rio de Janeiro tentou a vida de diversas maneiras, inclusive como modesto empregado do Lóide Brasileiro, no ambiente das docas, função muito aquém de seus méritos e de seus estudos, mas que - recordou ele em suas memórias - tornou-se vantajoso, porque "pondo-me em contato com uma camada, das mais modestas, da sociedade, contribuiu para dar-me uma nova visão das coisas". Pouco se demorou no Rio de Janeiro, embora para aí retornasse dez anos mais tarde, para a talvez mais importante realização de sua vida.

Foi, porém, em São Paulo, para onde se transferiu em 1917, e onde viveu até o fim de sua existência, em 1974, que se realizou plenamente, como professor, crítico literário, cientista social e educador e ainda homem público, com avultada folha de serviços e valiosa produção bibliográfica em cada um desses setores.

A convite de Antônio Prado Júnior, então prefeito do Distrito Federal, no quadriênio presidencial de Washington Luís, realizou, em nossa antiga capital, importante reforma da instrução pública, que lhe grangeou merecido renome e que se conta, de fato, entre as maiores obras já empreendidas no gênero, em nosso país.

Retornando a São Paulo, a convite da Companhia Editora Nacional idealizou a importante coleção denominada "Biblioteca Pedagógica Brasileira" e, com ela, a nunca assaz louvada "Brasiliana", empreendimento ao qual dedicamos há pouco dois números de nossa publicação. Foi o redator e o primeiro signatário do importante "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932), de larga repercussão em todo o país e que inegavelmente, marcou uma nova época na história da educação em nosso país.

Ocupou diversos cargos públicos: diretor geral do ensino no Estado (1933), fundador e diretor do antigo Instituto de Educação, no qual se transformara a tradicional Escola Normal da Praça da República (1933-1938), um dos fundadores da Universidade de São Paulo e professor e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1939-1944), Secretário da Educação do Estado (1947) e do município (1966) e diretor do Centro Regional de Estudos Pedagógicos.

Pertenceu às Academias Brasileira e Paulista de Letras e a diversas outras instituições culturais do país. Foi agraciado com numerosos prêmios e distinções; entre eles, o "Prêmio Machado de Assis" (da Academia Brasileira), o "Visconde de Porto Seguro" (da Fundação desse nome), o "Prêmio Moinho Santista", o título de "Professor Emérito" da Universidade de São Paulo e o grau de Oficial da Legião de Honra, da França.

Deixou uma obra imensa, de cerca de quarenta volumes, nos quais, além dos temas preferenciais de educação e sociologia, versou também temas relativos à educação física (por onde, aliás, começou), aos estudos humanísticos, à crítica literária, à história, à memorialística em evocação de numerosas "figuras do seu convívio". De maior interesse para os estudos históricos, destacam-se **No tempo de Petrônio**, **Páginas latinas**, **O segredo da Renascença**, **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**, **Um trem corre para o Oeste**, **Na batalha do humanismo** e a monumental **A cultura brasileira**, obra por assim dizer de leitura obrigatória para todos os que se interessam por qualquer assunto da cultura de nosso país.

Faleceu Fernando de Azevedo em São Paulo, a 17 de setembro de 1974. Na ocasião, dedicamos ao grande mestre a nota de abertura de nosso número 62, lembrando que dele poderíamos dizer o que Dante dissera de Aristóteles no canto quarto da "Divina Comédia": "Il maestro di color che sanno", "o mestre dos que sabem..." Não era apenas o sociólogo e o educador que desapareciam. Era, antes de tudo, o realizador, o empreendedor, o plasmador de mentalidades, o incentivador de vocações, o formador de gerações, o batalhador, o escritor e humanista, enfim o Mestre".

Bibliografia de Fernando de Azevedo

Entre 1920 e 1971, publicou Fernando de Azevedo cerca de trinta volumes, quase todos alcançando mais de uma edição e alguns deles, como **Princípios de Sociologia Educacional** atingindo nove edições, utilizados largamente nas escolas onde tais matérias fossem ministradas. Ei-los:

Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. São Paulo, Weiszflog, 1920.

Antinous: estudo de cultura atlética. Idem, 1920.

No tempo de Petrônio. São Paulo, Irmãos Marrano, 1923.

Jardins de Salústio: à margem da vida e dos livros. Idem, 1924.

O segredo da Renascença e outras conferências. São Paulo, Nova Era, 1925.

Páginas latinas: pequena história da literatura romana pelos textos (em colab. com Francisco Azzi). São Paulo, Melhoramentos, 1927.

A reforma do ensino no Distrito Federal: discursos e entrevistas. São Paulo, Melhoramentos, 1929.

Ensaio: crítica literária. Idem, 1929.

- A evolução do esporte no Brasil e outros estudos de educação física e higiene social.** Idem, 1930.
- Novos caminhos e novos fins.** São Paulo, Editora Nacional, 1932.
- Princípios de Sociologia.** Idem, 1935.
- A educação pública em São Paulo: problemas e discussões.** Idem, 1937 (Volume 98 da Coleção "Brasileira").
- A educação e seu problemas.** idem, 1937.
- A cultura brasileira,** Rio, IBGE, 1943.
- Seguindo meu caminho: conferências sobre educação e cultura.** São Paulo, Editora Nacional, 1945.
- As universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais.** Idem, 1947.
- Canaviais e engenhos na vida política do Brasil.** Rio, instituto do açúcar e do Alcool, 1948.
- Rui e o humanismo.** Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1949.
- Sociologia educacional,** Idem, 1940.
- Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional.** São Paulo, Editora Nacional, 1942.
- Um trem corre para o Oeste: ensaio sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional.** São Paulo, Martins, 1950.
- Na batalha do humanismo: aspirações, problemas e perspectivas.** São Paulo, Melhoramentos, 1952.
- A educação na encruzilhada.** Idem, 1960. (Segunda edição de **A educação pública em São Paulo**).
- A educação entre dois mundos.** São Paulo, Melhoramentos, 1958.
- Máscaras e retratos: estudos literários.** Idem, 1962 (Segunda edição, rev. e ampliadas de **Ensaio**).
- Figuras de meu convívio.** São Paulo, idem, 1961. Segunda edição, ampliada, 1973, São Paulo, Duas Cidades.
- A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos.** Idem, 1962.
- História de minha vida.** Idem, 1971

*

Dirigiu **As ciências no Brasil**, obra em colaboração com treze cientistas, para a qual escreveu a introdução. Publicada sob os auspícios da Instituição Larragoiti. 2 vs. Seu último livro, anunciava "em preparo" mais os

seguintes títulos que, não sabemos se chegaram a sair: **Miséria da escola e escola da miséria**, **Vigílias sob a lâmpada**, **Sociologia do conflito social** e **Dicionário de Sociologia**.

É significativo observar que dois de seus livros mereceram tradução para outras línguas: a **Sociologia educacional** para o espanhol (México, Fondo de Cultura Econômica, 1954) e **A cultura brasileira** para o inglês (New York, Macmillan, 1950).

SELETA

SÃO PAULO, CENTRO DE IRRADIAÇÃO DA EXPANSÃO INTERIOR

Fernando de AZEVEDO

Das vilas do planalto do centro sul, uma, sobretudo, a mais antiga, fundada por Martim Afonso em 1553, assume, na boca do sertão, uma importância capital não só pelas suas condições topográficas como por constituir, com São Vicente, no litoral, os dois focos iniciais de irradiação paulista, e terem nela a sua origem Taubaté, Itu e Sorocaba, outros três focos de conquista, expansão e povoamento.

Situada à entrada do sertão e à margem do Tietê, que é um caminho de penetração natural, e a 60 quilômetros de um porto de mar, e mais tarde numa encruzilhada de caminhos que se estendem em quase todas as direções, Piratininga é no planalto o lugar onde começam os caminhos do mar e os caminhos da terra, que tomam a sua existência mais estreitamente ligada à circulação do que aos mercados.

Sobre os destinos dessa vila, no tempo das bandeiras, e dessa cidade, mais tarde, na idade do café, como na sua fase industrial, influiu, mais do que sobre os destinos de qualquer outra, a história dos caminhos que para aí afluem ou daí se irradiam, com todo o seu poder criador, desde as origens de Piratininga - o caminho dos índios pela Serra do Mar -, até o período mais brilhante de sua civilização atual. Mas como o foco litorâneo de São Vicente que se esgota, não só alimentando os focos de serra acima senão também projetando pelo litoral, na direção do norte e do sul, a sua ação colonizadora, São Paulo de Piratininga, no planalto, não se desenvolveu senão para impelir todas as suas forças vivas para os sertões do norte e do sul, à caça do índio, à procura do ouro, ou pela sua atividade pastoril, em busca de novos campos de criação.

Em geral, o círculo de influência das cidades varia com a sua importância e a distância entre o ponto de partida e o de chegada, ou o que se poderia

chamar "a amplitude da onda da imigração", é tanto maior quanto mais considerável o centro urbano. A amplitude da onda de expansão dessas migrações desbravadoras que tem como ponto de partida São Paulo de Piratininga e depois Taubaté, Itu, Sorocaba, e senhoreiam todo o Brasil-central e meridional não tem porém qualquer relação com a importância ou o volume desse agrupamento urbano, cujas energias colonizadoras se prendem antes à assombrosa atividade dinâmica dessa raça de mestiços, que se plasmou no planalto, e das forças econômicas verdadeiramente fecundas (o índio, o ouro e o gado) que impelem os bandeirantes para o sertão.

O que essas correntes povoadoras ganham em extensão ou em superfície, atingindo por vias terrestres ou fluviais a distâncias prodigiosas dos seus pontos iniciais de irradiação, perde em profundidade a vida urbana, ainda nascente, em que se alimentam e a que voltam, para restaurar, com novos recursos e com novos homens, as suas forças de colonização. As bandeiras paulistas extraem, de fato, de uma raça vigorosa e de um sangue jovem - a raça e o sangue dos mamelucos, povoadores de Piratininga - um excesso transbordante de forças que as sangrias, freqüentes e quase periódicas das expedições, temperam dificilmente, em cerca de um século de expansão sertaneja. Fundadores de currais, caçadores de escravos, descobridores de ouro, os paulistas, açulados pelo espírito de aventura, pela cobiça ou pela necessidade de expansão do gado, dispersam-se por toda parte, devassando sertões, abrindo caminhos e estabelecendo, ao norte, ao sul e a oeste, núcleos de povoamento e de civilização.

A pequena vila de Piratininga despovoou-se, mas para povoar, nem chega a enriquecer-se: os paulistas, senhores das minas descobertas, são despojados de suas terras e repelidos em 1709 pelos emboabas, reinóis e sertanejos da Bahia que lutavam por anular pela força os privilégios dos bandeirantes; e, como um símbolo, Fernão Dias morre em 1681, à margem do rio das Velhas, apertando contra o peito as pedras verdes que supunha esmeraldas... As sucessivas sangrias em sua população, a enorme alta dos preços que, entre 1690 e 1709, levantavam o clamor do povo "constrangido da necessidade", e, em geral, as perturbações econômicas na antiga zona povoada de São Paulo, em consequência das migrações internas, não permitiram que no planalto paulista atingisse, nos séculos XVII e XVIII, a menor intensidade, um fenômeno de concentração e ao qual as bandeiras, pelo seu caráter dispersivo e expansionista, opunham, em si mesmas e nas suas consequências, um obstáculo insuperável em quase dois séculos.

Onde se vai produzir mais intensamente o fenômeno de concentração urbana é nas regiões das minas, descobertas pelos desbravadores paulistas, nas suas formidáveis incursões pelo sertão. Mas o fenômeno urbano que não se deve confundir com o de povoamento primário, feito por uma grande variedade de sistemas e por etapas, não se processou senão através de dificuldades e, a princípio, em luta contra dois fatores de dispersão e mobilidade das populações sertanejas,

atraídas de todos os pontos para as "minas gerais" pela ilusão sedutora da riqueza fácil e rápida, na exploração do ouro.

À notícia do sucesso das bandeiras, aflui da Metrópole e da colônia, das aldeias de Portugal como das vilas brasileiras, e até do recôncavo e do fundo dos sertões, um mundo de imigrantes, brancos, negros, índios e mestiços, aventureiros reinóis e sertanejos da Bahia, que vêm juntar-se aos paulistas, senhores, por outorga de concessões reais, das terras descobertas. Multiplicam-se, na região das minas, os arraiais, as povoações e as vilas; e os primeiros centros mineradores. A população crescente de forasteiros, atraídos de longes terras pela obsessão do ouro, em vez de se concentrar em algumas vilas, dispersa-se, fragmenta-se e como que "se pulveriza" em um número extraordinário de arraiais e povoações que, desenvolvendo-se antes de tudo pelo vale do rio das Velhas, se estende pela bacia do Jequitinhonha, onde surgem, fundadas ainda por paulistas, as vilas de Diamantina, Grão-Mogol e Minas Novas.

Esse fenômeno de dispersão, que se explica já pela marcha do sertão a dentro, sempre à cata de novas minas, já pelas lutas entre emboabas e paulistas que, desalojados de suas terras, continuam a penetração dos sertões por Mato Grosso e Goiás até onde não chega a cupidéz do português intruso, já pelo desassossego que reina na capitania, devido às extorsões do fisco, tem a acentuá-lo ainda mais a própria natureza da exploração do ouro de aluvião, que se depositava nos leitos e nas margens dos rios. A facilidade com que as minerações mudavam de local favoreceu não apenas o desenvolvimento do espírito de insubmissão, que fermentou nas minas, mas a dispersão dessas populações heterogêneas, e flutuantes, deslocando-se constantemente em busca, ou à primeira notícia da pepita que brilha na areia do rio ou se oculta nas vertentes das serras. Só mais tarde, a partir de 1720, como observa Barros Latif, os trabalhos vultosos exigidos pelo ouro de montanhas radicam o homem à terra, e a concentração dos mineradores, pela estabilidade do trabalho, fazendo a população perder o caráter nômade, aventureiro, contribui para fixá-la e leva os senhores de lavras a construir suas casas junto às minerações.

Assim, pois, se o século XVII, o das bandeiras, foi o século da expansão territorial, da conquista e do povoamento, o século do ouro, o XVIII foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento das banheiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras.

(A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil, 135-138. 4ª ed., revista e ampliada. Brasília, Editora da Univ. de Brasília, 1963. (Col. "Biblioteca básica brasileira, v. 4).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

277. "NÚMERO, FAZ FAVOR..."

Um acaso feliz propiciou-me há pouco o encontro no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo com a poetisa, pintora e compositora Lia Campos Ferreira, filha de Ernesto de Souza Campos, engenheiro e médico, com esplêndida folha de serviços à cultura de São Paulo e do Brasil. Nascido em Campinas em 1882, descendente de velhos troncos paulistas que remontam ao século XVI, pouco viveu em sua cidade natal. Foi na Capital que se realizou em toda a sua intensa existência. Diplomado pela Politécnica e pela Faculdade de Medicina, estudou na Universidade John Hopkins, em Baltimore, Estados Unidos. Regressando ao Brasil, trabalhou em Manguinhos, vinculando-se depois à Faculdade de Medicina em que estudara, como professor catedrático, função que exerceu até à aposentadoria. Foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, precisamente no meu tempo de estudante, donde o relacionamento que com ele tive o privilégio de manter, especialmente anos mais tarde, quando de sua gestão na presidência do Instituto Histórico e Geográfico.

Deve-lhe o Instituto a construção da atual sede, o grande edifício da rua Benjamin Constant, que, a partir de agora, por deliberação recente da diretoria, deverá ter, mui merecidamente, o seu nome. Pertenceu à Academia Paulista de Letras, onde ocupou a cadeira nº 34, que teve como primeiro ocupante Basílio de Magalhães, que escolheu como patrono a Pedro Taques, o clássico historiador dos velhos troncos paulistas. Foi ministro da Educação e diplomata em missões especiais em vários países. A capital paulista ficou lhe devendo a construção do monumental palácio da Faculdade de Medicina, à avenida Doutor Arnaldo, bem como o plano original da Cidade Universitária. Enfim, tantas outras coisas foi

Ernesto de Souza Campos, que esta coluna não comportaria o arrolamento de tudo.

Guardo dele excelentes recordações, que me foram avivadas pelo carinhoso livro que sua filha Lia lhe dedicou e que teve a gentileza de me oferecer no encontro no Instituto Histórico a que, de início, me referi. Livro que, tudo o indica, será seguido de um segundo volume, pois este primeiro alcança até a década de 30, tendo, portanto, muito a ser contado referente aos quase 40 anos que ainda viveu, pois faleceu em 1970.

Seu livro, tanto quanto uma biografia do pai, encerra preciosa reconstituição da vida de São Paulo, que a autora, nos seus tempos de menina-moça soube captar com muita felicidade. Quem o ler "tomará contato com um relacionamento humano frutificante, pois o passado é evocado com uma ternura lúcida", segundo registra uma nota da própria editora, colocada à "orelha" da capa. E diz com propriedade a autora que seu livro "retrata uma família paulista através de três gerações" e no qual a figura do homenageado é ressaltada "não só no ambiente familiar, como nos trabalhos que realizou".

Livro singelo, muito bem escrito e significativo em todos os seus momentos, a começar pelo título, evocando a forma de chamada telefônica que se usava antes dos aparelhos automáticos ("Número, faz favor?" E o pedido vinha logo a seguir: "Central 2508..."). Isto, numa época em que São Paulo tinha apenas três centros telefônicos, conhecidos por "Cidade", "Central" e "Brás". Qualquer pessoa que tenha vivido a época evocada pelo livro, na capital paulista, certamente nele "se encontrará" a todo instante, o que, aliás, aconteceu mesmo comigo, que não morava em São Paulo, mas visitava-a com frequência nas épocas de férias. Enfim, um dos bons livros de evocação da babilônica metrópole de hoje.

Tive o privilégio de privar por muito tempo com o filho único de Ernesto de Souza Campos, meu colega de turma na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, embora de cursos diferentes, ele Ciências Naturais, eu Geografia e História. Trabalhamos juntos numa experiência um tanto audaciosa, depois de formados, quando planejamos um ginásio modelo, cujo corpo docente seria constituído só de licenciados pela Faculdade Filosofia. Não havia ainda ambiente para isso em São Paulo. Mas, fomos teimosos e apesar de todo o nosso entusiasmo "demos com os burros n'água"... Todavia, ficou a lembrança do Ginásio Saldanha da Gama, à avenida Angélica. Faleceu muito moço o bom amigo e colega, cujo nome evoco com muita saudade: João Ernesto de Souza Campos. Agradeço à Dona Lia o privilégio que me propiciou a leitura de seu livro, e aguardo, pressuroso, o segundo volume, certamente o que registrará a parte mais rica de realizações de seu saudoso genitor. (12-3-1994)

278. COLEÇÃO QUE AINDA NÃO CONHECIA

Nada a estranhar nessa minha ignorância, pois a precariedade no intercâmbio de informações bibliográficas constitui um dos grandes obstáculos ao trabalho científico no Brasil. Afora o movimento das grandes editoras, as quais, naturalmente, dispõem de boa rede distribuidora, não se sabe em São Paulo o que se publica no Rio de Janeiro e vice-versa. Com relação a outros Estados, então, é ainda maior a dificuldade de intercâmbio ou sequer de informações. Cada vez que por eles viajo, descubro em suas livrarias um mundo de livros de cuja existência nem de longe suspeitava. E o mesmo certamente ocorrerá em São Paulo com os estudiosos de outros Estados. Eu próprio, que sempre me gabei de um razoável conhecimento da bibliografia referente a assuntos históricos brasileiros, freqüentemente sou posto à prova com o encontro de "novidades" muitas vezes já bem velhas. Durante muito tempo me considerei bom "rato" de livraria. Com o tempo, transformei-me em modesto "camundongo", que nem de longe tem o faro de tantos pesquisadores que conheço.

E quando se trata de publicações oficiais, aí, então, não há "rato" por mais farejador que seja que consiga descobri-las. Triste sina, aliás, no Brasil, a das publicações oficiais. Raramente sendo posta à venda a não ser pelos "sebos" depois que se tornam raridades, ninguém as consegue se não for amigo do autor ou tiver ligação muito estreita com as entidades que as publicam. Seus critérios de distribuição, ninguém os conhece. E por mais que se fale, se escreva, se apele, nada se modifica. Não fora esse conhecimento pessoal a que me referi, jamais tomaria conhecimento da existência, nestes últimos anos, de algumas das mais importantes coleções de interesse para os estudos históricos em nosso país.

Vieram-me à mente essas considerações, ao receber, graças à gentileza de Mário Barata, meu nobre confrade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o volume **Bicentenário de Tiradentes**, reunindo conferências e estudos alusivos à efeméride há pouco comemorada do bicentenário da Inconfidência Mineira, de renomados cultores de nossas letras históricas, como Vicente Tapajós, Carlos Wehrs, Américo Jacobina Lacombe, Waldemar de Almeida Barbosa e o próprio Mário Barata, que me ofereceu o volume, muito bem impresso, elegante, cômodo e bem apresentado. Surpreendeu-me verificar que já consistia no sétimo volume de uma coleção denominada precisamente "Tiradentes", planejada e realizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para comemorar a efeméride bicentenária.

Excelente iniciativa a enriquecer nossos conhecimentos sobre tema tão querido de todos nós, embora nem todos os volumes, dos nove até agora editados, se refiram ao tema implicado no título, porém versando todos assuntos de interesse para a história fluminense.

O volume que tive o privilégio de receber por gentileza do ilustre amigo e confrade do Rio de Janeiro reúne as seguintes palestras proferidas no Palácio Tiradentes: "Tiradentes, o homem e o herói" (Vicente Tapajós), "Tiradentes e o Rio de Janeiro" (Carlos Wehrs), a "A Inconfidência e a idéia de República" (Américo Jacobina Lacombe). Incluem-se no volume dois excelentes estudos, um sobre Inácio José de Alvarenga, "inconfidente nascido no Rio de Janeiro", de Mário Barata, e outro, oportuno comentário crítico ao conhecido livro **A Devassa da Devassa**, do "brasilianista" Kenneth Maxwell, pelo historiador mineiro e grande estudioso da Inconfidência, Waldemar de Almeida Barbosa.

Sem negar mérito ao autor norte-americano ("A visão do século XVIII, que apresenta, com levantamento social da época, torna valioso o seu trabalho, sem dúvida alguma"), mostra as numerosas falhas em que incorreu, decorrentes, ao que parece, de sua pouca familiaridade com a fonte mais preciosa para a Inconfidência, que são os "Autos de Devassa".

É esta a "coleção que ainda não conhecia", aludida no título deste "rabisco". Registro com prazer que é a segunda vez (salvo alguma eventual omissão de minha parte) que vejo entre nós um Legislativo Estadual interessado em assuntos dessa natureza. A primeira, foi com o Legislativo de Santa Catarina, que há alguns anos publicou excelente coleção, também com nove volumes, todos relativos à história catarinense. Infelizmente, não teve prosseguimento. Nada posso adiantar com referência à coleção fluminense que venho de registrar, pois não há, no único volume que dela conheço, qualquer indicação quanto ao seu programa. Espero que prossiga. A história fluminense é muito rica e há muita coisa à espera de reedição. Além dos estudos novos, é claro. (16-4-1994)

*

279. JESUÍTA IRLANDÊS NO BRASIL COLONIAL

"Não é muito o que se sabe da vida de Ricardo Fleckno, o jesuíta irlandês do século XVII, que foi homem de letras e viajante assaz conhecido". Assim começa Afonso de Taunay o capítulo que lhe dedicou em seu valioso livro **Visitantes do Brasil colonial**, publicado há mais de 60 anos (1933), como um dos primeiros volumes da preciosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional. Frase aparentemente contraditória, pois se foi homem de letras e viajante "assaz conhecido", não parece normal serem tão escassas as informações sobre ele. É verdade que nem todas as fontes são concordes quanto às datas balizas de sua

existência. Acredita-se, entretanto, que tenha vivido entre 1600 e 1678. E autores há, ainda, que põem em dúvida até sua qualidade de sacerdote jesuíta.

Embora autor prolífico (peças de teatro, biografias, poesias e até um estudo sobre a época de Cronwell), Fleckno (ou Flecknoe, como, às vezes seu nome aparece grafado), é lembrado hoje pelos relatos das viagens que empreendeu. Esteve na Bélgica, na Turquia, em Roma, em Portugal e no Brasil, visitando nosso país no ano de 1648.

Seu livro de viagens foi publicado sem data, mas acredita-se seja de 1654 ou 1655. Paulo Berger, que se inclina pela primeira data, aponta-nos uma segunda edição, aparecida dez anos mais tarde, com idêntica paginação, apenas com outra página de rosto e título ligeiramente modificado.

O livro de Flexkno trazia título "muito de acordo com o esparramado feito do tempo", no dizer de Taunay: **Relação de dez anos de viagem na Europa, Ásia, África e América, tudo por meio de cartas ocasionalmente escritas de lugar em lugar, a diversas personalidades fidalgas, e continuadas até o ano atual, por Ricardo Fleckno, com diversas outras peças históricas, morais e poéticas do mesmo autor.** Espécie de "miscelânea itinerário-histórico-moral-poética" (ainda no dizer de Taunay), solenemente protegida por um dístico virgiliano constante da Eneida: "Haec olim meminisse juvabit", palavras com que Enéias procura consolar seus companheiros de viagem após o infortúnio de uma tempestade: "Talvez algum dia sintamos prazer em recordar estas coisas".

Dizem os especialistas em bibliografia estrangeira sobre o Brasil que o livro de Fleckno é de extrema raridade, não se conhecendo senão o exemplar do Itamarati, que pertenceu ao Barão do Rio Branco. Entretanto, o livro vale mais como curiosidade. As informações sobre nosso país pecam pela falta de exatidão, dando a impressão de autor um tanto ingênuo, que acreditava em tudo quanto lhe contavam. E nunca faltou, no Brasil, espertalhões para tapear os estrangeiros crédulos. Mas, é claro, apresenta algumas observações interessantes, particularmente sobre o Rio de Janeiro, sendo mesmo, ao que se supõe, o primeiro livro de autor inglês a descrever nossa antiga capital.

Graças a Afonso de Taunay, dispomos de uma tradução integral, da parte relativa ao Brasil, do curioso livro, pois, ao contrário do que costumava fazer com os demais viajantes antigos, aos quais simplesmente resenhava, o grande historiador, no caso do jesuíta irlandês, preferiu traduzir, apenas com ligeiros comentários, o que constava do livro. Encontra-se essa tradução no já mencionado **Visitantes do Brasil colonial.**

Finalmente, uma curiosidade. Caído no esquecimento, Fleckno só mais de um século após sua morte, começou a ser reabilitado na Inglaterra. E entre

os paladinos dessa reabilitação figurou Robert Southey, o conhecido autor de uma das maiores obras sobre nossa história. (7-5-1994)

*

280. O PADRE JOÃO MANUEL DO CENTENÁRIO DE SEU LIVRO

Os que conhecem a cidade de São Paulo sabem da existência, ali, de uma importante rua em cujas placas se inscreve o nome do "Padre João Manuel". Apenas assim, sem o sobrenome, que é como ele se tornou conhecido. Inicia-se na avenida Paulista e numa extensão de quase dois quilômetros, alcança o Jardim América. Se perguntarmos aos milhares de transeuntes que diariamente sobem e descem pela importante artéria acerca de seu patrono, não sei quantos saberiam responder. Com efeito, anda esquecido o padre João Manuel de Carvalho. Teve uma certa notoriedade, como o prova a escolha de seu nome para uma das ruas do novo bairro paulistano que se formou no início deste século.

Natural do Rio Grande do Norte, teve atuação destacada, menos como sacerdote do que como político e jornalista nos últimos anos do império. Militou no Partido Conservador representando sua província na Câmara Imperial. Desiludido com a monarquia, tornou-se republicano de uma maneira espetacular e até acintosa, dando um brado de "Viva a República" em pleno Parlamento, num dos momentos mais solenes da vida imperial, precisamente quando tomava posse o gabinete Ouro Preto, o último da monarquia, em 11 de junho de 1889. Gabinete que durou apenas cinco meses, pois sua queda em 15 de novembro daquele ano implicou a queda da própria monarquia, com a proclamação da República.

Mas, assim como se desiludiu com a monarquia, desencantou-se também com a república. Abandonando a política, decidiu retornar às funções sacerdotais, sendo-lhe dada a paróquia de Amparo. Ao fixar-se aí, levava já uma excelente experiência jornalística, pois dirigira dois importantes jornais do Rio de Janeiro. Em Amparo, passou a dirigir o "Correio Amparense" e em suas páginas pôs-se a publicar suas **Reminiscências sobre vultos e fatos do Império e da República**, cerca de 60 crônicas que posteriormente reuniu em livro com esse mesmo título, editado em Amparo, em 1894, portanto há um século.

As **Reminiscências** do famoso sacerdote jamais foram reeditadas. Constituem hoje livro bastante raro e extremamente importante para se conhecer o "clima" dos últimos anos do Império e primeiros da República. Não duvidaria mesmo em considerá-lo das mais importantes peças de nossa bibliografia política.

Bem mereceria o curioso livro - às vezes sarcástico, outras vezes sério e não raro violento de um político desiludido com os homens e com o sistema que passou a imperar no Brasil - bem mereceria, dizia, uma reedição, agora que algumas editoras estão empenhadas em reeditar páginas de nossa literatura política. A celebração, há pouco, do centenário da República, teria sido uma feliz oportunidade. E mais feliz, ainda, será a ocorrência, neste ano, do centenário da publicação do livro.

Após alguns anos de residência em Amparo, o padre João Manuel retornou ao Rio de Janeiro, onde faleceu em 1899, com menos de 60 anos, pois nascera em 1841. Afirmei, de início, que o ilustre político, sacerdote e jornalista anda esquecido. Prova-o o fato de nenhum dos mais renomados catálogos bibliográficos publicados ultimamente mencionar o seu nome: nem o **Dicionário de Literatura Brasileira**, de Raimundo de Menezes, nem, mais recente ainda, a **Enciclopédia da Literatura Brasileira**, publicada por Afrânio Coutinho. A única obra de referência que o cita é a **Enciclopédia Delta-Larousse**. E considere-se que com suas centenárias **Reminiscências**, teve o padre João Manuel seu nome eclipsado como sacerdote e como político, para, em lugar deles, salientar-se o jornalista e cronista, que acabou trazendo assinalada contribuição à historiografia do período em questão. (23-5-1994)

*

281. TAUNAY E JOSÉ MAURÍCIO

Narra o Visconde de Taunay numa de suas páginas de reminiscências que foi na estréia parlamentar como deputado pela província de Góias, em 1872, que pela primeira vez ouviu falar no Padre José Maurício Nunes Garcia. Impressionou-se ele com a beleza da composição ouvida na cerimônia de abertura do ano parlamentar. Pareceu-lhe algo à maneira de Haendel, Haydn ou Mozart. Tratou de indagar de seu autor. As primeiras pessoas a quem perguntou nada souberam lhe informar. Mas, encontrou logo quem, corretamente, lhe dissesse o nome do compositor. Pôs-se Taunay a indagar mais: se a obra se encontrava impressa, se era possível adquiri-la, etc.. Foi quando ouviu, estupefacto, de seu interlocutor, que nada, absolutamente nada havia impresso do autor. E ainda rematou: "É assim que o Brasil cuida de suas glórias... escrever obras primas para serem apreciadas apenas pelos cupins e pelas traças..." E conclui Taunay suas reminiscências: "Foi a primeira vez que ouvi falar de José Maurício Nunes Garcia".

Pois bem: essa primeira vez serviu de estímulo para que o então jovem parlamentar nos quase vinte anos em que teve destacada atuação política, se

dedicasse com todo o empenho a uma louvável tarefa em prol do reconhecimento dos méritos do compositor que pela primeira vez ouvira naquele dia para ele tão significativo, de sua entrada para o Parlamento.

Muito e muito falou e escreveu até ao final de sua vida, sobre o compositor carioca, nascido em 1765 e falecido em 1830. Tudo quanto falou e escreveu encontra-se reunido em dois volumes póstumos publicados em 1930, precisamente quando transcorreu o centenário do falecimento do grande padre-compositor. Neles, encontramos a biografia, a apreciação de sua obra e, principalmente, o registro dos esforços que precisou despender o compositor para firmar-se num ambiente tão hostil e de tanta inveja como aquele em que atuou, a princípio na corte de D. João VI e, depois, na de D. Pedro I.

Empenhou-se muito Taunay, entre outras coisas, para que, pelo menos, se procedesse a um levantamento tão completo quanto possível do legado do compositor. Pois nem isso foi feito. Tivemos que esperar quase cem anos para que se concretizasse a proposta de Taunay. Com efeito, foi só em 1970 que, graças aos esforços da ilustre regente e musicóloga Cleofe Person de Matos, diretora da Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro, se publicou, oficialmente, o catálogo temático da produção mauriciana.

Atualmente, o ouvinte interessado poderá dispor de várias obras de José Maurício, em excelentes gravações. Cremos mesmo que as mais significativas, como duas ou três missas, diversos motetes, o Réquiem que compôs para os funerais da rainha D. Maria I (certamente sua obra prima) e ainda algumas páginas expressivas de música secular. É pouco, realmente, diante do catálogo imenso levantado pela professora Cleofe Person de Matos, mas, sem dúvida, suficiente para que se possa aquilatar do valor da obra do compositor carioca, ou fluminense, como na época se dizia.

E hoje dispõe, ainda, o estudioso de obras mais completas e mais analíticas que as de Taunay. Mas, é sempre de justiça recordar um pioneirismo que, tal como o de Araújo Porto Alegre, quase da mesma época, testemunha um evidente esforço para o regaste da memória história e artística de nossa terra. (21-5-1994).

*

282. VALIOSO TEXTO SOBRE O PASSADO PAULISTA

Não são comuns no Brasil, ao contrário, são até bastante raros, escritos de homens de governo. Mais afeitos a agir que a refletir, não tendo muitas vezes a

base necessária para empreendimentos culturais de qualquer natureza, nem seria mesmo de se esperar que nossos administradores, especialmente os do período colonial, se preocupassem em passar para o papel tudo quanto pudesse despertar-lhes o interesse ou que constituísse objeto de estudo mais meditado para que os pósteros deles pudessem ter melhor idéia.

De vez em quando, todavia, surgem algumas exceções, e quando isso ocorre apressam-se historiadores e pesquisadores em tirar dessas fontes raras o máximo possível, lamentando quase sempre que isso não ocorra com maior freqüência. Um desses casos de verdadeira exceção encontramos no último governador ("capitão-general", na linguagem da época) de São Paulo no século XVIII, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, que tomou posse de seu cargo a 28 de junho de 1797, nele permanecendo até 10 de dezembro de 1802, quando o passou a Antônio José da Franca e Horta.

No conceito de Afonso de Taunay, era Melo Castro "homem ilustrado, progressista, de trato ameno, autoridade real e branda", figurando com vantagem na galeria dos que governaram a terra paulista, desde a criação da capitania de São Paulo, em 1709. Ficara Melo Castro conhecido pelo apelido de "Pilatos", parece que do hábito que tinha de estalar as juntas dos dedos, costume que a tradição atribuiu ao famoso procônsul romano da Judéia nos tempos de Cristo.

Melo Castro foi dos poucos chefes do governo dos tempos coloniais que deixaram alguma coisa escrita. Além de mandar elaborar preciosa série de quadros estatísticos, comentados por Taunay em seus **Estudos de história econômica e financeira**, redigiu o governador duas valiosas memórias, uma delas destinada a servir ao seu sucessor, para que este tivesse uma noção mais exata da terra que vinha governar. A outra, sem destinação aparente, inclui-se entre as melhores fontes para o conhecimento da capitania paulista na conjuntura de transição marcada pelos últimos anos do século XVIII.

A realização em Franca, há mais de dez anos, de uma semana de estudos históricos promovida pela unidade da Unesp sediada naquela importante cidade, propiciou-nos o ensejo para uma análise pormenorizada dos escritos do último governador paulista setecentista. Tivemos o prazer de vê-la publicada nos anais da reunião francana.

No que então escrevemos, procuramos mostrar não só as inúmeras sugestões que os escritos de Melo Castro oferecem aos estudiosos da história de São Paulo, como lembramos que eles não devem ser considerados documentos isolados. Devem ser apreciados num contexto mais amplo, como reflexo de uma mentalidade nova que, a partir da era pombalina, começou a dominar no Estado lusitano no que se refere ao seu relacionamento com o Brasil, e que a reação determinada pela subida ao trono de Dona Maria I não foi suficiente para modificar de todo.

E sugerimos não apenas um melhor aproveitamento desses textos, como, ainda, a pesquisa em torno de textos semelhantes porventura existentes em outras regiões do Brasil, para que se tenha um conhecimento bem mais amplo, pois que multiforme, da situação do país naquele momento tão importante de sua evolução, como que preparatório ao novo papel que o Brasil iria desempenhar a partir de 1808, quando se torna sede da monarquia portuguesa.

Os escritos de Melo Castro podem ser lidos nos volumes XV e XVIII dos "Anais do Museu Paulista", 1961 e 1964, respectivamente, onde permanecem à espera de que alguma editora ou instituição se anime a publicá-los em livro. 25-6-1994.

ÍNDICES DOS NÚMEROS 153 A 156 (ANO XXVI, 1994)

- 153 - Janeiro/março - p. 01**
154 - Abril/junho - págs 201
155 - Julho/setembro - págs 271
156 - Outubro/novembro - págs 355

ÍNDICE DE AUTORES

- AZEVEDO, Fernando de - São Paulo, centro de irradiação da expansão interior - 423
 BARATA, Mário - Centenário de F. Venâncio Filho - 368
 BARBOSA, Waldemar de Almeida - Centenário de um herói: General Gomes Carneiro -387
 BATTISTONI FILHO, Duílio - Lélío Coluccini, o escultor de Campinas -303
 BATTISTONI FILHO, Duílio - Um pintor italiano no Brasil - 371
 CÉSAR, Abelardo Vergueiro - Rui Barbosa, ministro da Fazenda -320
 DAUNTRE, Ricardo G. - A capela de N. S. do Rosário - 411
 FADEL, Bárbara - Instrução nas Minas Gerais no século XVIII. o Seminário de Mariana - 288
 FERREIRA, Tito Lívio - Vida social e mudança de município - 341
 GONÇALVES NETO, Wenceslau - Modernização desigual: a política agrícola Brasileira nas décadas de 60 e 70 - 361
 HORMEYER, Josef - Caráter dos riograndenses - 414
 MARIZ, Vasco - Música no tempo da colônia - 305
 MATOS, Odilon Nogueira de - A estátua do bispo - 346
 MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito de uma iniciação política - 352
 MATOS, Odilon Nogueira de - Ainda Dom Lasagna - 348
 MATOS, Odilon Nogueira de - Coleção que ainda não conhecia - 428
 MATOS, Odilon Nogueira de - Debates de história regional -345
 MATOS, Odilon Nogueira de - Dez livros... - 351
 MATOS, Odilon Nogueira de - Insituto centenário - 357

- MATOS, Odilon Nogueira de - Jesuíta irlandês no Brasil colonial - 429
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Número, faz favor..." - 426
- MATOS, Odilon Nogueira de - O Brasil na "Brasília" nº 153 e 154
- MATOS, Odilon Nogueira de - O Padre João Manuel no centenário de seu livro - 431
- MATOS, Odilon Nogueira de - Páginas de um livro de memórias - 349
- MATOS, Odilon Nogueira de - Série "República" - 275
- MATOS, Odilon Nogueira de - Taunay e José Maurício - 432
- MATOS, Odilon Nogueira de - Valioso texto sobre o passado paulista - 433
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da historiografia brasileira: Fernando de Azevedo - 418
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da historiografia brasileira: Tito Lívio Ferreira - 339
- NOGUEIRA, Oracy - Dez anos de saudade do sociólogo e economista Vicente Unzer de Almeida - 383
- RIBEIRO JÚNIOR, João - As técnicas na Roma antiga - 373
- RICARDO, Cassiano - O bandeirismo e o elemento espanhol no Planalto - 391
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Federalismo e revolução: considerações gerais - 297
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - História e Cidade - 390
- SALES, Campos - O espírito de iniciativa em Campinas - 332
- SEWELOH, A. A. F. - O Marquês de Barbacena - 336
- SOUZA, Sinvaldo do Nascimento - Langsdorff em Santa Cruz - 380
- VILLANI, Giovanni - As lutas sociais em Florença no século XII - 416
- WITTER, J. Sebastião - Mestre José Honório Rodrigues - 317
- DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES
- CESAR, Abelardo Vergueiro - Rui Barbosa, ministro da Fazenda - 320
- RICARDO, Cassiano - O bandeirismo e o elemento espanhol no Planalto - 391

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ABREU, S. Fróes - A riqueza mineral do Brasil - 76
- ACCIOLY, Hildebrano de - Limites do Brasil - 92
- ACCIOLY, Hildebrano de - O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos - 48
- ACUÑA, Cristobal de - Descobrimiento do rio das Amazonas - 132
- AGASSIZ, Luiz - Viagem ao Brasil - 71
- ALBISETTI, Pe. Cesar - Os bororos orientais - 251
- ALMEIDA, Sylvia L. Martins de - Uma filha de D. Pedro I: D^a Maria Amélia - 224
- ALMEIDA, Tito Franco de - Monarquia e monarquistas - 285
- ALMEIDA, Tito Franco de - O Cons. Francisco José Furtado - 153

- AMARAL, Azevedo - O Brasil na crise atual - 34
- AMARAL, Luis - História geral da agricultura brasileira - 105
- AMARAL, Luis - O outro Brasil - 169
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de - O patriarca da Independência - 108
- ANDRADE, Olympio de Souza - Joaquim Nabuco e o panamericanismo - 165
- ANDRADE, Manuel Correia de - História das usinas de açúcar em Pernambuco - 276
- ANDRADE, Manuel Correia de - Movimentos populares no Nordeste no período regencial - 280
- ANDRADE, Manuel Correia de - Nabuco e a Federação - 287
- ARAÚJO, Alceu Maynard - Medicina rústica - 181
- ARROYO, Leonardo - Igrejas de São Paulo - 204
- AZEVEDO, Aroldo de - Arnolfo Azevedo - 217
- AZEVEDO, Aroldo de - Cochranes do Brasil - 200
- AZEVEDO, Aroldo de - Regiões e paisagens do Brasil - 166
- AZEVEDO, Aroldo de - A cidade de São Paulo (dir.) - 260
- AZEVEDO, Aroldo de - Brasil: a terra e a gente (dir.) - 269
- AZEVEDO, Fenando de - A educação pública em São Paulo - 73
- AZEVEDO, Thales de - As elites de cor - 170
- AZEVEDO, Thales de - Povoamento da cidade do Salvador - 169
- BALDUS, Herbert - Ensaios de etnologia brasileira - 76
- BALDUS, Herbert - Tapirapés - 264
- BARBOSA, Rui - Diretrizes - 21
- BARBOSA, Rui - Mocidade e exílio - 38
- BARROSO, Gustavo - História militar do Brasil - 44
- BARROSO, Gustavo - História secreta do Brasil, 1º vol. - 60
- BARROSO, Gustavo - O Brasil na lenda e na cartografia antiga - 126
- BASTIDE, Roger - Brancos e negros em São Paulo - 184
- BASTIDE, Roger - O candomblé da Bahia - 189
- BASTOS, Abguar - A pantofagia - 244
- BASTOS, Tavares - A Província - 78
- BASTOS, Tavares - Cartas do solitário - 83
- BASTOS, Tavares - O Vale do Amazonas - 79
- BASTOS, Tavares - Os males do presente e as esperanças do futuro - 101
- BATES, H. W. - O naturalista no rio Amazonas - 149
- BELLO, José Maria - Inteligência do Brasil - 40
- BESOUCHET, Lidia - Correspondência política de Mauá - 144
- BIARD, F. - Dois anos no Brasil - 153
- BONFIM, Manuel - O Brasil - 43

- BORDA FILHO, Hermilo - Fisionomia e espírito do mamulengo - 205
- BOXER, Charles - A Idade de ouro do Brasil - 212
- BOXER, Charles - Os holandeses no Brasil - 189
- BOXER, Charles - Salvador de Sá e a luta pelo Brasil - 223
- BRITO, Lemos - A gloriosa sotaina do Primeiro Império - 63
- BRITO, Lemos - Pontos de partida para a história econômica do Brasil - 103
- BURTON, Richard - Viagem aos planaltos do Brasil - 125 e 240
- CABRAL, Oswaldo R. - João Maria - 187
- CABRAL, Oswaldo R. - Santa Catarina - 62
- CAIUBY, Armando - Patriarca, gênio da América - 163
- CALDEIRA, Clóvis - Mutirão - 174
- CALMON, Pedro - A Princesa Isabel - 134
- CALMON, Pedro - Espírito da sociedade colonial - 40
- CALMON, Pedro - História da civilização brasileira - 25
- CALMON, Pedro - História do Brasil - 114
- CALMON, Pedro - História social do Brasil - 64, 112
- CALMON, Pedro - O rei do Brasil - 145
- CALMON, Pedro - O rei filósofo - 86
- CALMON, Pedro - Vida de Pedro I - 144
- CALÓGERAS, Pandiá - A política monetária do Brasil - 264
- CALÓGERAS, Pandiá - As minas do Brasil - 93
- CALÓGERAS, Pandiá - Da Regência à queda de Rosas - 25
- CALÓGERAS, Pandiá - Estudos históricos e políticos - 59
- CALÓGERAS, Pandiá - Formação histórica do Brasil - 41
- CALÓGERAS, Pandiá - O Marquês de Barbacena - 17
- CALÓGERAS, Pandiá - Problemas de administração - 31
- CALÓGERAS, Pandiá - Problemas de governo - 54
- CAMARA, A. Alves da - Ensaio sobre as construções navais indígenas - 69
- CAPUCCI, Victor Zappi - Fragmentos de cerâmica brasileira - 244
- CARDIM, Elmano - Justiniano José da Rocha - 194
- CARDIM, Fernão - Tratados da terra e da gente do Brasil - 110
- CARDOSO, Fernando Henrique - Cor e mobilidade social em Florianópolis - 185
- CARDOSO, Vicente Licínio - À margem da História da República - 283
- CARDOSO, Vicente Licínio - À margem da História do Brasil - 24
- CARNAXIDE, Visconde de - O Brasil na administração pombalina - 123
- CARNEIRO, David - História da Guerra Cisplatina - 154
- CARNEIRO, Edison - O Quilombo dos Palmares - 182

- CARNEIRO, Souza - Os mitos africanos no Brasil - 77
- CARRATO, José Ferreira - As Minas Gerais e os primórdios do Caraça - 193
- CARRATO, José Ferreira - Igrejas, Iluminismo e Escolas Mineiras - 206
- CARREIRA, Antonio - A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - 268
- CARVAJAL, Gaspar - Descobrimento do Rio das Amazonas - 132
- CARVALHO, Antônio Gontijo de - Calógeras - 47
- CARVALHO, Orlando M. - O rio da unidade nacional - 68
- CARVALHO, Orlando M. - Problemas fundamentais do município - 65
- CASCUDO, Luiz da Câmara - História da alimentação no Brasil - 198
- CASCUDO, Luiz de Câmara - O Conde d'Eu - 23
- CASCUDO, Luiz de Câmara - O Marquês de Olinda e seu tempo - 79
- CASTELNAU, Francis de - Expedição às regiões centrais da America do Sul - 163
- CASTRO, Eugênio de - Ensaios de geografia lingüística - 131
- CASTRO, Jeanne Berrance de - A milícia cidadã - 229
- CASTRO, Josué de - O problema da alimentação no Brasil - 34
- CAVALCANTI, Paulo - Eça de Queiroz, agitador no Brasil - 188
- CHACON, Vamirch - Gilberto Freyre, uma biografia intelectual - 247
- CODOCEIRA, J. Domingues - A idéia republicana no Brasil -282
- COLBACCHINI, A. - Os bororos orientais - 251
- CORRÊA FILHO, V. Alexandre Rodrigues Ferreira - 97
- COSTA, Angyone - Introdução à arqueologia brasileira - 36
- COSTA, Angyone - Migrações e cultura indígena - 95
- COSTA, Craveiro - A conquista do deserto ocidental - 123
- COSTA, Craveiro - O Visconde do Simimbu - 62
- COSTA, João Cruz - O positivismo na República - 174
- COUDREAU, Henri - Viagem ao Tapajós - 134
- CRAIG, Neville - A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - 151
- CRULS, Gastão - A Amazônia que eu vi - 82
- CRULS, Gastão - Hiléia Amazônica - 252
- CRULS, Luís - Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil - 159
- D'EU, Conde - Viagem militar ao Rio Grande do Sul - 51
- DEVEZA, Guilherme - Um precursor do comércio francês no Brasil - 232
- DIAS, Maria Odila Silva - O fardo do homem branco - 215
- DINIZ, Osório da Rocha - A política que convém ao Brasil - 71
- DINIZ, Osório da Rocha - O Brasil em face dos imperialismos modernos - 118
- DODT, Gustavo - Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi - 95
- DORNAS FILHO, João - O ouro das Gerais e a civilização da capitania - 175

- DORNAS FILHO, João - O padroado e a Igreja brasileira - 89
- DORNAS FILHO, João - Silva Jardim - 53
- DUARTE, Nestor - A ordem privada e a organização nacional - 112
- EBEL, Ernest - O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824 - 221
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - A evolução da economia paulista e suas causas - 68
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - Capítulos da história social de São Paulo - 148
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - Feijó e a primeira metade do século XIX - 122
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - Meio século de bandeirismo - 160
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano - 37
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - Os primeiros troncos paulistas - 50
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo - Populações paulistas - 32
- ENNES, Ernesto - A guerra nos Palmares - 90
- ENNES, Ernesto - Dois paulistas insígnies - 149
- ENNES, Ernesto - Estudos sobre História do Brasil - 157
- ESCHWEGER, W. L. - Pluto Brasiliensis - 159
- EXPILLY, Charles - Mulheres e costumes do Brasil - 48
- FAORO, Raimundo - Machado de Assis - 226
- FARIA, Alberto de - Mauá - 28
- FARIA, Júlio César de - José Bonifácio, o moço - 147
- FARO, Arnaldo - Eça e o Brasil - 228
- FERNANDES, Florestan - Brancos e negros em São Paulo - 184
- FERRAZ, Sampaio - Meteorologia brasileira - 35
- FERREIRA, Tito Lívio - Gênese social da gente bandeirante - 150
- FIGUEIREDO, Lima - Índios do Brasil - 107
- FIGUEIREDO, Lima - Oeste paranaense - 72
- FLETCHER, James C. - O Brasil e os brasileiros - 133
- FRANÇA, Antonio d'Oliveira P. da - Cartas baianas - 239
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Conceito de civilização brasileira - 56
- FRANCO, Carvalho - Bandeiras e bandeirantes de São Paulo - 117
- FREITAS, Afonso de - Vocabulário nheengatu - 60
- FREITAS, Caio - George Canning e o Brasil - 180
- FREITAS, Otávio de - Doenças africanas no Brasil - 45
- FREYRE, Gilberto - Novo mundo nos trópicos - 218
- FREYRE, Gilberto - O escravo nos anúncios de jornais - 238
- FREYRE, Gilberto - Sobrados e mucambos - 53
- GALVÃO, Eduardo - Santos e visagens - 171
- GARDNER, George - Viagens pelo Brasil - 142

- GENTIL, Alcides - As idéias de Alberto Torres - 18
- GOICOCHÊA, Castilhos - Fronteiras e fronteiros - 146
- GOUVÊA, Fernando da Cruz - Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República - 281
- GRAHAM, Maria - Diário de uma viagem ao Brasil - 254
- GREGOR, Thomas - Mehinaku - 239
- HARTT, Charles F. - Geologia e geografia física do Brasil - 126
- HOEHNE, F. C. - Botânica e agricultura no Brasil no século XVI - 67
- HOLANDA, Sergio Buarque de - Visão do paraíso - 206
- HUXLEY, Francis - Selvagens amáveis - 192
- IANNI, Otávio - Cor e mobilidade social em Florianópolis - 185
- IGLÉSIAS, F. de Assis - Caatingas e chapadões - 165
- JACOBINA, Alberto Pizarro - Dias Carneiro, o conservador - 93
- JOBIM, Anísio - O Amazonas: sua história - 175
- KIDDER, Daniel P. - O Brasil e os brasileiros - 133
- KOSTER, Henry - Viagens ao Nordeste do Brasil - 141
- LACOMBE, Américo Jacobina - À sombra de Rui Barbosa - 234
- LACOMBE, Américo Jacobina - Ensaios brasileiros de História - 246
- LACOMBE, Américo Jacobina - Introdução ao estudo da História do Brasil - 220
- LAMBERT, Jacques - Os dois Brasis - 207
- LAPA, J. R. do Amaral - A Bahia e a carreira da Índia - 210
- LECLERC, Max - Cartas do Brasil - 137
- LE COINTE, P. Amazônia Brasileira - 156
- LE COINTE, P. - O Estado do Pará - 251
- LEITÃO, C. F. de Melo - A Biologia no Brasil - 74
- LEITÃO, C. F. de Melo - História das explorações científicas no Brasil - 135
- LEITÃO, C. F. de Melo - O Brasil visto pelos ingleses - 64
- LEITÃO, C. F. de Melo - Visitantes do Primeiro Império - 35
- LEITÃO, C. F. de Melo - Zoogeografia do Brasil - 61
- LEITE, Glacyra Lazzari - Pernambuco 1824: a Confederação do Equador - 276
- LEITE, Pe. Serafim - Novas cartas jesuíticas - 124
- LEITE, Pe. Serafim - Novas páginas de História do Brasil - 198
- LEITE, Pe. Serafim - Páginas de História do Brasil - 69
- LEITHOD Theodor - O Rio de Janeiro visto por dois prussianos - 202
- LESSA, Clado Ribeiro de - Viagem de África em o reino de Daomé - 173
- LESSA, Clado Ribeiro de - Vocabulário da caça - 150
- LIMA, A. de Saboia - Alberto Torres e sua obra - 41
- LIMA, Araújo - Amazônia, a terra e o homem - 77

- LIMA, Claudio de Araújo - Plácido de Castro - 166
- LIMA, Heitor Ferreira - História do pensamento econômico no Brasil - 230
- LIMA, Heitor Ferreira - História político-econômica e industrial do Brasil - 217
- LIMA, Heitor Ferreira - Perfil político de Silva Jardim - 244
- LIMA, Hermes - Tobias Barreto - 95
- LIMA SOBRINHO, Barbosa - O devassamento do Piauí - 158
- LINDLEY, Thomas - Narrativa de uma viagem ao Brasil - 214
- LINS, Alvaro - Rio Branco - 199
- LINS, Ivan - História do positivismo no Brasil - 196
- LINS, Wilson - O médio São Francisco - 241
- LOBO, Hélio - O panamericanismo e o Brasil - 110
- LOBO, Hélio - Um verão da República - 67
- LUBAMBO, Manuel - Capitais e grandeza nacional - 120
- LUÍS, Washington - Capitania de São Paulo - 81
- LYRA, Augusto Tavares de - Organização política e administrativa do Brasil - 131
- LYRA, Heitor - História da queda do Império - 195
- LYRA, Heitor - História de D. Pedro II - 93
- MACEDO, Joaquim Manuel de - Memórias da rau do Ouvidor - 167
- MAGALHÃES, Amílcar Botelho de - Impressões da Comissão Rondon - 136
- MAGALHÃES, Amílcar Botelho de - Pelos sertões do Brasil - 124
- MAGALHÃES, Basílio de - Estudos de História do Brasil - 111
- MAGALHÃES, Basílio de - Expansão geográfica do Brasil colonial - 42
- MAGALHÃES, Basílio de - O café na história, no folclore e nas belas artes - 113
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida - O Visconde de Abaeté - 97
- MAGALHÃES, General Couto de - O selvagem - 46
- MAGALHÃES, General Couto de - Viagem ao Araguaia - 33
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. - Deodoro - 258
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. - Três panfletários do Segundo Reinado - 172
- MAIA, J. Gonçalves - A política do assassinato - 282
- MAIA, Prado - Através da história naval brasileira - 56
- MANIZER, G. G. - A expedição do acadêmico Langsdorff ao Brasil - 203
- MARCHANT, Alexander - Do escambo à escravidão - 143
- MARROQUIM, Mário - A língua do Nordeste - 32
- MARTINS, Hélio Leôncio - A revolta dos marinheiros - 245
- MARTIUS, K. Ph. von - Através da Bahia - 85
- MARTIUS, K. Ph. von - Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios do Brasil - 102
- MASCARENHAS, Nelson Lage - Um jornalista do Império - 187

- MATOS, Aníbal - A raça da Lagoa Santa - 133
- MATOS, Aníbal - Peter W. Lund no Brasil - 99
- MATOS, Abílio - Pré-história brasileira - 94
- MATOS, Mário - Machado de Assis - 102
- MAUÁ, Visconde de - Correspondência política - 144
- MAXIMILIANO - Viagem ao Brasil - 249
- MEDEIROS, Fernando Sabóia de - A liberdade de navegação no Amazonas - 87
- MELO, Custódio de - O governo provisório e a revolução de 1893 - 90
- MELO, Felix Cavalcanti de - Memórias de um Cavalcanti - 124, 280
- MELO, Afonso de Albuquerque - A liberdade no Brasil - 277
- MEMÓRIA da República -277
- MENDONÇA, Carlos Sussekind de - Sílvio Romero - 82
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de - O Intendente Câmara - 181
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de - O Marquês do Pombal e o Brasil - 180
- MENDONÇA, Renato - A influência africana no português do Brasil - 43
- MENDONÇA, Renato - Um diplomata na corte da Inglaterra - 140
- MENEZES, Antônio Inácio - Flora da Bahia - 162
- MENNUCCI, Sud - O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama - 86
- METRAUX, Alfred - A religião dos tupinambás - 163
- MILET, Henrique - A lavoura da cana de açúcar - 278
- MIRANDA, Agenor Augusto de - Estudos piauienses - 84
- MIRANDA, Agenor Augusto de - O rio São Francisco - 52
- MOACYR, Primitivo - A Instrução e as províncias - 99
- MOACYR, Primitivo - A Instrução e o Império - 54, 66 e 87
- MOACYR, Primitivo - A Instrução pública no Estado de São Paulo - 136
- MORAIS, Evaristo de - A escravidão africana no Brasil - 30
- MORAIS, Raimundo de - Na planície amazônica - 52
- MOTA, Otoniel - Do rancho ao palácio - 132
- MOURA, A. Lourival de - As forças armadas e o destino histórico do Brasil - 67
- NANTES, Fr. Martinho de - Relação de uma missão no rio São Francisco - 236
- NAPOLEÃO, Aluísio - Santos Dumont e a conquista do ar - 178
- NASH, Roy - A conquista do Brasil - 100
- NEIVA, Artur - Estudos da língua nacional - 116
- NETSCHER, P. M. - Os holandeses no Brasil - 141
- NOGUEIRA, Ataliba - Antônio Conselheiro e Canudos - 225
- NORMANO, J. F. - Evolução econômica do Brasil - 101
- NORTON, Luís - A corte de Portugal no Brasil - 88

- OLIVEIRA, Albino de - Memórias de um magistrado do Império - 146
- OLIVEIRA, Almir - Gonzaga e a Inconfidência mineira - 161
- OTÁVIO, Rodrigo - Os selvagens americanos perante o Direito - 158
- PAGANO, Sebastião - O Conde dos Arcos e a revolução de 1817 - 92
- PALAZZOLO, Fr. Jacinto - Nas selvas do Mucuri e do Rio Doce - 168
- PATERNOSTRO, Júlio - Viagem ao Tocantis - 155
- PEIXOTO, Afrânio - Castro Alves - 136
- PEIXOTO, Afrânio - Clima e saúde - 91
- PENTEADO, José de Arruda - A consciência didática no pensamento de Rui Barbosa - 241
- PEREIRA, Batista - Figuras do Império e outros ensaios - 17
- PEREIRA, Batista - Pelo Brasil maior - 29
- PEREIRA, Batista - Vultos e episódios do Brasil - 20
- PEREIRA, Lafaiete Rodrigues - Cartaz ao irmão - 213
- PEREIRA, Lúcia Miguel - Machado de Assis - 58
- PETRONE, Maria Teresa Schorer - O Barão de Iguape - 231
- PIERSON, Donald - Brancos e pretos na Bahia - 151
- PINHEIRO, Aurélio - À margem do Amazonas - 66
- PINHO, Wanderley - Cotegipe e seu tempo - 65
- PINHO, Wanderley - História de um engenho do Recôncavo - 239
- PINTO, Roquette - Ensaio de antropologia brasileira - 30
- PINTO, Roquette - Ensaio brasileiro - 122
- PINTO, Roquette - Rondônia - 39
- PINTO, Estevão - Índigenas do Nordeste - 42 e 81
- PINTO, Estevão - Etnologia brasileira - 171
- PINTO, Estevão - Muxarabis & balcões e outros ensaios - 183
- PINTO, L. A. da Costa - Lutas de família no Brasil colonial - 162
- PINTO, L. A. da Costa - O negro no Rio de Janeiro - 167
- PINTO, Virgílio Noya - O ouro brasileiro e o comércio anglo-português - 238
- PIRES, Aurélio - Homens e fatos de meu tempo - 98
- PONTES, Carlos - Tavares Bastos - 94
- PORTUGAL, D. José de Almeida - Vice-reinado do Marquês de Lavradio - 137
- PRADO, J. F. de Almeida - A Bahia e as capitânicas do centro - 154
- PRADO, J. F. de Almeida - A conquista da Paraíba - 196
- PRADO, J. F. de Almeida - D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil - 216
- PRADO, J. F. de Almeida - Jean Baptiste Debret - 222
- PRADO, J. F. de Almeida - O artista Debret e o Brasil - 246
- PRADO, J. F. de Almeida - O Brasil e o colonialismo europeu - 173

- PRADO, J. F. de Almeida - Pernambuco e as capitanias do Norte - 114
- PRADO, J. F. de Almeida - Primeiros povoadores do Brasil - 38
- PRADO, J. F. de Almeida - São Vicente e as capitanias do Sul - 190
- PRADO, J. F. de Almeida - Tomás Ender - 253
- RAEDERS, George - D. Pedro II e o conde de Gobineau - 80
- RAMIREZ, Ezekiel - As relações entre o Brasil e a Áustria - 208
- RAMOS, Artur - A aculturação negra no Brasil - 143
- RAMOS, Artur - As culturas negras no Novo Mundo - 155
- RAMOS, Artur - O negro brasileiro - 121
- RANGEL, Alberto - Rumos e perspectivas - 32
- RANGO, L. von - O Rio de Janeiro visto por dois prussianos - 202
- REIS, Paulo Pereira dos - O colonialismo português e a conjuração mineira - 195
- RIBEIRO, Joaquim - Civilização holandesa no Brasil - 117
- RIVASSEAU, Emile - A vida dos índios guaicurus - 51
- RIZZINI, Carlos - Hipólito da Costa e o "Correio Braziliense" - 259
- ROCHA, Geraldo - O rio São Francisco - 119
- RODRIGUES, José Honório - A pesquisa histórica no Brasil - 266
- RODRIGUES, José Honório - Civilização holandesa no Brasil - 117
- RODRIGUES, José Honório - História da História do Brasil - 267
- RODRIGUES, José Honório - Teoria da História do Brasil - 257
- RODRIGUES, Nina - As raças humanas e responsabilidade penal no Brasil - 81
- RODRIGUES, Nina - O alienado no direito civil brasileiro - 108
- RODRIGUES, Nina - Os africanos no Brasil - 22
- ROJAS, Alonso de - Descobrimento do rio das Amazonas - 132
- RONDON, Frederico A. - Na Rondônia ocidental - 91
- RONDON, Frederico A. - Pelo Brasil central - 34
- ROOSEVELT, Theodor - Através dos sertões do Brasil - 147
- RUBENS, Carlos - História das artes plásticas no Brasil - 125
- RUBIM, Rezende - Reservas de brasilidade - 106
- RUY, Afonso - A primeira revolução social brasileira - 139
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo - 58
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo - 19
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Viagem à província de Santa Catarina - 49
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Viagem à comarca de Curitiba - 191
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Viagem às nascentes do São Francisco e pela província de Goiás - 55
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais - 89

- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Viagem ao Rio Grande do Sul - 109
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - Viagem pelo Distrito dos Diamantes e pelo litoral do Brasil - 135
- SAMPAIO, A. J. de - A alimentação sertaneja no Brasil - 150
- SAMPAIO, A. J. de - Biogeografia dinâmica - 47
- SAMPAIO, A. J. de - Fitogeografia do Brasil - 36
- SAMPAIO, Teodoro - O tupi na geografia nacional - 243
- SANCHES, Edgard - Língua brasileira - 116
- SANTOS, Corcino Medeiros dos Economia e sociedade no Rio Grande do Sul - 242
- SANTOS, Milton - Zona do cacau - 178
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro - Uma comunidade rural no Brasil - 255
- SCARANO, Julita - Devoção e escravidão - 227
- SCHMIDT, Afonso - A vida de Paulo Eiró - 118
- SCHMIDT, Max - Estudos de Etnologia brasileira - 250
- SCHMIDT, Wilhelm - Etnologia sul-americana - 140
- SEIDLER, Carl - História das guerras e revoluções do Brasil - 105
- SEITENFUS, Ricardo - O Brasil de Getúlio Vargas - 268
- SERRANO, Jônatas - Farias Brito - 115
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Do Brasil filipino ao Brasil de 1640 - 208
- SILVA, Leonardo Dantas - A República em Pernambuco - 286
- SILVA, Leonardo Dantas - Nabuco e a República - 279
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - Cultura e sociedade no Rio de Janeiro - 233
- SILVA, Oswaldo - História da Polícia Civil de São Paulo - 170
- SILVEIRA NETO - Do Guaíra aos saltos do Iguaçu - 98
- SIMONSEN, Roberto - Evolução industrial do Brasil - 219
- SIMONSEN, Roberto - História econômica do Brasil - 74,
- SOARES JUNIOR, Robrigo - Jorge Tibiriça e sua época - 184
- SODRÉ, Nelson Werneck - Panorama do Segundo Império - 111
- SOUTO MAIOR, Armando - Quebra-quilos - 235
- SOUZA, Bernardino José - Dicionário da terra e da gente do Brasil - 107
- SOUZA, Bernardino José - O ciclo do carro de bois - 262
- SOUZA, Bernardino José - O pau brasil na história nacional - 106
- SOUZA, Gabriel Soares de - Tratado descritivo do Brasil - 85
- SOUZA, José A. Soares de - A vida do Visconde do Uruguai - 152
- SOUZA, José A. Soares de - Honório Hermeto no Rio da Prata - 179
- SOUZA, José A. Soares de - Um diplomata do Império - 166
- SOUZA, Otávio Tarquínio de - Evaristo da Veiga - 104
- SOUZA, T. O. Marcondes de - O descobrimento do Brasil - 157

- SPIX, Johann B. - Através da Bahia - 85
- SPALDING, Wálter - A invasão paraguaia no Brasil - 119
- SPALDING, Wálter - A Revolução Farroupilha - 104
- STEINEN, Carl von den - O Brasil central - 250
- TAUNAY, Afonso de - Rio de Janeiro de antanho - 142
- TAUNAY, Afonso de - Visitantes do Brasil colonial - 28
- TAUNAY, Visconde de - Pedro II - 27
- TEIXEIRA, José A. - Folclore goiano - 185
- TELAROLLI, Rodolpho - Poder local na República velha - 233
- THEVET, André - Singularidades da França Antártica - 145
- TORRES, Alberto - A organização nacional - 27
- TORRES, Alberto - O problema nacional brasileiro - 26
- TORRES, João Camilo de Oliveira - A formação do federalismo no Brasil - 186
- TORRES, João Camilo de Oliveira - Os construtores do Império - 211
- TRAVASSOS, Mário - Projeção continental do Brasil - 45
- VALADÃO, Alfredo - Da Aclamação à Maioridade - 99
- VALE, Flausino - Elementos do folclore musical brasileiro - 49
- VALENTE, Waldemar - Sincretismo religioso afro-brasileiro - 169
- VASCONCELOS, Salomão - O Fico - 70
- VASCONCELOS, Silvio - Vida e obra do Alejadinho - 237
- VENÂNCIO FILHO, F. - A glória de Euclides da Cunha - 123
- VENÂNCIO FILHO, F. - Euclides da Cunha a seus amigos - 96
- VIANA, Ataliba - Gente sem raça - 148
- VIANA, Hélio - D. Pedro I e D. Pedro II - 204
- VIANA, Hélio - Estudos de história colonial - 161
- VIANA, Hélio - Estudos de história imperial - 164
- VIANA, Hélio - Vultos do Império - 210
- VIANA, Oliveira - Evolução do povo brasileiro - 23
- VIANA, Oliveira - O idealismo da Constituição - 96
- VIANA, Oliveira - O ocaso do Império - 284
- VIANA, Oliveira - Pequenos estudos de psicologia social - 138
- VIANA, Oliveira - Populações meridionais do Brasil - 21
- VIANA, Oliveira - Problemas de política objetiva - 158
- VIANA, Oliveira - Raça e assimilação - 19
- VIANA, Urbino - Bandeiras e sertanistas baianos - 44
- VIEIRA, Pe. Antônio - Por Brasil e Portugal - 80
- VIEIRA, Celso - Anchieta - 162

- VIEIRA, Hermes - História da Polícia Civil de São Paulo - 170
 VIEIRA, Hermes - Ouro Preto - 164
 VITA, Luís Washington - Alberto Sales - 201
 WAGLEY, Charles - Uma comunidade amazônica - 174
 WALLACE, Alfred R. - Viagens pelo Amazonas e Rio Negro - 103
 WATJEN, Hermann - O domínio colonial holandês no Brasil - 88
 WILLEMS, Emilio - A aculturação dos alemães no Brasil - 155
 WILLEMS, Emilio - Assimilação e populações marginais - 120
 WOLF, Ferdinand - O Brasil literário - 168
 WRIGHT, A. Fernando de Almeida - O desafio americano à preponderância britânica no Brasil - 236

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- A Capela de Nossa Senhora do Rosário (Ricardo G. Dauntre) - 411
 O espírito de iniciativa em Campinas (Campos Sales) - 332

TEXTOS E SELETAS

- AZEVEDO, Fernando de - São Paulo, centro de irradiação da expansão interior - 423
 FERREIRA, Tito Lívio - Vida social e mudança de município - 341
 HORMEYER, Josef - Caráter dos riograndenses - 414
 PROCLAMAÇÃO aos patriotas renanos - 327
 SEWELOH, A. A. F. - O Marquês de Barbacena - 336
 VILLANI, Giovanni - As lutas sociais em Florença no século XII - 416

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Fernando de Azevedo - 418
 Tito Lívio Ferreira - 339

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

- A estátua do bispo - 346
 A propósito de uma iniciação política - 352

Ainda Dom Lasagna - 348
 Coleção que ainda não conhecia - 428
 Debates de história regional - 345
 Dez livros - 351
 Jesuíta irlandês no Brasil colonial - 429
 "Número, faz favor..." - 426
 O Padre João Manuel no centenário de seu livro - 431
 Páginas de um livro de memórias - 349
 Taunay e José Maurício - 432
 Valioso texto sobre o passado paulista - 433

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Almeida, Vicente Unzer de - 383	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - 357
Azevedo, Fernando de - 418	Langsdorff - 380
Bandeirismo - 391	Lasagna, Dom Luís - 346, 348
Barbacena, Marquês de - 336	Melo, Félix Cavalcanti de - 280
Barbosa, Rui - 320	Mogi das Cruzes- 351
"Brasiliana"(Coleção) - nºs 153 e 154	Música no Brasil colonial - 305
Cabral, Oswaldo R. - 349	Nabuco, Joaquim - 279, 287
Campinas - 332, 431, 303	Octávio, José - 317, 345
Campos, Ernesto de Souza - 426	Pernambuco - 275
Carneiro, Gen. Gomes - 387	Política agrícola - 361
Castro, Martinho de Melo e - 433	Propaganda republicana - 275
Centenário da República - 275	República - 275, 297
Cidades - 390	Revolução Federalista - 297
Coluccini, Lélío - 303	Revolução Francesa - 337
Espanhóis no bandeirismo - 391	Rio Grande do Sul - 414
Facchinetti - 371	Rodrigues, José Honório - 317
Federalismo - 297	Roma - 373
Ferreira, Tito Lívio - 339	Santa Cruz - 380
Fleckno - 429	Santo André - 341
Florença - 416	São Paulo (cidade) - 341
Garcia, Pe. José Maurício Nunes - 432	Seminário de Mariana - 288
Grinberg, Isaac - 351	Seminários Paraibanos - 345
História de São Paulo - 423, 341	Taunay, Visconde de - 352, 432
História regional - 345	Tiradentes - 428
Igreja do Rosário (Campinas) - 411	Venâncio Filhó, F. - 368
Inconfidência mineira - 428	

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିଏ PUCAMP